



**Plano Plurianual
2012-2015**

VOLUME I

LEI Nº 14.676

**DE 28 DE DEZEMBRO
DE 2011**

**DIAGNÓSTICOS,
FUNDAMENTOS
E VISÃO
ESTRATÉGICA**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LEI Nº 14.676, DE 28 DEZEMBRO DE 2011

Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, nos termos indicados nos volumes I e II anexos a esta lei, estabelecendo as diretrizes, objetivos, indicadores, valores e metas da Administração Pública Estadual e dos demais Poderes do Estado para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo único – Constituem diretrizes fundamentais da Administração Pública Estadual e do PPA:

- I - Estado promotor do desenvolvimento humano com qualidade de vida;
- II – Estado indutor do desenvolvimento econômico comprometido com as futuras gerações;
- III - Estado integrador do desenvolvimento regional e metropolitano;
- IV - Estado criador de valor público pela excelência da gestão.

Artigo 2º - Os programas a que se refere o artigo 1º desta lei constituem o elemento de integração entre os objetivos do PPA, as prioridades e metas fixadas nas leis de diretrizes orçamentárias e as programações estabelecidas nos orçamentos anuais correspondentes aos exercícios abrangidos.

Artigo 3º - O Poder Executivo submeterá à autorização legislativa eventuais alterações nos programas, diretrizes, objetivos, indicadores, valores e metas, a que se refere esta lei, quando da elaboração de suas propostas de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Parágrafo Único - As eventuais alterações a que se refere o “caput” deste artigo serão motivadas e destacadas nas mensagens das propostas de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

Artigo 4º - As codificações de programas do PPA serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias e nas leis orçamentárias.

Parágrafo Único - Os códigos a que se refere este artigo prevalecerão até o término dos programas a que se vinculam.

Artigo 5º - O projeto de lei do orçamento anual, a partir do segundo exercício de vigência do Plano Plurianual de que trata esta lei, conterá demonstrativos regionalizados dos investimentos, discriminados de modo a corresponder aos respectivos programas.

Artigo 6º - O Poder Executivo enviará à Assembleia Legislativa, até o dia 30 de abril, informações sobre o acompanhamento dos resultados dos programas aprovados no Plano Plurianual, relativas ao exercício anterior.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 28 de dezembro de 2011.

GERALDO ALCKMIN

Lourival Gomes
Secretário da Administração Penitenciária

Mônica Carneiro Meira Bergamaschi
Secretária de Agricultura e Abastecimento

Andrea Matarazzo
Secretário da Cultura

Paulo Alexandre Pereira Barbosa
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Edson Aparecido dos Santos
Secretário de Desenvolvimento Metropolitano

Rodrigo Garcia
Secretário de Desenvolvimento Social

Linamara Rizzo Battistella
Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Herman Jacobus Corneli Voorwald
Secretário da Educação

David Zaia
Secretário do Emprego e Relações do Trabalho

José Anibal Peres de Pontes
Secretário de Energia

José Benedito Pereira Fernandes
Secretário de Esporte, Lazer e Juventude

Andrea Sandro Calabi
Secretário da Fazenda

Cibele Franzese
Secretária Adjunta respondendo pelo Expediente da Secretaria de Gestão Pública

Silvio França Torres
Secretário da Habitação

Eloisa de Sousa Arruda
Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania

Saulo de Castro Abreu Filho
Secretária de Logística e Transporte

Bruno Covas Lopes
Secretário do Meio Ambiente

Júlio Francisco Semeghini Neto
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional

Edson de Oliveira Giriboni
Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos

Giovanni Guido Cerri
Secretário da Saúde

Antonio Ferreira Pinto
Secretário da Segurança Pública

Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes
Secretário dos Transportes Metropolitanos

Márcio Luiz França Gomes
Secretário do Turismo

Sidney Estanislau Beraldo
Secretário-Chefe da Casa Civil



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Plano Plurianual
2012-2015

Lei nº 14.676 de 28 de dezembro de 2011

VOLUME I
DIAGNÓSTICOS, FUNDAMENTOS E VISÃO ESTRATÉGICA

ÍNDICE

10 13 19

APRESENTAÇÃO

1. O BÔNUS DEMOGRÁFICO

2. ASCENSÃO DA ECONOMIA
PAULISTA

2.1 CENÁRIO ECONÔMICO MUNDIAL • página 19

2.2 CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO • página 23

2.3 CENÁRIO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO • página 25

2.3.1 *Desempenho Recente da Economia Paulista* • página 25

2.3.2 *Perspectivas para a Economia Paulista* • página 26

2.3.3 *Cenário Econômico para São Paulo* • página 31

2.4 *Desempenho das Finanças Públicas do Estado de São Paulo* • página 34

3.1 As Condições Sociais de Vida da Sociedade Paulista • página 38

3.2 Ampliação das Capacidades Individuais e Coletivas • página 40

3.2.1 Seguros Pontos de Partida da Vida Saudável • página 40

3.2.2 As Oportunidades Educacionais • página 42

3.2.3 As Oportunidades de Formação para o Trabalho • página 48

3.3 Uma Sociedade Coesa sob um Estado Solidário • página 52

4.1 O Desafio Metropolitano • página 55

4.1.1 A exigência das políticas públicas integradas • página 57

4.1.2 O território como plataforma de integração das políticas públicas • página 59

4.1.3 A necessária adoção do Sistema de Gestão Metropolitano • página 60

4.2 O Desafio Regional • página 62

4.2.1 Perfil das Macrorregiões de Planejamento • página 66

5.1 Diretrizes e Objetivos • página 75

5.2 Eixos da Ação Governamental • página 82

5.2.1 Desenvolvimento Social com Equidade • página 84

5.2.2 Desenvolvimento Econômico Sustentável • página 102

5.2.3 Gestão para Resultado • página 115

375575

3. AVANÇOS SOCIAIS

4. O TERRITÓRIO PAULISTA
E SEUS DESAFIOS

5. A DIMENSÃO ESTRATÉGICA
DO PPA 2012-2015



APRESENTAÇÃO

O Estado de São Paulo alcançou níveis elevados de desenvolvimento econômico e social, bem acima das médias nacionais, equiparando-se aos países mais desenvolvidos da América Latina e mesmo a alguns europeus e asiáticos. Os princípios de responsabilidade fiscal e social que nortearam as ações governamentais dos nossos antecessores foram importantes para alcançar essas conquistas e continuam inspirando nossa atuação. Em que pese esses avanços, há ainda muito a percorrer, sobretudo, para enfrentar os novos desafios que decorrem das rápidas mudanças por que passam o Estado, o País e o Mundo.

Nessas circunstâncias, pode-se afirmar que São Paulo ingressa na segunda década do Século XXI numa situação privilegiada: sua economia, complexa e diversificada vem se mostrando vigorosa, gerando riquezas e grande número de empregos, inclusive de elevada qualificação. Seus indicadores sociais estão entre os melhores do País, o que não significa dizer que se possa esmorecer na atuação pública nesse campo. Além disso, sua conjuntura demográfica mostrou-se amplamente favorável no passado recente, não só por levar, hoje, a um pequeno ritmo de crescimento populacional, mas, também, e principalmente, pela redução relativa da parcela inativa no conjunto da população, gerando o chamado bônus demográfico.

Essa combinação benéfica de fatores, em simultâneo ao dinamismo econômico estadual, permite que os setores público e privado empreendam maiores investimentos para promover o desenvolvimento sustentável de São Paulo, visando a construção do futuro. Em outros termos, São Paulo encontra-se diante de rara oportunidade de antecipar-se e preparar-se para as novas realidades demográfica, econômica e social que se delineiam no horizonte. O grande desafio que se antepõe a todos, governo e sociedade, é o de aproveitar, da melhor forma possível, a janela de oportunidades que ora se abre.



Nessas circunstâncias, a formulação do PPA 2012-2015 reveste-se de importância especial, uma vez que ele constitui uma das principais ferramentas de planejamento que guiará as políticas a serem executadas pelo governo nos próximos anos. Para atender aos desafios presentes e futuros, o Governo Geraldo Alckmin apresenta um Plano Plurianual cuja principal missão é garantir que todos os paulistas se beneficiem do conjunto de oportunidades acima citadas. É essa missão que orienta as ações setoriais e transversais da atuação governamental, para que levem a uma sociedade cada vez mais incluyente, coesa e solidária.

Para o desenvolvimento dessa missão, o PPA 2012-2015 elegeu quatro diretrizes de governo, sustentadas por quinze objetivos estratégicos, formando o conjunto de políticas estruturantes que fundamentam a elaboração dos programas, ações e metas dos órgãos do Governo Estadual. Essas políticas foram formuladas considerando que o papel estatal não é absoluto na tarefa de fomentar o desenvolvimento, ele se soma aos esforços empreendidos pelos diversos atores sociais e demais entes federativos na busca pelo bem-estar da população. O espírito de cooperação e solidariedade, combinado com a capacidade coordenadora e articuladora do Governo Estadual, são fundamentais para alavancar as oportunidades de desenvolvimento da sociedade paulista. As quatro diretrizes do Plano Plurianual são:

- *Estado promotor do desenvolvimento humano com qualidade de vida*
- *Estado indutor do desenvolvimento econômico comprometido com as futuras gerações*
- *Estado integrador do desenvolvimento regional e metropolitano*
- *Estado criador de valor público pela excelência da gestão*

O princípio da complementaridade se insere nessas diretrizes e nos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, interligando-os em sinergia. Além da orientação imanente às diretrizes e objetivos estratégicos, que direcionam a elaboração das ações governamentais, com suas correspondentes metas, o PPA 2012-2015 também prevê o aperfeiçoamento do processo de planejamento, como exposto à frente.

Na elaboração do Plano Plurianual, levou-se em consideração o conhecimento acumulado de especialistas e gestores governamentais e as informações disponíveis sobre as condições sociais, econômicas e ambientais de São Paulo até o presente momento. Contudo, novas informações sobre essas características, mais abrangentes e qualificadas, devem ser divulgadas no âmbito dos resultados do Censo 2010, que estão previstas para o final de 2011. Faz-se necessário, então, realizar uma revisão do PPA, já em 2012, para incorporar essa nova base de conhecimento sobre a realidade socioeconômica paulista na formulação das políticas públicas.

A revisão de 2012 do Plano Plurianual também representará uma oportunidade para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, orçamento e gestão das ações governamentais, com o objetivo de fortalecer e consolidar um Governo de Resultado. O Estado de São Paulo organiza suas ações com base nos instrumentos compulsórios legais, como o PPA, a LDO e a LOA. O aprimoramento do planejamento deverá abranger suas várias etapas e processos, desde a formulação dos planos até o monitoramento e avaliação do desempenho governamental. Outros instrumentos também são utilizados pela Administração Pública para controlar e garantir mais efetividade e qualidade na prestação de serviços, tais como contratos de gestão e acordos de resultado com organizações públicas, sociais e empresas estatais. O aperfeiçoamento desses instrumentos será desenvolvido no âmbito da Agenda Paulista de Gestão, constituída pelo Governo Alckmin para implantar um modelo de governança baseado em resultados, aprimorando a eficiência e a efetividade dos programas públicos.

* * *

Para efeito de exposição, o PPA está estruturado em dois volumes. O primeiro contém, além desta apresentação, cinco capítulos que relatam os diagnósticos, fundamentos e a visão estratégica definidas para a elaboração do Plano Plurianual. O primeiro e o segundo capítulos expõem o cenário que se apresenta favorável para São Paulo no período do PPA 2012-2015, no tocante às perspectivas demográficas e econômicas. O terceiro capítulo apresenta uma avaliação dos avanços sociais já alcançados pela sociedade paulista, também evidenciando alguns desafios que requerem atenção da agenda governamental. Já o quarto capítulo discute as questões vinculadas ao desenvolvimento regional, abordando tanto a governança de ações no âmbito metropolitano como também a necessidade de ações para as demais regiões do Estado. Finalmente, o quinto capítulo sintetiza o conjunto de diretrizes de governo e objetivos estratégicos e apresenta as ações prioritárias que serão desenvolvidas pelas Secretarias e Órgãos, conforme os eixos de organização da gestão governamental. Por sua vez, o segundo volume discrimina os programas, ações e metas do PPA 2012-2015.





O BÔNUS DEMOGRÁFICO

A comparação das taxas de crescimento da população paulista e do PIB emite o primeiro sinal do ambiente favorável que se vislumbra para o desenvolvimento de São Paulo nos próximos anos. O crescimento médio real do PIB estadual superou os 5,0% ao ano entre 2006 e 2010, enquanto que a população cresceu à taxa de apenas 1,1% ao ano. Com isso, o PIB per capita em São Paulo a preços correntes, que era de R\$ 18 mil, em 2005, foi estimado para R\$ 29,2 mil em 2010, o que corresponde a um crescimento real superior a 21% no quinquênio. Essa ampliação do PIB per capita no período recente reflete uma tendência de crescimento que deve persistir nos próximos anos. Em 2010, esse indicador, medido em dólares PPC (paridade do poder de compra) corresponde a US\$ 17.348 – semelhante ao de países como Argentina, México, Polônia e Rússia.

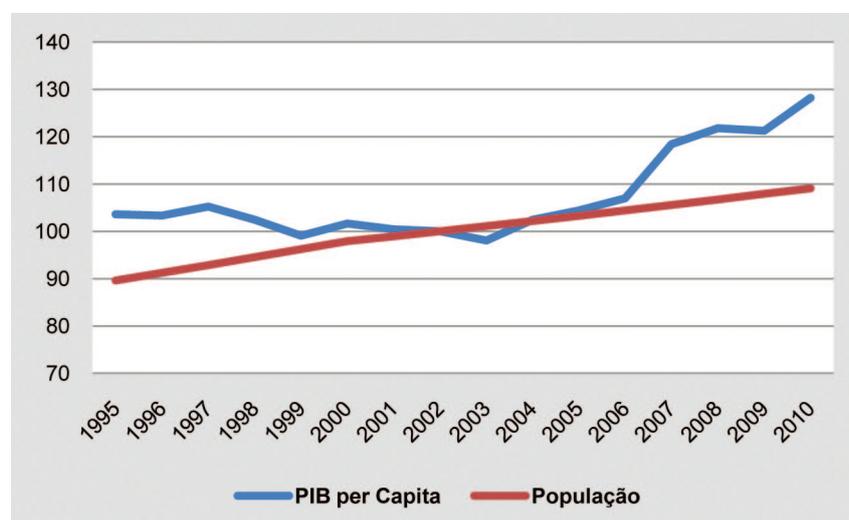


Gráfico 1.1

Evolução do PIB per Capita e da População de São Paulo – 1995-2010
(Base 2002 = 100)

Fonte: IBGE e Fundação Seade.

As expectativas de crescimento do PIB paulista são da ordem de 4,5% ao ano no período 2012-2015, enquanto as primeiras projeções demográficas realizadas após o Censo de 2010 apontam para um crescimento médio da população paulista de 0,8% a.a. Caso essas expectativas se concretizem, teremos ao fim deste PPA, em 2015, um PIB per capita de ordem de 20.774 dólares PPC. Mantendo essa trajetória, o PIB per capita paulista dobraria seu valor em 2030, aproximando-se do hoje vigente em países como Itália, França e Japão.

A conjuntura demográfica favorável de São Paulo não se limita à reduzida taxa de crescimento populacional. Seu principal aspecto reside na rápida alteração de sua composição etária em função da retração da fecundidade e da ampliação da esperança de vida – decresce a participação de crianças e jovens no total da população, enquanto amplia-se a da população adulta e, sobretudo, idosa. Este movimento leva o Estado de São Paulo a um período especialmente positivo em termos de oportunidades de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, pois é nele que se observa o bônus demográfico. Trata-se de um período muito particular de nossa trajetória demográfica em que o contingente da população com idades potencialmente ativas aumentou em relação ao dos segmentos inativos, isto é, de crianças e idosos (Gráfico 1.2). Isso significa que diminuem as necessidades de transferências de recursos originários da população ativa para a inativa, o que permite sua alocação para outros fins, mais adequados às necessidades futuras do que ao atendimento das demandas correntes.

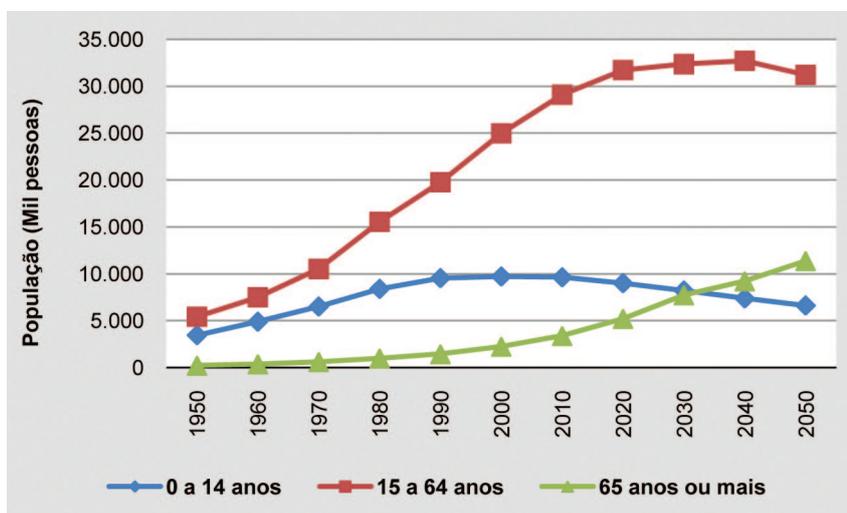


Gráfico 1.2

Evolução da População por Faixas Etárias no Estado de São Paulo – 1950-2050

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

Essas mudanças na composição etária refletem ritmos distintos de variação dos diversos contingentes que compõem a pirâmide etária da população (Figura 1.1), tendo havido redução relativa da parcela inativa da população (crianças e idosos), que depende de transferências originárias da população ativa para o atendimento de suas necessidades.

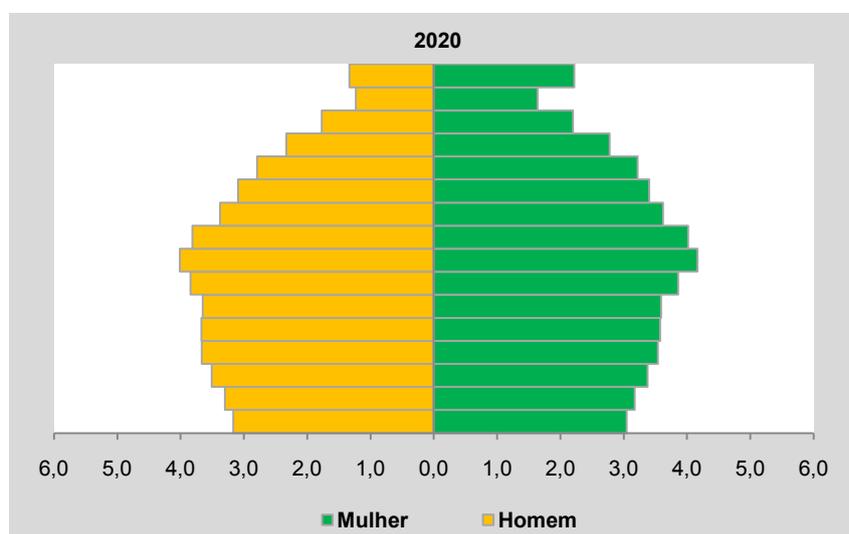
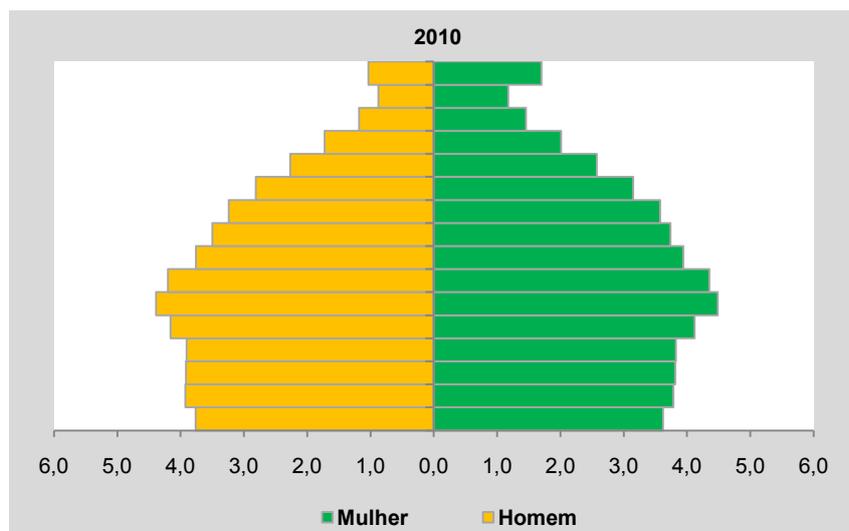
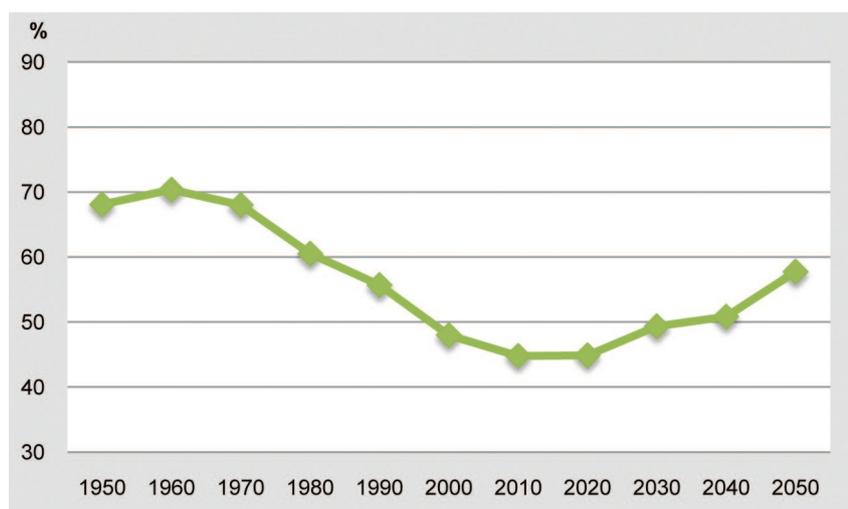


Figura 1.1
Pirâmide etária da população residente, por sexo, do Estado de São Paulo – 2010 e 2020

Fonte: Fundação SEADE.

Para fins de planejamento, a delimitação do tempo de duração do bônus demográfico é crucial, pois trata-se de uma rara janela de oportunidade que não se pode desperdiçar. Uma forma de medi-la é por meio da evolução da razão de dependência, indicador que considera o peso da população em idade inativa em relação àquela em idade ativa. O Gráfico 1.3 mostra a evolução desse indicador entre 1950 e 2010, bem como sua trajetória esperada até 2050. Notam-se três períodos bem distintos em sua evolução. De 1950 a 1970, a razão de dependência situava-se em patamar elevado, em torno de 68%, fortemente concentrada na população jovem (0 a 14 anos). Em 1960, atingiu o valor máximo de 70,3%. Entre 1970 e 2010, os níveis de dependência diminuíram sistematicamente, sendo que o menor valor foi atingido em 2010 (44,8%). A partir de 2010, o grau de dependência tenderá a aumentar em função do crescimento da população idosa, cuja participação deve crescer gradativamente na composição da estrutura etária da população.

**Gráfico 1.3**

Razão de Dependência do Estado de São Paulo – 1950-2050

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

Nota: Considera-se que os efetivos supostamente inativos são as pessoas com idades menores que 15 anos e com 65 anos e mais, enquanto a população potencialmente produtiva é a aquela na faixa etária de 15 a 64 anos.

Assim, o período compreendido entre 2000 e 2020 se apresenta como aquele em que a taxa de dependência atinge seus menores valores, refletindo uma conjuntura demográfica favorável ao processo de desenvolvimento socioeconômico. A economia paulista pode se beneficiar do aumento da força de trabalho que acompanha esse limitado período de transição demográfica, bem como da melhoria da distribuição de renda que tem ocorrido nos últimos anos.

As demandas sociais, por outro lado, devem mudar seu perfil, requerendo adequação da oferta de serviços públicos. Uma menor dimensão da população mais jovem, por exemplo, implica em menor demanda por novas matrículas, especialmente no Ensino Fundamental, abrindo espaço para direcionar os investimentos públicos para o aprimoramento da qualidade desse nível de ensino. Por sua vez, enquanto o crescimento da população ativa começa a desacelerar, o atual estoque de pessoas nessa faixa etária é o maior da história de São Paulo: próximo a 32 milhões de pessoas. Com isso, torna-se necessário que o mercado de trabalho paulista gere vagas suficientes para evitar a expansão do desemprego e garantir ocupações de boa qualidade.

Como se verá adiante, o novo perfil das empresas e da economia paulista tenderá a ampliar cada vez mais as exigências de qualificação profissional de seus quadros funcionais. Desse modo, garantir o acesso e a permanência dos jovens paulistas ao Ensino Médio e ampliar as oportunidades educacionais alternativas e complementares – como o ensino técnico – passa a ser um desafio ainda mais relevante tendo em vista as perspectivas de desenvolvimento econômico de São Paulo.

Outro elemento que não pode ser descuidado é a crescente necessidade de atenção à população idosa, cujo contingente tende a crescer a um ritmo cada vez mais acelerado. Neste caso, a reorientação da



oferta de serviços públicos, especialmente nos campos da saúde e da assistência social, é tarefa a ser desenvolvida desde já.

Nesse contexto, este é o momento adequado para aproveitar os benefícios do ciclo de prosperidade propiciado pelo bônus demográfico, bem como também para desenvolver uma oferta de serviços públicos que responda aos desafios presentes e futuros associados a esse ciclo. Ao longo desse processo, o Governo Estadual deve atuar, por meio de seus programas e ações estratégicos, no sentido de criar as condições para que as oportunidades de progresso se realizem em todas as áreas, proporcionando o bem-estar de todos os cidadãos que vivem em São Paulo.





ASCENSÃO DA ECONOMIA PAULISTA

No início da segunda década do século XXI, a economia brasileira consolidou novas características que deverão comandar o seu desempenho no período do PPA 2012-2015. O país caminhou para maior estabilidade macroeconômica, o que contribuiu para aumentar o dinamismo da economia. Desde o final dos anos oitenta, mudanças estruturais, como a abertura da economia ao mercado mundial e a estabilização da inflação, constituíram avanços importantes para corrigir a rota da estagnação e turbulência dos anos oitenta. A estrutura da política macroeconômica brasileira tem se mantido inalterada desde 1999, quando adotou o regime de câmbio flutuante. Essa política cambial, associada à manutenção de superávits primários elevados e ao regime de metas de inflação, passaram a compor os três pilares de sustentação da política macroeconômica brasileira.

O PPA 2012-2015 será executado nesse contexto. Conforme as diretrizes e objetivos estratégicos do Governo Estadual, será desenvolvido um conjunto de políticas públicas para criar novos projetos e acelerar os programas existentes, levando São Paulo à frente. Não obstante ameaças no plano externo, as perspectivas econômicas para o período do PPA 2012-2015 configuram um ambiente virtuoso para o crescimento da economia paulista, que contribuirá para garantir os recursos necessários ao financiamento dos programas e ações estratégicos do PPA 2012-2015.

2.1 CENÁRIO ECONÔMICO MUNDIAL

As quatro últimas décadas presenciaram uma radical transformação na divisão do trabalho em escala mundial e um conjunto de países em desenvolvimento (Brasil, Rússia, Índia e China – BRICs) aproveitou esse fenômeno para acelerar o seu ritmo de crescimento econômico e iniciar a convergência em direção aos padrões de opulência dos países afluentes. Considerado um dos grandes mercados “emergentes” do

mundo, o Brasil enfrenta o desafio de manter um conjunto de políticas econômicas coerentes para que possa aproveitar as oportunidades de crescimento econômico e retornar ao seu padrão histórico de expansão interrompido no final dos anos 70.

O expressivo crescimento dos BRICs nas três últimas décadas é apresentado no Gráfico 2.1. O grande destaque é o excepcional crescimento da China no período, quando esse país passou a ser a segunda maior economia do mundo. China e Índia, com 36% da população mundial, estão passando por processos rápidos de urbanização e de crescimento da renda per capita, com a conseqüente expansão da demanda por commodities no mercado internacional. Tal expansão, potencializada por fortes eventos climáticos, tem favorecido os grandes exportadores desses bens, como o Brasil, não só pelo aumento dos volumes exportados como também pelos significativos aumentos de preços. A melhora das relações de troca permitiu ao país crescer mais do que esperado, sem gerar pressões inflacionárias excessivas.

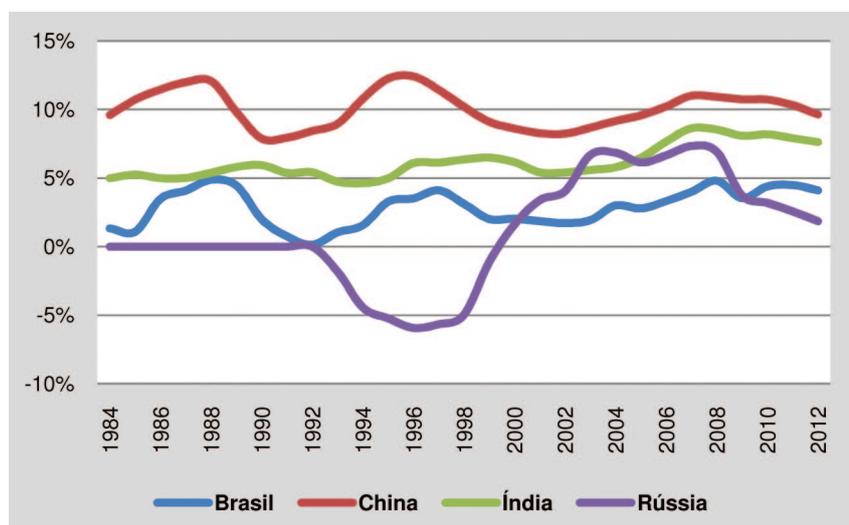


Gráfico 2.1
Crescimento do PIB dos BRICs
(médias móveis quinzenais)

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro de 2010.

As informações divulgadas até agora indicam, de forma cada vez mais clara, que as economias dos países desenvolvidos continuam com dificuldades para retomar suas trajetórias de expansão. Tais dificuldades decorrem da magnitude da crise financeira de 2007/2008, iniciada nos Estados Unidos e que levou a redução generalizada do dinamismo econômico ao redor do mundo. Quando se acreditava que as medidas de estímulo monetário e fiscal nas economias americana e européia tinham eliminado o pior da crise, eclodiu, em 2010, o problema das dívidas soberanas dos países periféricos da área do euro. Até agora, não se tem uma avaliação completa de todas as conseqüências deflagradas por aquela crise nem o tempo necessário para superá-las.

Nesse contexto, o dinamismo da economia mundial passou a depender mais dos países em desenvolvimento. As política monetária e fiscal adotadas por estes conseguiu rapidamente reverter os efeitos da

crise financeira internacional e a recuperação da demanda externa e a expansão do mercado interno provocaram um crescimento acentuado de suas economias. Pode-se constatar que os países emergentes se desacoplaram dos ciclos dos países desenvolvidos.

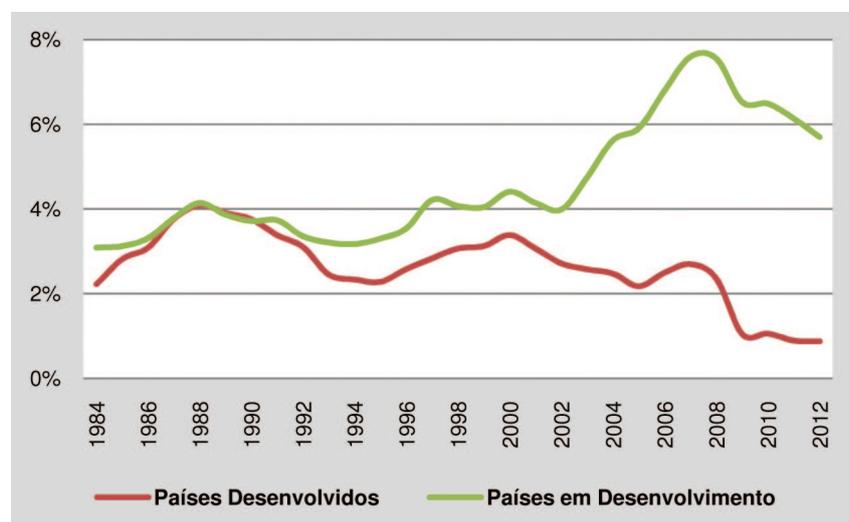


Gráfico 2.2
Crescimento do PIB dos países desenvolvidos e em desenvolvimento (médias móveis quinquenais)

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, outubro de 2010.

Nesse novo cenário econômico do século XXI, o crescimento do PIB mundial deverá se manter elevado, cabendo aos países em desenvolvimento parcela crescente desse dinamismo. O crescimento dos países desenvolvidos deverá ser mais modesto, quer pelas conseqüências da crise financeira de 2008, quer pela trajetória adversa da transição demográfica. O Gráfico 2.3 dá uma indicação sobre o dinamismo da produção mundial, essencial para identificar tendências futuras. Um primeiro ponto a ser destacado é o crescimento de longo prazo: nas últimas três décadas, o PIB mundial cresceu à taxa média de 3,4% ao ano, ou seja, a cada 20 anos dobrou a produção mundial. Trata-se de um resultado excepcional para os padrões históricos, indicando um importante aumento de renda e redução da pobreza no mundo. Países como China e Índia conseguiram trazer para a economia de mercado 750 milhões de pessoas, aumentando drasticamente a demanda por alimentos, habitação e transporte, com importantes conseqüências sobre a demanda mundial de commodities. Em segundo lugar, apesar dos ciclos econômicos, a política macroeconômica foi capaz de evitar que qualquer desaceleração econômica se transformasse em recessão prolongada, como havia ocorrido na "Grande Depressão". Finalmente, podem-se observar no Gráfico 2.3 os efeitos da crise financeira de 2008: pela primeira vez no período pós-guerra, houve queda da produção mundial em 2009, fenômeno que havia sido observado pela última vez nos anos trinta do século passado.

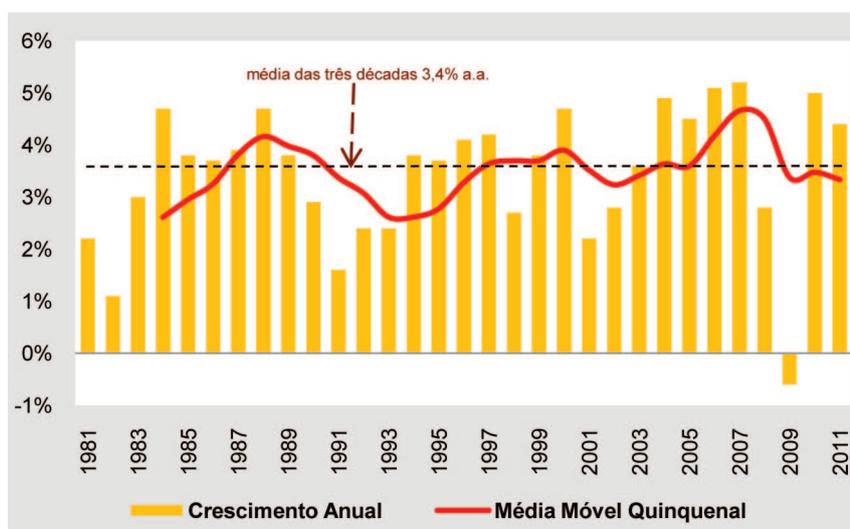


Gráfico 2.3
Crescimento do PIB mundial

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro de 2010 e janeiro de 2011.

Apesar das incertezas quanto às conseqüências da crise, as projeções de instituições internacionais para o desempenho da economia mundial são as de retorno a um crescimento acima da média histórica, influenciado pelo melhor desempenho dos países em desenvolvimento. A Tabela 2.1 resume as projeções disponíveis sobre o desempenho da economia mundial.

Indicadores	2009	2010	2011	2012/2015
PIB Mundial				
FMI	-0,6	5,0	4,4	4,6
EIU	-0,8	4,8	4,0	4,2
Banco Mundial	-0,8	4,8	4,1	4,4*
Comércio Internacional				
FMI	-10,7	12,0	7,1	6,8*
EIU	-11,1	12,4	6,4	6,4
Banco Mundial	-11,0	15,7	8,3	9,6*
PIB EUA				
FIPE	-2,6	2,8	2,0	2,0
FMI	-2,6	2,8	3,0	2,8
EIU	-2,8	2,8	2,7	2,4
Banco Mundial	-2,6	2,8	2,8	2,9*
Inflação EUA				
FMI	-0,3	1,4	1,0	1,6
Banco Mundial	-0,4	1,9	1,5	2,0*

Tabela 2.1
Projeções do PIB mundial e dos Estados Unidos, comércio internacional e inflação

Fontes: FMI, WEO (outubro de 2010 e janeiro de 2011), BBVA, Global Economic Outlook, first quarter, fevereiro de 2011, Banco Mundial, Global economic prospects, janeiro de 2011, Economist Intelligence Unit (EIU), World economy forecast, janeiro 2011 e FIPE, Desenvolvimento de cenários macroeconômicos, outubro de 2010.

(*) Somente para o ano de 2012.

2.2 CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

A principal característica da economia brasileira atual é a estabilidade macroeconômica. O país tornou-se menos vulnerável a choques externos e domésticos como pôde ser constatado pelo efeito limitado da crise do “sub-prime” em 2009. Rompeu-se, finalmente, a seqüência verificada nas últimas décadas quando uma rápida deterioração das expectativas se refletia imediatamente sobre o risco país. Vê-se agora que a formação bruta de capital fixo tem crescido nos últimos seis anos, assim como o investimento direto estrangeiro. Adicionalmente, o consumo privado tem se expandido de forma consistente, estimulado pelo aumento real da massa salarial e do crédito. O país aproxima-se de atingir uma taxa de investimento próxima de 20% do PIB que, juntamente com a estabilização econômica, contribui para aumentar a produtividade do trabalho.

Estimativas recentes de crescimento potencial do país indicam uma expansão anual próxima a 4,4%. Trata-se de um patamar modesto, que mantém o Brasil como o país de menor taxa de crescimento entre os BRICs. Para crescer mais, o país terá que avançar em reformas na área fiscal que aumentem a poupança interna necessária para financiar um nível mais elevado de investimentos. De qualquer forma, as perspectivas para a economia brasileira no curto prazo são positivas. Nesse horizonte, o principal desafio é evitar o recrudescimento da inflação, cujos sinais de aceleração foram percebidos a partir de agosto de 2010. O outro grande desafio é na área externa. O aumento do déficit em transações correntes indica que o país caminha para uma necessidade de recursos externos da ordem de 3,7% do PIB já em 2011.

O Gráfico 2.4 mostra claramente o melhor desempenho da economia brasileira na última década, quando se compara com as duas décadas anteriores, situação que deve se estender ao longo do período do PPA 2012-2015. Durante a última década, graças ao ambiente econômico internacional favorável e à manutenção de política macroeconômica mais consistente, a taxa de crescimento do PIB passou a ter menor volatilidade e convergiu para uma taxa média próxima de 4%, conforme as médias quinquenais do período recente. Nas três décadas anteriores, o crescimento do PIB foi de 2,8% ao ano.

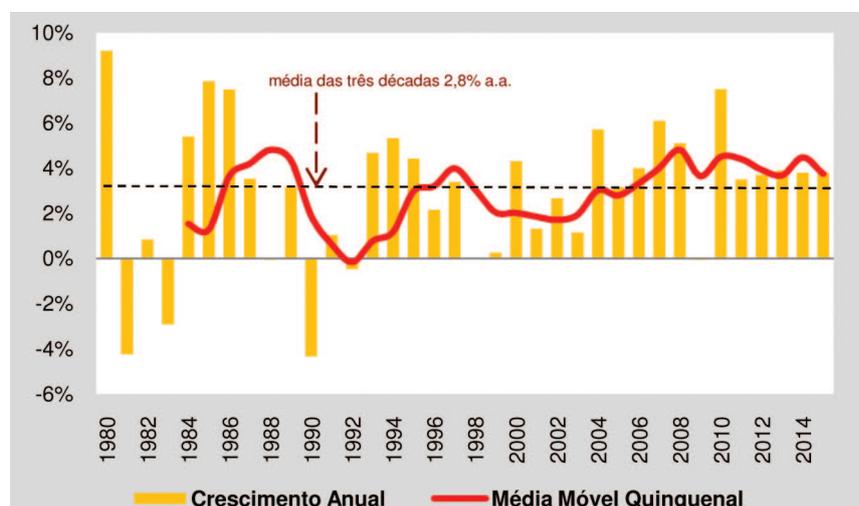


Gráfico 2.4

Crescimento do PIB brasileiro

Fonte: IBGE.

A dinâmica de crescimento de longo prazo da economia brasileira depende da trajetória da produtividade, embora possam ocorrer desvios de curto prazo por políticas monetárias restritivas para controlar surtos inflacionários e choques de risco oriundos de turbulências internacionais ou domésticas. Admitindo que o endividamento externo do país e a dívida interna do governo não tenham trajetórias inconsistentes, é possível identificar um cenário básico para a economia brasileira para o período do PPA 2012-2015. Nesse cenário, assume-se que a produtividade da economia brasileira continuará melhorando em função do aumento da escolaridade média da população, dos ganhos tecnológicos, do menor crescimento da carga tributária e do aprimoramento do marco institucional para investimentos. Em meados dos anos cinquenta, a produtividade do Brasil era 30% da produtividade da economia americana. Atualmente, essa relação chega a aproximadamente 60%, devendo convergir à fronteira de produtividade mundial nas próximas três décadas. No cenário básico, a inflação estará sobre controle e a manutenção de superávits primários elevados permitirá reduzir a dívida pública, implicando em juros reais decrescentes.

O crescimento do PIB nacional estimado para o período do PPA é de 4,4% ao ano, convergindo para um crescimento médio de 3,7% no longo prazo, desempenho superior aos 2,8% observado nos últimos trinta anos. A taxa de investimento projetada é de 19,7% do PIB, maior que os 16,8% da última década. Explicam esse crescimento o aumento da produtividade e o menor crescimento da carga tributária. A manutenção da taxa de câmbio real no patamar que se observa em 2011 é insustentável no longo prazo e levaria a déficits de transações correntes que não terão condições de ser financiados nos próximos anos. Admite-se, portanto, que haverá, no longo prazo, depreciação cambial quando o déficit externo ultrapassar 4,5% do PIB, permitindo reverter o déficit externo e percorrer uma trajetória consistente do passivo externo líquido do país. Os resultados dessa projeção são apresentados na Tabela 2.2.

Indicadores	2010	2011	2012/2015	2015/2030
PIB Brasil (% ao ano)	7,8%	4,3%	4,4%	3,7%
Inflação (% ao ano)	5,9%	5,2%	9,3%	3,6%
Juros Nominais (% ao ano)	9,8%	11,6%	14,4%	7,5%
Juros Reais	5,2%	6,6%	4,7%	3,8%
Investimento (% do PIB)	18,5%	19,4%	19,7%	20,1%
Câmbio Nominal Médio (R\$/US\$)	1,76	1,79	2,71	4,00
Exportações (US\$ bilhões)	201,9	208,0	294,5	950,2
Importações (US\$ bilhões)	181,6	219,0	294,5	953,8
Balança Comercial (US\$ bilhões)	20,3	-11,0	0,0	-3,6
Transações Correntes (US\$ bilhões)	-47,5	-82,0	-85,2	-57,2
Transações Correntes (% do PIB)	2,3%	-3,7%	-4,2%	-2,2%
Passivo Externo Líquido (% do PIB)	32,0%	32,8%	47,3%	55,9%
Superávit Primário (% do PIB)	2,7%	2,3%	4,2%	0,7%
Dívida Pública Líquida (% do PIB)	40,4%	36,7%	32,9%	22,6%

Fonte: Fipe/USP.

Tabela 2.2

Projeções das variáveis básicas do cenário nacional

2.3 CENÁRIO ECONÔMICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.3.1 Desempenho Recente da Economia Paulista

A evolução recente da economia paulista tem gerado otimismo quanto a suas perspectivas futuras. Após um período de incertezas decorrentes de grandes mudanças de política econômica que, ao lado da estabilização da moeda, provocaram a abertura da economia brasileira à concorrência internacional e levaram muitas das empresas situadas em São Paulo a implementarem profundas mudanças organizacionais e tecnológicas, a economia paulista tem dado sinais de vigor e de competitividade, notadamente a partir de 2004.

O Gráfico 2.5 mostra que o período entre 1996 e 2003 foi conturbado para a economia de São Paulo. Entretanto, a partir de 2004, quando a situação econômica mostrou-se mais favorável, foi notável a capacidade de recuperação da economia paulista, cujo PIB passou a crescer com intensidade superior à do brasileiro, na grande maioria desses anos. Mesmo em 2009, quando os efeitos da crise internacional atingiram a economia brasileira, o PIB paulista ainda registrou crescimento real, ao contrário do nacional.

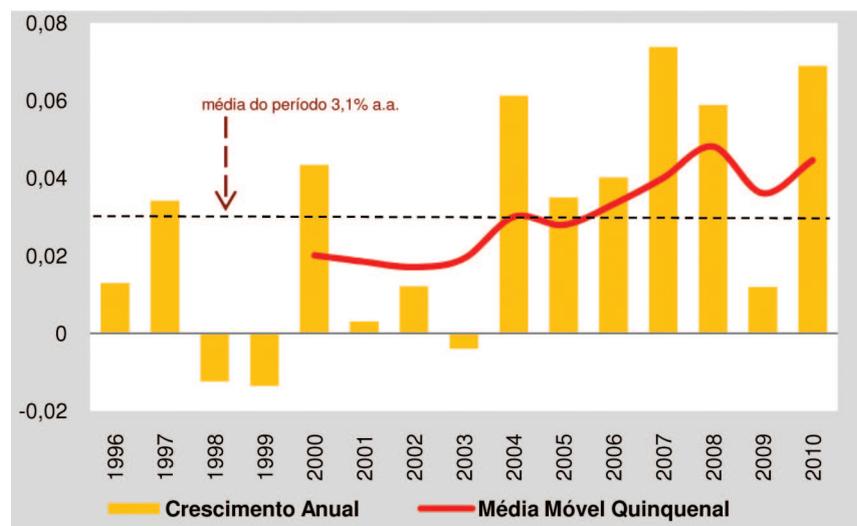


Gráfico 2.5
Crescimento do PIB do Estado de São Paulo – 1996-2010

Fonte: Fundação Seade; IBGE.

Pode-se admitir que esse novo dinamismo seja reflexo daquela reestruturação produtiva iniciada nos anos 1990. Além disso, tal dinamismo foi facilitado e potencializado pela base de infraestrutura de que dispõe São Paulo, pela importante rede de ensino em todos os níveis, especialmente técnico e superior, e pelos contínuos investimentos em pesquisa e formação de pessoal altamente qualificado por parte do governo estadual.

Não por acaso, dos R\$ 51 bilhões despendidos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre 2006 e 2008, pelas empresas cobertas

pela Pesquisa de Inovação Tecnológica do IBGE (Pintec), nada menos que R\$ 26 bilhões deveram-se a empresas situadas em São Paulo. Da mesma forma, dos 6,7 mil pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), em 2007 (último dado disponível), por residentes no país, cerca de 3 mil originaram-se de São Paulo. Esse esforço inovador vem caracterizando cada vez mais a economia paulista e deve estar na raiz da grande capacidade de recuperação mencionada anteriormente.

Além das boas condições de infraestrutura e da forte base de conhecimento e inovação, o dinamismo do ciclo de crescimento recente da economia paulista também tem se beneficiado do aumento do consumo das classes C e D. A melhoria das condições de renda desse grupo e a maior acessibilidade ao crédito, tem provocado expressiva expansão da demanda por bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, etc.), ao lado também da maior procura por bens de consumo não duráveis. Esse movimento beneficia a atividade econômica de São Paulo, pois parte significativa da cadeia de produção desses bens, sobretudo dos duráveis, localiza-se no Estado.

2.3.2 Perspectivas para a Economia Paulista

Que papel pode se esperar para a economia paulista nos novos ciclos de expansão da economia brasileira? Algumas macrotendências são muito destacadas. Embora não se possa caracterizar o crescimento recente da economia brasileira como um novo ciclo de expansão, há indicativos de que o processo de globalização e, em particular, o dinamismo da economia chinesa estão estimulando a demanda por diversos produtos intensivos em recursos naturais (minérios, metais, alimentos, papel e celulose, etc.), principalmente nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Assim, as áreas em que se acelera o crescimento econômico (Sudeste do Pará, o Quadrilátero Ferrífero de Minas, o Centro-Norte do Mato Grosso, o Oeste da Bahia, o Sul do Maranhão, etc.) localizam-se, quase todas, na periferia tradicional e na periferia dinâmica do País, as quais deverão atrair grande parcela dos investimentos a serem realizados ao longo da próxima década. Esses processos têm implicado o surgimento de novos pólos econômicos distribuídos pelo país, contrapondo-se ao peso de São Paulo na geração do PIB nacional.

Porém, é de se esperar que os novos ciclos de expansão da economia brasileira, durante o século 21, sejam intensivos em ciência e tecnologia na geração de diferentes produtos, processos e técnicas de gestão que irão compor a formação do Produto Nacional de uma economia cada vez mais exposta à competição externa. Estudos comparativos internacionais sobre os novos padrões de localização dos projetos de investimentos, semelhantes aos que irão dar sustentação a estes ciclos de expansão, mostram que as vantagens relativas das regiões para atraí-los dependerão cada vez menos da disponibilidade de recursos naturais ou de mão de obra não qualificada (fatores locais tradicionais) e cada vez mais da existência, na região, de trabalhadores qualificados em permanente processo de renovação de conhecimentos, centros de pesquisa, recursos humanos especializados, ambiente cultural, etc. (fatores locais não tradicionais). Dada a atual geo-

grafia de distribuição espacial destes fatores não tradicionais segundo as regiões brasileiras, há fortes sinalizações de que, nos novos ciclos de expansão, poderá ocorrer uma reconcentração espacial dos seus benefícios no Sul e no Sudeste do país, onde se destaca o papel predominante da economia paulista. Essa economia conta ainda com alguns fatores locais de maior relevância que também podem reforçar a reconcentração espacial das atividades econômicas:

- *inovações mais rápidas e ciclos de produto mais curtos estimulam maior proximidade espacial entre as atividades de P&D e as manufatureiras;*
- *economia de mão de obra nos sistemas de produção flexível faz com que os custos salariais passem a ser fator de menor interesse para a localização de plantas produtivas em áreas com menor remuneração laboral;*
- *mão de obra multiqualificada e com experiência (polivalente) tende a estar concentrada nas zonas industriais tradicionais dos centros mais desenvolvidos;*
- *vinculação mais estreita entre produtores e setores subcontratados também estimula a reconcentração espacial para assegurar:*
 - *a continuidade da produção just-in-time (JIT/TQC), com estoques mínimos;*
 - *a proximidade dos serviços especializados de manutenção, dada a maior vulnerabilidade das falhas nos equipamentos.*

Além do mais, há um fator de inércia que induz novos projetos de investimento a se localizarem onde o capital físico produtivo ou infraestrutural já se encontra implantado. Nesse aspecto, São Paulo tem grandes diferenciais competitivos, pois possui a indústria mais dinâmica e diversificada do País, além de uma das melhores infraestruturas físicas e tecnológicas. Sem dúvida, todos estes argumentos levam à conclusão de que há seguramente um conjunto imenso de oportunidades de investimento a serem mobilizadas no Estado de São Paulo, nos novos ciclos de expansão da economia.

A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SÃO PAULO

A inovação é a alavanca do aumento da competitividade e da economia de alto valor agregado e intensiva em conhecimento, ingrediente crítico do desenvolvimento.

As empresas paulistas têm realizado importantes esforços de inovação. Em 2008, dos R\$ 12,3 bilhões despendidos no Brasil pelas empresas inovadoras em atividades internas de P&D, R\$ 7,0 bilhões originaram-se daquelas instaladas no Estado de São Paulo, segundo a Pesquisa de Inova-

ção Tecnológica do IBGE (Pintec). Essa mesma pesquisa mostra que, enquanto o número de empresas inovadoras paulistas correspondia a 34,2% do total nacional, elas realizaram, naquele ano, 45,8% dos depósitos de patentes no país, desempenho significativamente superior à média brasileira.

Os grandes esforços do governo estadual contribuíram significativamente para sedimentar a cultura da inovação em São Paulo, que parece estar avançando entre

as empresas. O empenho governamental segue três linhas básicas: a formação de recursos humanos altamente qualificados, inclusive de pesquisadores; o fomento e a realização de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico (P&D); e a prestação de serviços tecnológicos e de assistência técnica, seja para as atividades industriais e de serviços seja para as do agronegócio.

Os dispêndios do governo estadual em atividades de P&D têm sido expressivos: chegaram a R\$ 4,2 bilhões, em 2009, segundo informações do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Desse montante, cerca de R\$ 1,0 bilhão foram executados diretamente pelo governo e os R\$ 3,2 bilhões restantes pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas estaduais. Os demais Estados da Federação, em conjunto, despenderam pouco mais de R\$ 1,8 bilhões em atividades de P&D, dos quais R\$ 1,3 bilhões diretamente pelos seus governos e o restante por suas respectivas IES. Ampliando-se o conceito para incluir as chamadas Atividades Científica e Técnicas Correlatas (ACTC), os dispêndios paulistas em atividades científicas e tecnológicas (C&T) chegam a R\$ 4,8 bilhões. Essas informações mostram a incontestante prioridade que o governo paulista dedica a tais atividades e explicam, em boa medida, a difusão da cultura de inovação entre as empresas aqui instaladas.

A despeito desses esforços, ainda há muito que avançar no sentido de aumentar o investimento tecnológico e explorar todo o potencial de conhecimento gerado pelas instituições de ensino e de pesquisa do governo estadual em favor da sociedade paulista e brasileira. Como se sabe, a grande dificuldade que o Brasil e São Paulo experimentam nesse campo

é transformar o excelente desempenho de seus pesquisadores em ganhos para toda a sociedade, isto é, transferir os conhecimentos científicos em avanços tecnológicos passíveis de apropriação pelos cidadãos quando adquirem um produto ou serviço de melhor qualidade por menor preço.

Estimular as sinergias para todos os setores de atividade é a principal tarefa a ser cumprida pelo governo paulista. Para tanto é necessário, por um lado, manter os esforços historicamente realizados pelo Estado e, por outro, ampliar a interação entre as instituições públicas de ensino e pesquisa, produtoras de conhecimento, as empresas privadas e demais instituições do próprio governo, capazes de incorporar em suas atividades esses conhecimentos, capacitando seu pessoal técnico (como é o caso dos professores da rede pública de ensino básico), implementando inovações tecnológicas e aprimorando seus processos, produtos e serviços.

Várias medidas recentes têm sido tomadas nesse campo, como a constituição de parques tecnológicos, por meio do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos – SPtec e a promulgação da Lei de Inovação (Lei Complementar nº 1.049, de 19 de junho de 2008). Essa lei procura estimular universidades, institutos de pesquisas e empresas, pesquisadores públicos ou do setor privado na participação do processo de inovação tecnológica. A política paulista de inovação consiste, portanto, em estratégia formada por duas vertentes – pública propriamente dita e indução à inovação privada – que convergem harmonicamente para proporcionar capacidade de inovação e seus conseqüentes resultados para o desenvolvimento de São Paulo e do País.

Embora tenham características históricas e estruturais diferentes, as regiões de países emergentes como o Brasil não podem deixar de observar que ali a geografia das indústrias e setores de alta tecnologia tem demonstrado uma concentração persistente em algumas poucas áreas, com pequena intensidade de dispersão. Até mesmo em atividades de alta tecnologia, nas quais predominam empresas de pequeno e médio portes, estas procuram localizar-se no campo aglomerativo das áreas mais desenvolvidas, uma vez que os diferenciais de custos de produção e o acesso a profissionais altamente qualificados, que aí podem ser obtidos, são cruciais para a sua sobrevivência organizacional. Como o Estado de São Paulo concentra fatores locais especializados, deverá consolidar e, eventualmente, ampliar sua presença no PIB brasileiro ao longo dos próximos anos.

Finalmente, é preciso destacar como os cada vez mais elevados preços de energia poderão afetar os padrões de localização das atividades econômicas. Em geral, pode-se afirmar que as consequências espaciais dos preços mais elevados da energia dependerão da natureza de respostas na produção e no tipo de mudanças na estrutura de custos de transporte que vierem a ocorrer. A demanda mundial crescente por energia de biomassa (etanol, biodiesel) poderá criar alternativas de desenvolvimento, tanto para áreas economicamente deprimidas e ambientalmente degradadas do Brasil como para áreas que já são especializadas nesse segmento. A orientação da indústria em direção a insumos específicos ou ao mercado, por exemplo, poderá ser influenciada por estes determinantes locais. Certamente, além do preço da energia, a estrutura intermodal, que determina os custos de transferência ou de acessibilidade, consiste em outro canal que pode afetar as decisões locais. Neste sentido, tudo indica que os projetos de investimentos do Pré-Sal no Litoral Paulista poderão vir a se constituir em um fator importante para a ampliação do espaço de São Paulo na economia brasileira, dados a grandiosidade prevista para estes investimentos e o esforço de planejamento regional e de política industrial para potencializar essas oportunidades de crescimento que vem sendo realizado pelo Governo Estadual.

O PRÉ-SAL

A camada pré-sal abriga um novo potencial petrolífero, com oportunidades de crescimento para o País e para São Paulo. A ampliação dos negócios relacionados à exploração de petróleo e gás natural, acompanhada de novos investimentos nas atividades portuárias, industrial, imobiliária e petrolífera deverá impactar: a infraestrutura de acesso; a ocupação do solo; o consumo de água e outros recursos naturais; e as necessidades de energia, habitação,

saneamento e serviços públicos, nas áreas de transporte urbano, educação e saúde.

Do ponto de vista da infraestrutura estão previstos a expansão do porto organizado e obras de aumento da capacidade para recebimento de navios de grande calado, com aprofundamento do canal do Porto de Santos; investimentos em implantação e modernização de terminais portuários privados. A esses melhoramentos se somarão a implantação de instalações

voltadas ao desenvolvimento da indústria naval (estaleiros; estruturas de apoio à construção e reparo de embarcações e plataformas), a ampliação e modernização das instalações de indústrias de base, especialmente no Pólo Industrial de Cubatão, e o desenvolvimento de atividades retroportuárias industriais e de logística.

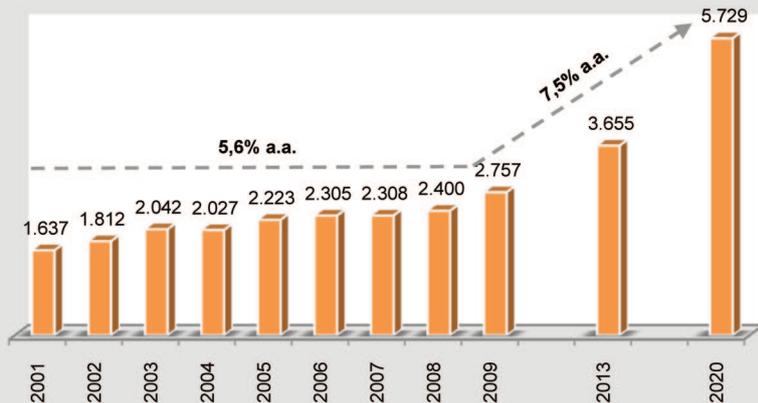
São Paulo já está se preparando para os desafios e oportunidades associados ao Pré-sal. Está sendo desenvolvido o Planejamento Estratégico do Litoral Paulista, para estabelecer bases técnicas e ambientais necessárias à implementação de projetos relacionados aos grandes vetores de crescimento representados pela expansão: das atividades portuárias e retroportuárias; da cadeia de petróleo e gás; e da indústria paulista. O Planejamento Estratégico levará em conta as peculiaridades e características sociais, econômicas e ambientais, da Baixada Santista e do Litoral Sul e Norte, e

suas potencialidades de desenvolvimento integrado.

Adicionalmente, está em elaboração o Planejamento Ambiental para as Atividades Portuária, Industrial Naval & Offshore no Estado de São Paulo (PINO), que envolverá: Planejamento Ambiental; Avaliação Ambiental Integrada do Litoral Norte; e Avaliação Ambiental Estratégica para as atividades portuária, industrial naval e offshore, no Litoral Paulista.

Para apoiar as atividades de pesquisa e formação de recursos humanos das empresas que vão explorar petróleo na Bacia de Santos, foi assinado o credenciamento provisório do Parque Tecnológico de Santos, no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec). A iniciativa reúne: seis instituições de ensino superior da Baixada Santista; a prefeitura de Santos; o Governo Estadual, através dos cursos do Centro Paula Souza; e a Petrobras, com fornecimento de equipamentos e de laboratórios.

PRODUÇÃO TOTAL DA PETROBRAS
(Mil Barris de Óleo Equivalente por dia)



Fonte: Petrobras.

2.3.3 Cenário Econômico para São Paulo

Os fundamentos do cenário econômico para São Paulo se alinham com aqueles desenhados para as economias brasileira e mundial, apresentados anteriormente. A Tabela 2.3 mostra que a economia de São Paulo deve crescer à taxa de 4,5% ao ano no período 2012-2015, com desempenho levemente superior àquele projetado para o Brasil (4,4% ao ano). O desempenho desse período ainda reflete os efeitos do ciclo de expansão econômica recente, bastante condicionado pelo aumento da demanda (e dos preços) dos bens minerais e energéticos. As características desse ciclo têm favorecido de forma relativamente mais intensa as regiões com maior vantagem nesses fatores, como o Norte e o Nordeste. Seus efeitos têm sido potencializados pelos investimentos volumosos direcionados para a infraestrutura energética e de transporte, assim como para a expansão da capacidade produtiva do setor mineral. Além disso, a ampliação da economia do Centro-Oeste pelos impulsos do setor agroindustrial é um fenômeno que ainda deve perdurar, haja vista a crescente demanda por alimentos no mundo e, em particular, no mercado asiático.

Tabela 2.3
Projeção de crescimento do PIB de
São Paulo e do Brasil (%)

Região	2011	2012-2015	2015-2030
São Paulo	4,2	4,5	4,2
Brasil	4,3	4,4	3,7

Fonte: Fipe/USP e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

No entanto, no longo prazo, os determinantes do crescimento econômico tendem a ser cada vez mais influenciados por fatores como inovação tecnológica, qualidade da infraestrutura, tamanho e perfil do mercado de consumo, qualificação da mão-de-obra, dentre outros. Como a economia paulista possui vantagens comparativas mais fortes nesses fatores, também dispõe de melhores condições para explorar as oportunidades geradas por esse novo padrão de crescimento econômico de longo prazo. De fato, a Tabela 2.3 mostra que São Paulo deve crescer à taxa de 4,2%, entre 2015 e 2030, desempenho nitidamente mais elevado que o esperado para a economia nacional.

O perfil setorial do crescimento de São Paulo pode ser estimado com base nos dados sobre variação da produção (Tabela 2.4). No período 2012-2015, a dinâmica econômica estadual deverá ser altamente influenciada pelo crescimento dos setores com alta intensidade tecnológica seguido pelos setores intensivos em recursos naturais. Após 2015, os primeiros setores deverão permanecer como o principal determinante da dinâmica da economia paulista, enquanto que os últimos deverão crescer com intensidade bem inferior à estimada para o período anterior.

Esses resultados reafirmam o fato de que essas dinâmicas expressam um cenário de curto prazo bastante condicionado pela expansão da demanda por recursos naturais e energéticos, enquanto no longo prazo a dinâmica da economia paulista será condicionada pelo desempenho da cadeia de bens intensivos em tecnologia. O setor governamental apresenta uma contribuição importante para o crescimento de São Paulo nos dois períodos, pois o cenário macrorregional considera melhorias constantes nas condições de sustentabilidade das finanças públicas.

Setores	2012-2015	2015-2030
Recursos Naturais	5,07	3,58
Baixa Intensidade Tecnológica	3,74	3,13
Média Intensidade Tecnológica	4,92	4,07
Alta Intensidade Tecnológica	7,14	5,13
Serviços	3,66	3,83
Administração Pública	4,88	4,32
Total	4,76	4,16

Tabela 2.4

Projeção do crescimento da produção de São Paulo por grupos de setores

Fonte: Fipe/USP e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Em termos regionais, uma das principais características do crescimento de São Paulo consiste na desconcentração da atividade econômica da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (Tabela 2.5 e Figura 2.1). Estima-se que o crescimento anual médio da RMSP seja, respectivamente, de 4,26% e 4,11% nos períodos 2012-2015 e 2015-2030, inferior ao crescimento do Estado. Essa desconcentração espacial é relativa e não constitui, necessariamente, um fenômeno desfavorável. É de conhecimento geral que a elevada concentração econômica da RMSP tem aumentado os custos de transação devido à presença de deseconomias de aglomeração, além de provocar efeitos negativos em algumas áreas, como a ambiental e da mobilidade intra e interurbana.

Região	2011	2012-2015	2015-2030
Total Estado	4,22	4,52	4,15
1 - Central	4,72	5,14	4,29
2 - Araçatuba	4,18	4,50	3,87
3 - Barretos	4,53	4,66	3,92
4 - Bauru	4,29	4,51	4,01
5 - Campinas	4,11	4,73	4,22
6 - Franca	4,21	4,57	3,89
7 - Marília	4,41	4,53	3,98
8 - Presidente Prudente	4,49	4,41	3,95
9 - Registro	3,64	4,43	3,52
10 - Ribeirão Preto	4,32	4,48	4,06
11 - Santos	4,02	4,96	4,03
12 - São José do Rio Preto	4,40	4,43	3,94
13 - São José dos Campos	4,80	6,05	4,83
14 - Sorocaba	4,19	4,87	4,20
15 - Metropolitana de São Paulo	4,17	4,26	4,11

Tabela 2.5

Projeção do crescimento do PIB de São Paulo por Região Administrativa (%)

Fonte: Fipe/USP e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Essa desconcentração, no entanto, tem se dado de forma concentrada nas áreas que compõem a chamada macrometrópole paulista (Figuras 2.1 e 2.2). Note-se que a região de São José dos Campos apresenta a maior taxa de crescimento nos dois sub-períodos analisados (6,05% e 4,83%, respectivamente). A posição desta região, geograficamente privilegiada em termos de acessibilidade aos grandes mercados regionais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, combinada com sua especialização em cadeias produtivas com elevada intensidade tecnológica (complexos metalúrgico, bélico e aeroespacial), possibilita um dinamismo econômico bastante favorável no curto e no longo prazo. Além disso, os investimentos previstos na plataforma logística de São José dos Campos deverão levar à redução dos custos de produção e de comercialização de bens e serviços que amplifica as vantagens competitivas desta região.

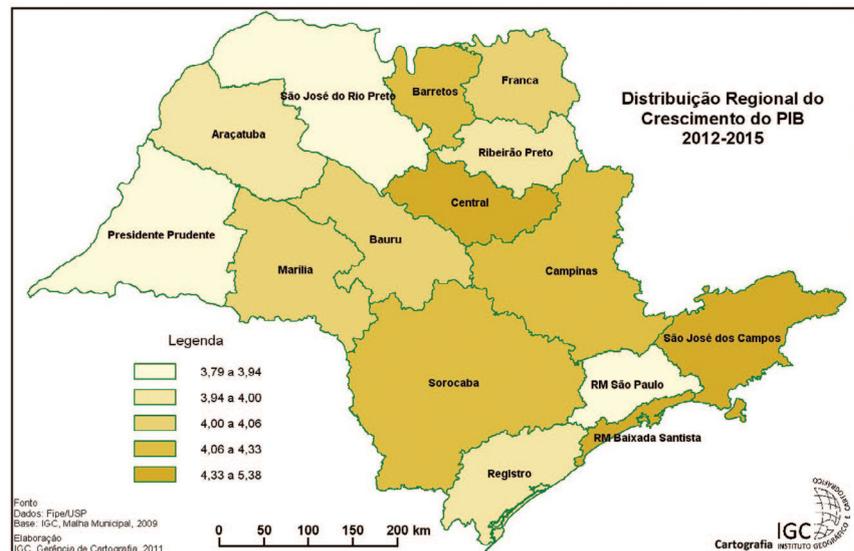


Figura 2.1
 Projeção do crescimento do PIB
 segundo as regiões administrativas
 de São Paulo – 2012-2015

No período 2012-2015, as regiões que também deverão crescer com intensidade bastante acima da média estadual são Central (5,14% a.a.) e Santos (4,96% a.a.). Já no período 2015-2030, a região Central (4,29% a.a.) deverá permanecer entre as mais dinâmicas, seguida pela região de Campinas (4,22% a.a.). O desempenho econômico da Baixada Santista reflete os investimentos do Pré-Sal, mas espera-se que os efeitos mais significativos se materializem no curto prazo, de modo que seu desempenho deve ser inferior à média estadual no período 2015-2030. Ademais, deve-se reconhecer que algumas características da região de Campinas constituem vantagens competitivas relevantes na dinâmica do crescimento econômico no período 2015-2030, tais como sua maior diversidade produtiva, especialização nos setores intensivos em tecnologia e sua própria dimensão enquanto mercado produtor e consumidor.

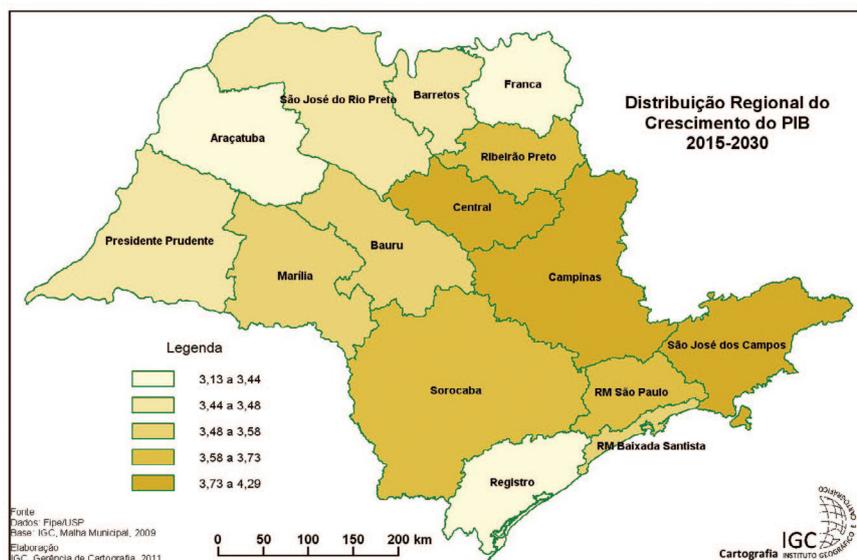


Figura 2.2
 Projeção do crescimento do PIB segundo as regiões administrativas de São Paulo – 2015-2030

Em contraste, outras regiões paulistas devem seguir trajetórias de crescimento bastante inferiores à média estadual, evidenciando dificuldades para acompanhar com mesma intensidade a dinâmica econômica estadual. No período 2012-2015, essas regiões são Presidente Prudente (4,41% a.a.), Registro (4,43% a.a.) e São José do Rio Preto (4,43% a.a.), enquanto no período 2015-2030 as regiões com menor taxa de crescimento são Registro (3,52% a.a.), Araçatuba (3,87% a.a.) e Franca (3,89% a.a.). Em geral, essas regiões estão mais afastadas da área de influência da RMSP e possuem características que limitam um bom aproveitamento das oportunidades geradas pelo crescimento da economia estadual, tais como baixa diversificação produtiva e mercado consumidor relativamente menor. O caso da região Registro, sistematicamente localizada entre as regiões de menor crescimento, evidencia um problema de dinamismo econômico estrutural que requer atenção por parte das políticas governamentais.

2.4 DESEMPENHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os esforços empreendidos nos últimos anos para a manutenção do equilíbrio fiscal e crescimento da receita do Estado propiciaram o alcance de uma boa situação econômico-financeira que permitiu crescentes investimentos e superávits que asseguraram a redução do endividamento.

O governo continuará a enfrentar importantes desafios nos próximos anos para ampliar o nível de investimento com responsabilidade fiscal. Será necessário continuar ampliando a receita através do combate à fraude e à sonegação fiscal e da diversificação das fontes financeiras. Um segundo eixo de atuação estratégica relaciona-se à melhoria da relação entre o gasto público e os resultados alcançados, aprimorando-se as condições de governança e de controle interno do Estado.

Em relação à gestão financeira, o objetivo é manter o equilíbrio orçamentário alcançado e avançar na redução do endividamento. É necessário aprimorar o combate à fraude e à sonegação fiscal com o intuito não só de aumentar a receita, mas de propiciar maior justiça tri-



butária. Para tal, o governo continuará o processo de informatização da gestão tributária que possibilite maior agilidade nas ações de fiscalização, através de sistemas de registro eletrônico de documentos e livros fiscais, sistema online e unificado de informações sobre impostos e taxas, assim como dos principais processos de Administração Tributária, tais como pedidos de isenção fiscal e contestações, entre outros. Um resumo das projeções de receitas e despesas consolidadas do Estado de São Paulo encontra-se na Tabela 2.6.

São várias as ações relacionadas à melhoria da qualidade do gasto público. A implantação de um sistema integrado de custos possibilitará a melhor alocação dos recursos entre programas e a análise de seus resultados, assim como o acesso mais fácil do cidadão às contas públicas, e a gestão unificada da administração de recursos humanos e folha de pagamentos possibilitará maior controle da despesa com pessoal. Novas e aprimoradas metodologias para procedimentos de auditoria resultarão em maior capacidade de monitoramento e orientação, tanto das unidades da administração direta como das entidades descentralizadas, quanto ao desempenho administrativo, normas e procedimentos adequados de gestão econômico-financeira e de projetos. O aprimoramento do sistema de bolsa eletrônica-BEC para compras do Estado permitirá maior economia nas despesas e qualidade das compras. Outro importante objetivo é o equacionamento da situação da previdência estadual, cujo processo envolve ações de racionalização dos procedimentos para reduzir o prazo médio de concessão de benefícios, o monitoramento dos beneficiários para coibir fraudes previdenciárias eliminando pagamentos indevidos, assim como a criação do Plano de Previdência Complementar dos servidores do Estado.

Receitas e Despesas	2012 - 2015
I. Receita Total	729.883,0
(-) Operação de Crédito e Receita Financeira	33.841,5
II. Receitas Primárias	696.041,5
Transferências Federais	52.465,0
Receitas Próprias	643.576,6
III. Transferências a Municípios	155.543,0
IV. Receitas Primárias Líquidas (IV = II - III)	540.498,5
V. Despesas Primárias Próprias (V = IV - VI)	515.853,7
VI. Resultado Primário (VI = IV - V)	24.644,8
VII. Serviço da Dívida	58.486,3

Tabela 2.6

Receitas e despesas projetadas para o período do PPA (R\$ milhões correntes)

Fonte: Secretaria de Fazenda e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.





OS AVANÇOS SOCIAIS

O progresso social não só deve acompanhar o progresso econômico. Ao contrário, cada vez mais, é condição do desenvolvimento econômico, que avança pelas várias avenidas da economia inteligente, da economia da informação e da comunicação. As adequadas condições de vida, desde o nascimento e ao longo do desenvolvimento e formação das novas gerações, tornam-se progressivamente a base incontornável do progresso econômico, e de modo mais contundente do que foram no passado. Esse também é o entendimento do Governo do Estado de São Paulo, ao direcionar suas políticas sociais para os ganhos de qualidade – uma vez que do ponto de vista quantitativo, praticamente já se atingiu a universalização do acesso à educação básica e à saúde.

Às positivas condições demográficas e econômicas, antes citadas, somam-se os níveis significativos de bem-estar social já alcançados pelo Estado de São Paulo, ampliando as oportunidades que a sociedade oferece às gerações mais jovens. Uma sociedade educada, coesa e solidária possibilita, aos seus membros jovens, oportunidades de desenvolvimento intelectual e social, como também adequada qualificação para o trabalho e para o exercício da vida cidadã.

São muitas as possibilidades hoje presentes na sociedade paulista, mas sabe-se bem que serão tão mais aproveitadas quanto melhor preparadas estejam as pessoas para fazê-lo. E isto se traduz em satisfatórias condições de saúde, especialmente das crianças e jovens, bons níveis de escolaridade e uma qualificação que responda com qualidade e atualidade às demandas do mercado de trabalho. Por outro lado, supõe também um esforço redistributivo do Estado, voltado para a melhora das condições de vida das famílias mais vulneráveis.

Para além do empenho da sociedade, sabidamente intenso no Estado, os programas governamentais constituem o eixo dessa ação construtiva de ampliação das oportunidades sociais. Este capítulo registra os principais indicadores sociais de saúde, educação, pobreza e trabalho, apontando para os objetivos e estratégias do governo do Estado em direção às garantias e à ampliação daquelas oportunidades.

3.1 AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA DA SOCIEDADE PAULISTA

Foi acentuado o avanço social do Estado de São Paulo nas últimas décadas, melhora refletida em inúmeros indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), permite mensurar a qualidade de vida em regiões ou países. Dada a natureza estrutural desse indicador, pouco sensível às mudanças no curto prazo, ele possibilita acompanhar tendências. As estimativas para São Paulo revelam aumentos nos níveis de desenvolvimento humano no período 1991 a 2005.

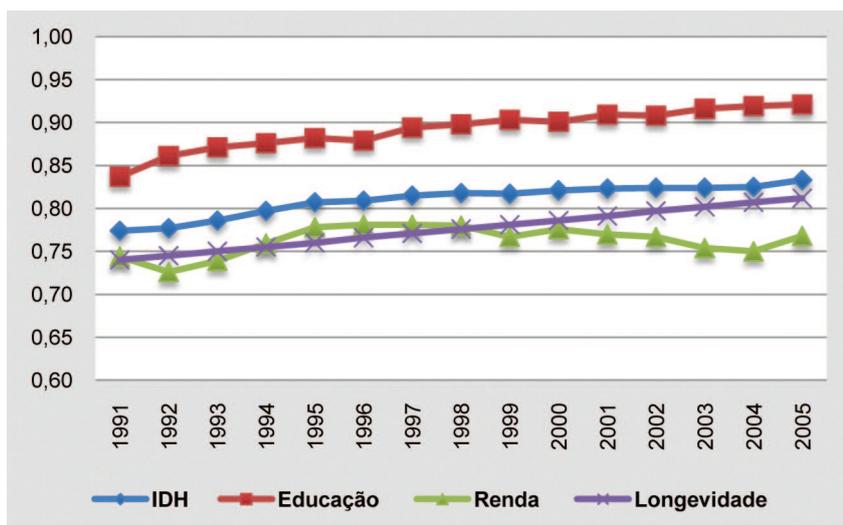


Gráfico 3.1

Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Estado de São Paulo – 1991 – 2005

Fonte: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

A evolução dos componentes que integram o IDH permite observar que a dimensão educação apresentou crescimento mais expressivo do que as demais. Já a longevidade mostra crescimento mais regular no período. A renda também apresenta movimento de crescimento ao longo do período, mas de modo irregular (Gráfico 3.1). Pode-se ressaltar, no entanto, que o indicador de renda deve apresentar trajetória ascendente. A redução do desemprego, acompanhada de expressiva formalização do trabalho, permite vislumbrar aumento expressivo para esse indicador.

Em relação à participação de cada componente para o crescimento do IDH, observa-se que a educação destaca-se por sua maior contribuição para a expansão. A universalização do acesso ao ensino fundamental e a expansão acelerada no ensino médio, bem como no superior, explicam tais resultados. Além disso, cabe destacar que o nível de desenvolvimento social alcançado situa São Paulo em patamar elevado, superado apenas pelo Distrito Federal e Santa Catarina (Gráfico 3.2).

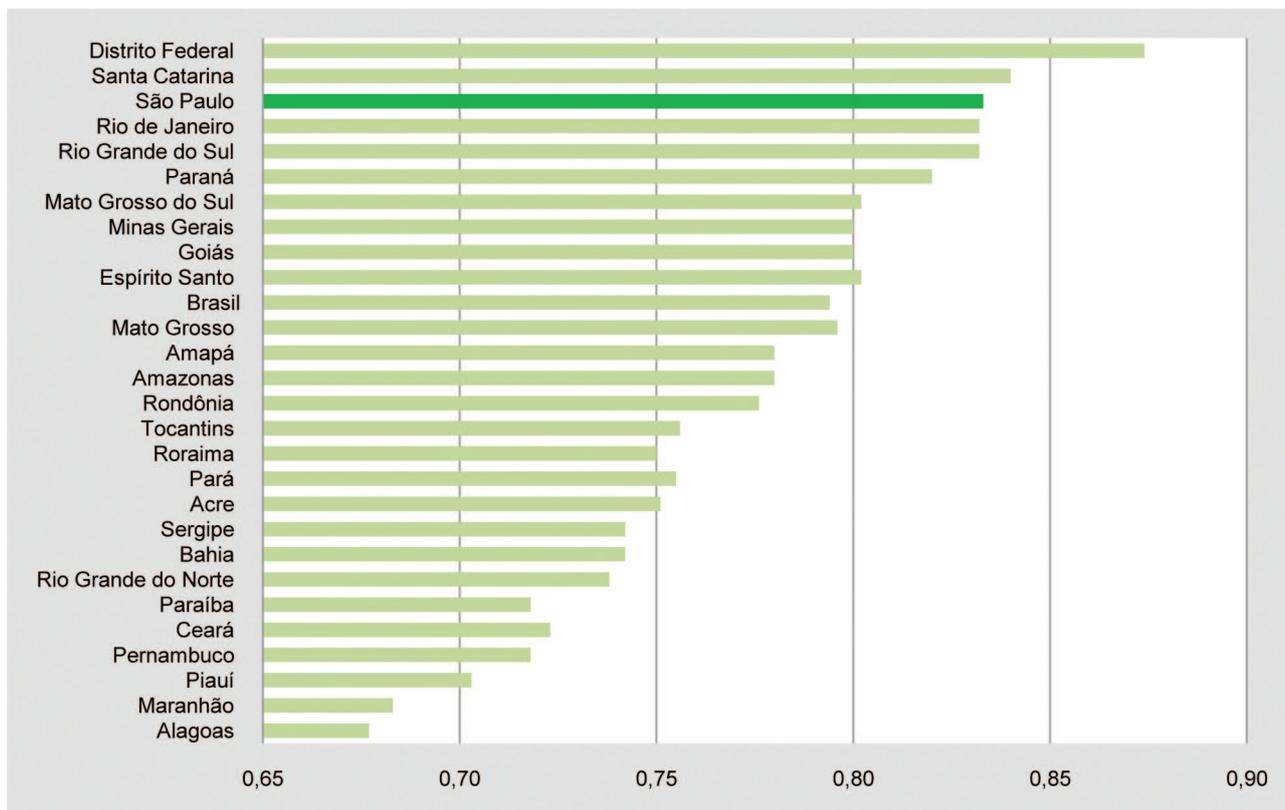
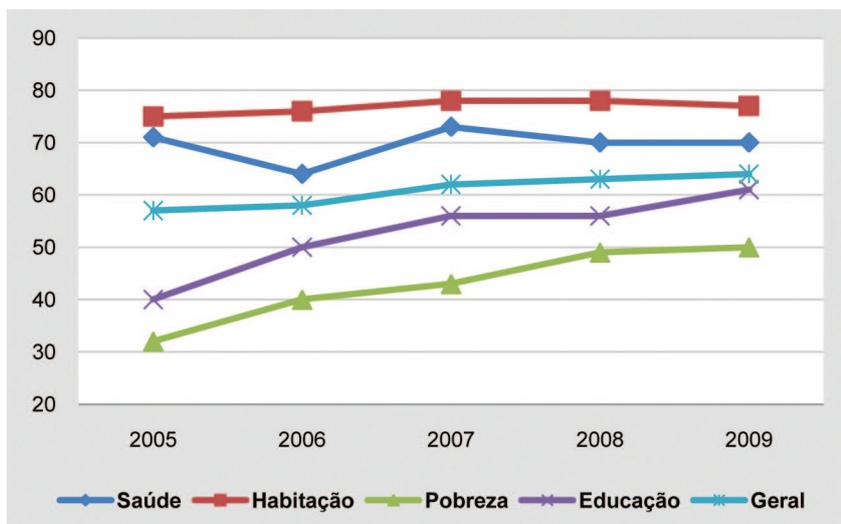


Gráfico 3.2

IDH por Unidade da Federação - 2005

Fonte: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008 - Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.

A melhora das condições sociais no Estado de São Paulo também se confirma através dos dados de evolução de qualidade de vida, conforme os indicadores sintéticos elaborados pela Fundação SEADE (Gráfico 3.3). Nota-se melhora acentuada da educação, acompanhada de relativa permanência das condições de saúde e habitação. Dados os níveis altos de acesso e cobertura já alcançados nas áreas da saúde e habitação, a melhora tende a ser naturalmente menos acentuada nessas áreas.

**Gráfico 3.3**

Indicadores Sintéticos de Qualidade de Vida – São Paulo

Fonte: Fundação SEADE.

3.2 AMPLIAÇÃO DAS CAPACIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS

A sociedade paulista vem alcançando níveis significativos de bem-estar e evolui em direção a uma sociedade de oportunidades. O investimento social público e privado das décadas recentes mostra seus resultados na expansão das capacidades sociais das gerações mais novas. Mostra-se também na ampliação do parque de equipamentos e serviços sociais que oferecem possibilidades ampliadas de escolhas àquelas gerações, configurando melhor os caminhos que elegerão em direção ao seu futuro como cidadãos ativos e independentes.

3.2.1 Seguros Pontos de Partida da Vida Saudável

Condições gerais de vida saudáveis e suficientes, presentes ao longo dos processos de nascimento, crescimento e desenvolvimento das crianças e jovens, são decisivas para a formação das suas capacidades cognitivas e sociais. Junto com outros serviços sociais básicos, como a educação fundamental, tendem a garantir, no ponto de partida, a igualdade de oportunidades a partir da qual as pessoas se diferenciarão posteriormente.

As condições sanitárias, habitacionais e de saúde estão entre as que merecem especial atenção da política pública paulista. O avanço nestas áreas tem sido sistemático e vem atingindo patamares já bastante altos de acesso e cobertura. Em 2008, 99% dos moradores do Estado já tinham garantido o acesso à rede de abastecimento de água tratada, enquanto a rede de esgoto tratado atingia 65,7% dos moradores dos domicílios urbanos.

A política habitacional do Estado, também sistemática, registra seu avanço na constatação de que, em 2010, o déficit habitacional (déficit e inadequação) havia sido reduzido a 10% do total de domicílios. Visando combater o déficit habitacional, o Governo Estadual introduziu

uma inflexão na sua política habitacional, passando a priorizar também os investimentos na melhoria das condições de moradias das comunidades que vivem em assentamentos precários.

Por sua vez, os indicadores de saúde em São Paulo aproximam-se dos níveis recomendados pela OMS, como mostra o Quadro 3.1. A redução da mortalidade infantil, da mortalidade materna e a atenção integral à saúde da mulher são alvos tradicionalmente prioritários da ação governamental, reforçados mais ainda com o comprometimento do Estado com as Metas do Milênio.

Indicador	Valor	Metas ou tendência
Coeficiente de Mortalidade infantil	12,48 óbitos em crianças menores de 1 ano a cada 1.000 nascidos vivos	Redução
Taxa de internações SUS por AVC em maiores de 40 anos	23,04 internações por 10.000 habitantes maiores de 40 anos	Redução
Percentual de internações SUS por causas sensíveis à atenção básica	16,06% do total de internações SUS.	Redução
Média de consultas nas especialidades básicas SUS por habitante/ ano	1,84 consultas básicas por habitante ano	1,5 a 2,5 consultas/hab./ano.
Razão de exames citopatológicoscervico-vaginais	0,17 exames citopatológicoscervico-vaginais realizados no SUS em mulheres de 25 a 59 anos/ ano	0,19 no estado de São Paulo em virtude da alta cobertura de planos de saúde
Cobertura Vacinal em menores de 1 ano – vacina tetravalente	95,96% das crianças menores de 1 ano imunizadas.	> = 95%
Prevalência de pacientes em diálise	45,85 pacientes em diálise no SUS por 100.000 habitantes.	Países mais desenvolvidos (EUA, Japão) tendem a taxas mais elevadas e em população mais idosa, em função de qualidade de vida e maior expectativa de vida. No estado de São Paulo há diversidade na prevalência entre as diferentes regiões de saúde.

Quadro 3.1
Indicadores de saúde selecionados
– Estado de São Paulo – 2010

FONTE: Matriz de Indicadores de Saúde. Disponível no portal da SES – <http://www.saude.sp.gov.br>.

O Estado conta com o maior e mais complexo parque de infraestrutura de saúde entre os estados brasileiros, abrigando programas e serviços públicos estaduais decisivos para o avanço do desempenho geral da área. A oferta privada é sabidamente ampla e de qualidade. Entretanto, os grandes e complexos hospitais públicos como o Instituto do Câncer, o Hospital Pérola Byington – Centro de Saúde da Mulher e os Hospitais de Clínicas de da USP (São Paulo), Unicamp (Campinas) e Unesp (Botucatu), são centros de referências para todo o País. Além do atendimento aos pacientes, ali se desenvolvem pesquisas, ensino e são introduzidas as principais inovações em diagnóstico e clínica, dissemi-

nadas posteriormente por todo o Estado e mesmo pelo País. Nesse plano, é ainda de se destacar a contribuição das Fundações Oncocentro e Pró-Sangue Hemocentro, que também desenvolvem pesquisas a partir de padrões internacionais de referência, além dos seus outros serviços de atendimento à população.

Na outra ponta, o atendimento básico de saúde é oferecido pelas 877 Unidades de Saúde e os 37 Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMÉs) em todo o Estado. Voltadas a necessidades específicas, atuam também, e com caráter inovador, a Rede Lucy Montoro (reabilitação), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as unidades de tratamento de dependência química - Cratod (Centro de Referência em Álcool, Tabaco e outras Drogas).

Completam as ações estatais na área da saúde os programas que garantem à população o acesso aos medicamentos essenciais, produzidos pela Fundação para o Remédio Popular – FURP, do Estado de São Paulo, e também os recebidos do SUS. Sabe-se que 70,4% dos usuários do SUS em São Paulo recebem medicamentos gratuitos, enquanto no Brasil tal proporção é de 64,1%.

São muitos os desafios a serem ainda enfrentados pela política de saúde estadual, compromissos assumidos pelo Plano Estadual de Saúde, o Pacto de Saúde e as Metas do Milênio. A mortalidade infantil é declinante, como vimos, embora ainda alta em algumas regiões e municípios do Estado, exigindo ações adicionais ali focalizadas. Também as reduções da mortalidade materna e da mortalidade perinatal estão ainda na ordem do dia, especialmente nas regiões e municípios onde se mostram mais elevadas.

Um indicador da avançada transição demográfica, a demanda por saúde da população idosa acompanha o crescimento da proporção desta última na pirâmide populacional. O Estado vem se preparando para esse tipo de atendimento, redefinido suas prioridades, consciente dos cuidados complexos e dos custos elevados que exige.

3.2.2 As Oportunidades Educacionais

A população paulista aproxima-se da condição de sociedade educada, cada vez mais apta em atender às exigências e oportunidades abertas pela economia fundada nas novas tecnologias de informação e comunicação. Mas nossos indicadores ainda se distanciam dos níveis almejados, por exemplo, aqueles já alcançados por países da OCDE, da Índia ou da Coreia do Sul.

Do ponto de vista quantitativo, ou seja, do acesso à escola por parte da população jovem, a educação está praticamente universalizada no Estado. Em 2010, 98,3% dos jovens de 7 a 14 anos frequentavam o Ensino Fundamental. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 88,5% frequentavam a escola, mas é verdade que apenas 68,8% frequentavam o Ensino Médio, não tanto por falta de vagas, antes em razão de uma demanda que depende especificamente do fluxo de saída do ensino fundamental. Mesmo que a frequência ao Ensino Médio venha crescen-

do desde 2006 e seja a maior taxa entre os estados brasileiros, ela é reconhecidamente baixa – sua elevação constitui um dos maiores desafios do sistema educacional paulista.

Às taxas de frequência, somam-se outros positivos indicadores educacionais. São Paulo apresenta uma das menores taxas de analfabetismo: 4,7%, praticamente metade da média nacional de 9,7% e inferior também à média da Região Sudeste 5,7% (PNAD, 2009). O indicador para analfabetismo funcional apresenta taxa igualmente favorável (13,2%), significativamente inferior à média nacional (20,3%).

O Estado apresenta também uma das melhores médias nacionais de anos de estudo da população de 15 anos e mais de idade (8,5 anos), contribuindo, juntamente com outras duas Unidades da Federação (Distrito Federal e Rio de Janeiro), para a elevação da média nacional a 7,5 anos (PNAD 2009). Do mesmo modo, na avaliação da faixa de 20 a 24 anos de idade, enquanto o Estado de São Paulo registra 10,6 anos de estudo em média, o País registra 9,6 anos.

Tabela 3.1
Taxas de escolarização da população de 15 Anos e mais de idade – 2009

Local	Média de Anos de Estudo	Analfabetismo (%)	Analfabetismo Funcional (%)
Brasil	7,5	9,7	20,3
São Paulo	8,5	4,7	13,2
RMSP	8,8	4,2	11,5

Fonte: IBGE/Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2009.

Local	Média de Anos de Estudo					
	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos
Brasil	6,6	7,4	8,1	8,7	9,2	9,6
São Paulo	7,4	8,1	9,0	9,7	10,2	10,6
RMSP	7,4	8,0	9,0	9,5	10,1	10,7

Tabela 3.2
Média de anos de estudo da população de 15 anos e mais de idade, por grupos de idade – 2009

Fonte: IBGE / Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2009.

Vale a pena chamar a atenção para os indicadores educacionais referentes à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Muitas dificuldades cercam o enfrentamento das questões sociais na RMSP, decorrentes principalmente de sua enorme população. Entretanto, verifica-se que, no caso destes indicadores educacionais, a RMSP mostra uma situação bem positiva, com seus indicadores equiparando-se ou até mesmo superando as médias estaduais.

A ação do poder público estadual é crucial para o atendimento à demanda educacional do Estado. Em 2010, a rede pública paulista de educação básica, creches e EJA, estadual e municipal, atendia mais de 8 milhões de alunos, distribuídos conforme as informações da Tabela 3.3.

Níveis/ Administração	Creche	Pré Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA Fundamental	Médio	TOTAL
Estadual	919	363	2 592 461	1 558 942	57 289	227 896	4 437 870
Municipal	358 844	831 563	2 363 220	21 620	194.263	1363	3 770 873
TOTAL	359 763	831 926	4 955 681	1 580 562	251 552	229 259	8 208 743

Fonte: Censo Escolar 2010. INEP.MEC

Tabela 3.3

Matrículas na rede de escolas públicas estaduais e municipais de São Paulo

Conforme a Tabela 3.3, as mais destacadas proporções da participação da rede estadual na oferta pública de educação, no Estado de São Paulo, são aquelas apresentadas a seguir.

Matrículas na rede pública estadual de educação em proporção do total da rede pública – São Paulo

- 54% de todas as matrículas das redes públicas estaduais e municipais;
- 0,01% nas Creches;
- 0,01% na Educação Infantil
- 52,0% no Ensino Fundamental;
- 98 % no Ensino Médio, num total de 1.567.127 jovens;
- 98% da Educação de Jovens e Adultos de nível médio;
- 23% da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental.

As taxas de rendimento do sistema educacional paulista também registram uma posição bastante favorável quando comparadas às equivalentes do Brasil e mesmo de outros países (Tabelas 3.4 e 3.5). Chamam a atenção, desde logo, as baixíssimas taxas de abandono tanto do ensino de São Paulo – menos de 0,8% no Ensino Fundamental e 4,5% no Ensino Médio, enquanto no Brasil situam-se, respectivamente, em 3,1% e 10,3%. De fato, a taxa de abandono do Ensino Médio é a menor entre as redes de ensino de todos os estados da Federação. Com tais taxas de rendimento, o Estado de São Paulo aproxima-se ou mesmo supera taxas apresentadas por alguns países latino-americanos em 2008.

	Taxa de aprovação		Taxa Reprovação		Taxa de abandono	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
São Paulo	94,3	82,9	4,9	12,6	0,8	4,5
Brasil	86,6	77,2	10,3	12,5	3,1	10,3

Tabela 3.4 Fonte: MEC/INEP/DEED.

Taxas de rendimento por níveis de Ensino – São Paulo e Brasil – 2010

	Taxa de aprovação		Taxa Reprovação		Taxa de abandono	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
São Paulo	94,3	82,9	4,9	12,6	0,8	4,5
Argentina	86,0	73,1	9,2	19,6	2,8	7,3
Chile	94,7	87,6	4,5	8,2	0,8	4,3
Paraguai	90,8	88,7	7,2	10,6	2,0	0,8
Uruguai	87,0	n/d	11,0	n/d	2,1	n/d

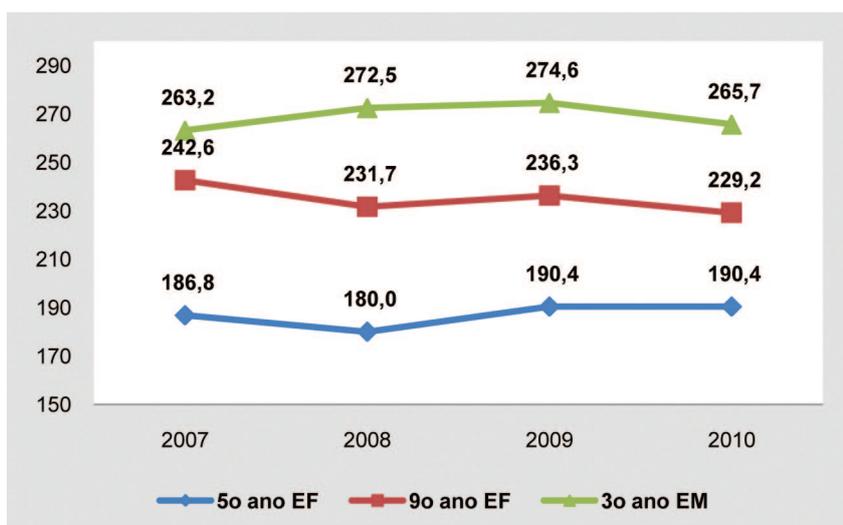
Tabela 3.5 Fonte: MERCOSUR. Indicadores Estatísticos dos Sistemas Educativos/2008.

Taxas de rendimento por níveis de Ensino – São Paulo e Países do Mercosul – 2008

O Estado de São Paulo chegou, nestes últimos anos, a uma situação bastante especial em matéria de política educacional. Praticamente superou a barreira quantitativa, já que tem atendido com suficiência a demanda por ensino, aliviada ainda pela dinâmica demográfica recente, que já se traduz em menor número de matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental. As taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional, a média de anos de estudo e as taxas bruta e líquida de escolarização se correlacionam para demonstrar, do ponto de vista quantitativo, os avanços educacionais paulistas.

Também parece terem sido solucionadas as mais graves distorções do fluxo escolar, tais como a defasagem idade/série e as taxas negativas de rendimento, como visto acima – reprovação e abandono. Outro ponto positivo tem sido a gradativa redução das matrículas no período noturno. O desafio é, portanto, a melhora qualitativa do ensino. Enfrentá-lo significou, e tem ainda significado, uma reorientação de estratégia das autoridades educacionais do Estado.

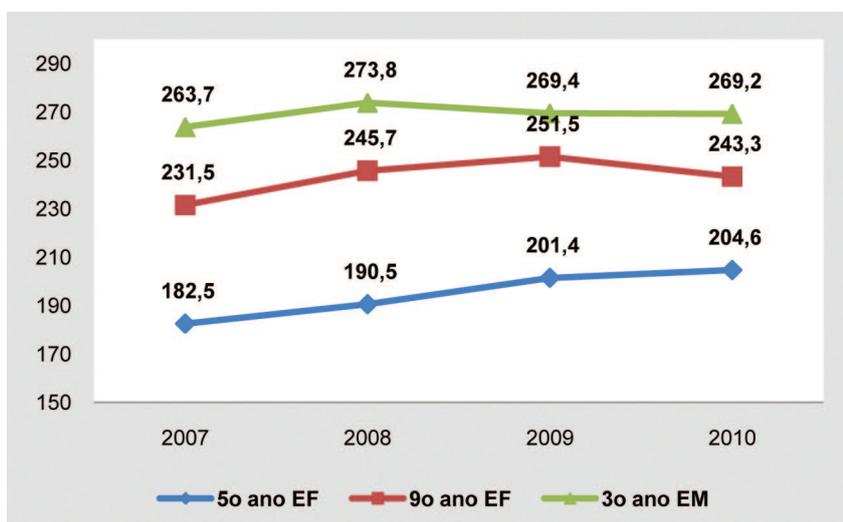
Os indicadores de qualidade do ensino, em São Paulo, ainda que registrem melhora e algumas vezes coloquem o Estado em posições favoráveis, frente a outras Unidades da Federação, não são suficientes nem são os desejáveis, como mostram resultados recentes das avaliações anuais realizadas pelo Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). É o que se vê nos Gráficos 3.4 e 3.5, que comparam as médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio entre 2007 e 2010.



Fonte: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2011.

Gráfico 3.4

SARESP: Média de proficiência em Língua Portuguesa no Estado de São Paulo – 2007-2010



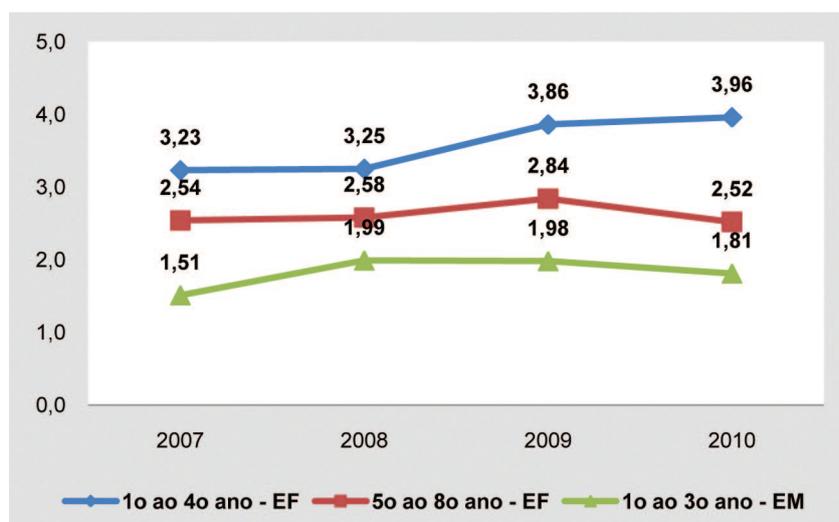
Fonte: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2011.

Gráfico 3.5

SARESP: Média de proficiência em Matemática no Estado de São Paulo – 2007-2010

As variações na proficiência, medidas ano a ano, são pequenas, isto é, elas se dão no mesmo patamar, com exceção da curva de proficiência em Matemática correspondente ao 5º ano do Ensino Fundamental, que mudou de patamar para melhor. O que importa assinalar é que o patamar de proficiência é, em geral, baixo, ou seja, aponta para uma qualidade ainda insuficiente, longe dos níveis almejados.

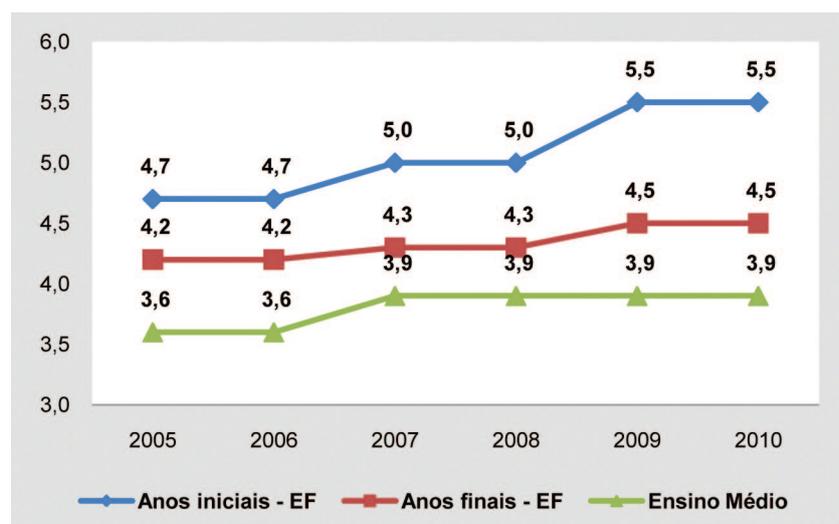
Os resultados do IDESP são mais alentadores e parecem registrar resultados das medidas já tomadas para a melhora da qualidade. Com efeito, o Gráfico 3.6 mostra que o IDESP é mais elevado nas séries iniciais (3,96) do que nas finais (2,52) do Ensino Fundamental, que por sua vez é mais elevado que o IDESP do Ensino Médio (1,81). Isto é consequência tanto das maiores taxas de aprovação (indicador de fluxo), quanto da gradual melhoria das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática, conforme observado nos gráficos anteriores.

**Gráfico 3.6**

Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - IDESP

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, 2011.

Finalmente, a evolução do IDEB para os três níveis de ensino reitera as informações anteriores, quando se comparam os anos 2005 a 2009, como se vê no Gráfico 3.7.

**Gráfico 3.7**

Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo - IDEB

Fonte: Ministério da Educação.

O Programa de Qualidade do Ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, anunciado em 2008, tem por objetivo promover a melhoria da qualidade e a equidade do sistema de ensino na rede estadual paulista. Pode ser considerado, de algum modo, a marca da atual estratégia da Secretaria da Educação, fundada nos seguintes eixos:

- *aperfeiçoamento e consolidação do sistema de avaliações educacionais, com clara discriminação do rendimento dos alunos e das escolas, identificação precisa das metas de evolução para cada escola;*
- *intenso esforço na capacitação dos professores, tanto ingressantes quanto em serviço, sob iniciativa da Escola de Professores e em*

- colaboração com universidades e outras entidades habilitadas;*
- *reforço didático nas series de alfabetização;*
- *introdução de novos modelos de gestão, baseados em maior nível de autonomia das unidades escolares;*
- *renovação dos conteúdos curriculares e incorporação de novas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC nas escolas e demais órgãos do sistema educacional.*

A criança e o jovem paulista têm direito à escola e às oportunidades que a Educação oferece. Mesmo com os progressos das últimas décadas, sendo São Paulo o Estado mais escolarizado do Brasil, ainda é necessário avançar mais nesta direção. O Ensino Médio é o maior ponto de estrangulamento atual no sistema educacional, pois cerca de 30% dos jovens entre 15 e 17 anos não se encontram matriculados nele ou ainda estão no Ensino Fundamental ou sem estudar. Por consequência, a melhoria da qualidade da Educação Básica, em parceria do Estado com os municípios, a universalização e a diversificação do Ensino Médio são prioridades de Governo na área da educação.

3.2.3 As Oportunidades de Formação para o Trabalho

Paralelamente ou após o término do Ensino Médio, cursos de formação técnica e tecnológica se destacam entre as oportunidades com que se deparam nossos jovens paulistas, no momento de eleger as alternativas de formação para uma melhor inserção no mercado de trabalho paulista, marcado pelo dinamismo e por níveis relativamente altos de qualificação da força de trabalho que emprega. É o que mostra a sua evolução recente.

Entre 2001 e 2009, o mercado de trabalho mostrou-se bastante dinâmico no Estado de São Paulo: foram gerados, nesse período, cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho, elevando seu contingente de ocupados de 16,9 milhões para 19,2 milhões de pessoas. Com isso, a taxa de desemprego aberto, que era de 9,3%, em 2001, chegou a 7,1%, em 2008, mas elevou-se até 8,3% no ano seguinte como reflexo dos efeitos da crise internacional (Gráfico 3.8). Com a retomada das atividades econômicas, é de se esperar que esse indicador retome sua trajetória decrescente.

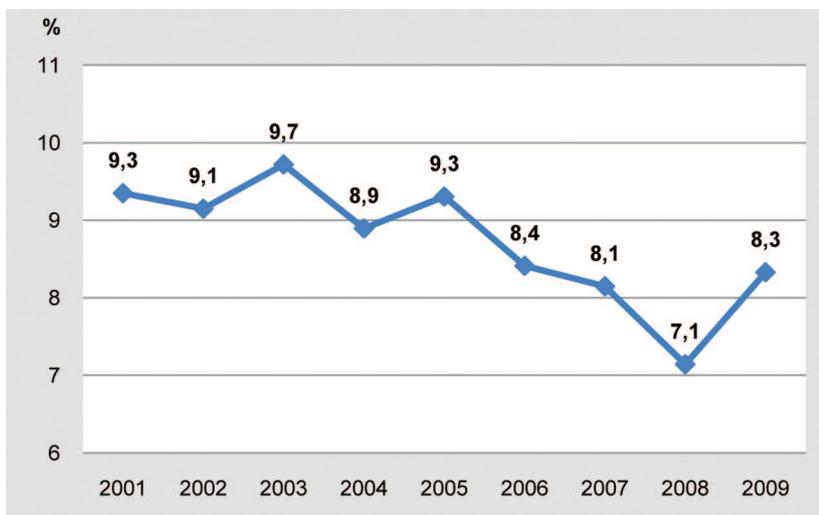


Gráfico 3.8

Taxa de desemprego aberto de São Paulo – 2001-2009

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Além de dinâmico, o mercado de trabalho paulista avançou na qualidade dos postos de trabalho gerados. O Gráfico 3.9 mostra a parcela dos ocupados composta por pessoas inseridas em postos de trabalho, assalariados com carteira de trabalho assinada ou estatutários e as que atuam como autônomos, que contribuíram para a previdência social. Trata-se de uma aproximação do que se poderia chamar de segmento formal do mercado de trabalho. Note-se que essa parcela já se aproxima dos 70% dos ocupados, bem superior à média nacional, que também vem crescendo e chegou a 52% em 2009.

Essa proporção relativamente elevada dos empregos de melhor qualidade verificada no Estado de São Paulo reflete sua estrutura econômica, ocupacional e social mais complexa, em que parcela expressiva dos ocupados é protegida pela legislação trabalhista e possuem acesso aos benefícios previdenciários. Reflete também os crescentes níveis de escolaridade da população paulista, especialmente entre os jovens, que dispõem de qualificação suficiente para usufruir das oportunidades oferecidas pelo dinamismo da economia e do mercado de trabalho no Estado.

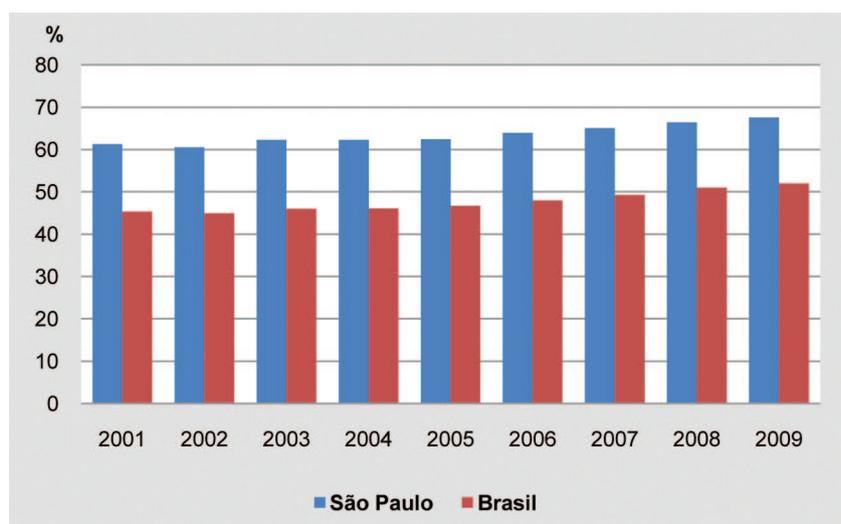


Gráfico 3.9

Proporção de ocupados, em situação de trabalho não vulnerável, do Estado de São Paulo - 2001-2009

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Decerto, há ainda muito que avançar para ampliar a parcela formal do mercado de trabalho paulista e reduzir ainda mais o número de desempregados. Para superar esses desafios, a Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia vem desenvolvendo esforços no sentido de ampliar a atratividade de São Paulo para novos investimentos, reforçando a infraestrutura científica e tecnológica de nosso Estado, assim como ampliando as interações entre empresas e instituições de ensino e de pesquisa, de modo a difundir o conhecimento gerado nessas instituições por toda a sociedade paulista. Essa Secretaria, através do Centro Paula Souza, também tem se dedicado a ampliar a oferta de vagas no ensino técnico e tecnológico, assim como nos níveis superior e de pós-graduação – cuja excelência é amplamente reconhecida – de modo a conferir aos jovens paulistas oportunidades crescentes de progresso intelectual e econômico.

Em 2010, o Centro Paula Souza contabilizou mais de 245 mil alunos matriculados nos ensinos médio, técnico e de graduação tecnológica. As ETECs atendem 199 mil estudantes, sendo mais de 49 mil no Ensino Médio. No Ensino Técnico, para os setores Industrial, Agropecuário e de Serviços, o número de alunos ultrapassa 150 mil, em 91 habilitações. Já as FATECs abrigam mais de 46 mil alunos em 51 cursos superiores em tecnologia. É alto o nível de empregabilidade dos cursos das ETECs e FATECs paulistas: nas primeiras, quatro a cada cinco formandos saem empregados e, nas segundas, nove a cada dez alunos também saem do curso com emprego.

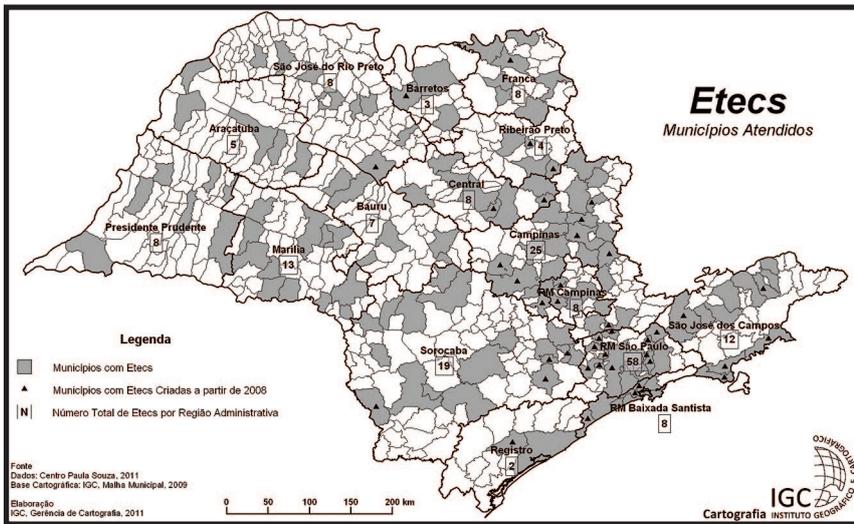


Figura 3.1
Distribuição das Escolas Técnicas de São Paulo

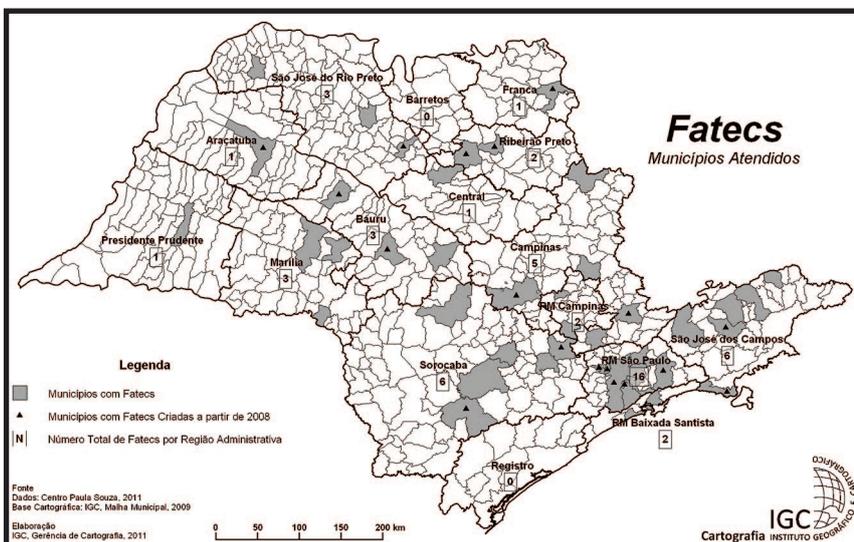


Figura 3.2
Distribuição das Faculdades Tecnológicas de São Paulo

Conforme mostra o Gráfico 3.10, o Estado de São Paulo tem investido decididamente na ampliação do ensino técnico e tecnológico em todo o Estado, atendo cada vez mais à demanda por este tipo de formação. Como resultados, percebe-se melhora contínua no grau de atendimento à demanda por ensino técnico, tanto no nível médio como no superior.

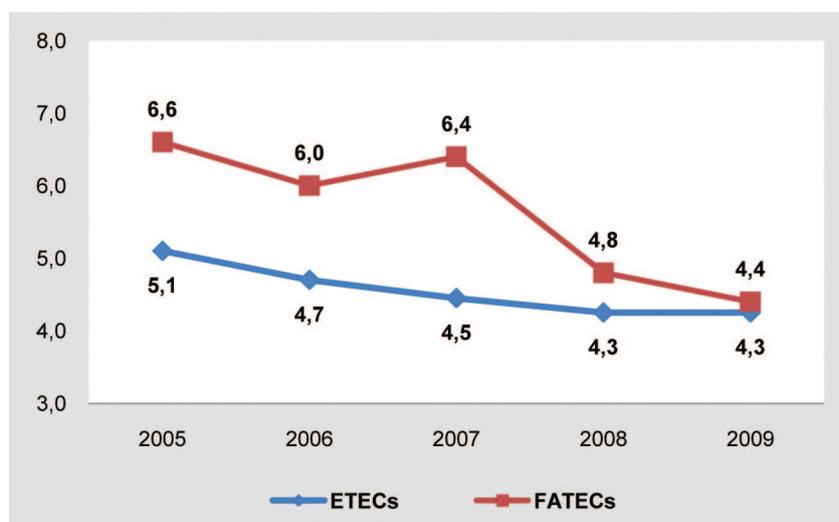


Gráfico 3.10

Evolução do atendimento da demanda por ensino técnico de nível médio e de nível superior – 2005-2009

Fonte: Centro Paula Souza.

Nota: Refere-se ao número de inscritos por vaga.

Por seu turno, a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho (SERT) tem buscado atender à população desempregada ou que esteja com dificuldades de reinserir no mundo do trabalho, fornecendo novos instrumentos de busca e acesso a novos postos de trabalho e, sobretudo, oferecendo cursos de qualificação profissional, de modo a alinhar os conhecimentos dessas pessoas às novas exigências laborais. Através do Programa Estadual de Qualificação (PRC), mais de 93 mil trabalhadores foram qualificados entre 2008 e 2010 (Gráfico 3.11).

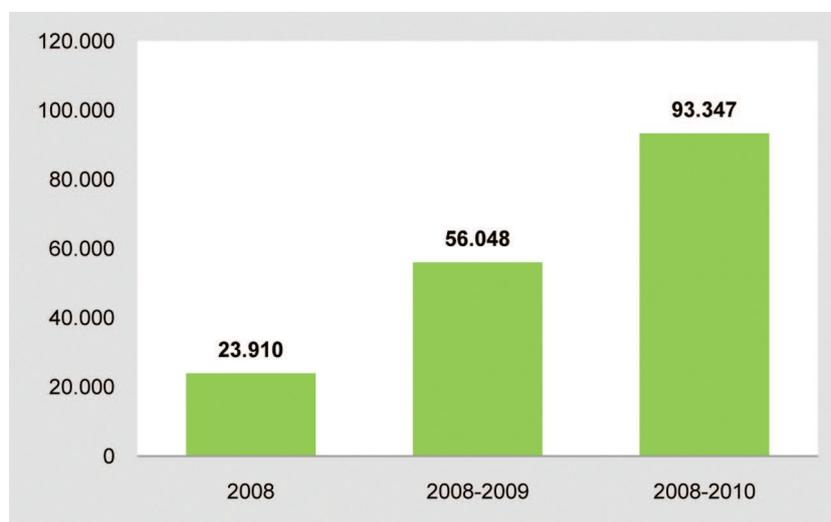


Gráfico 3.11

Número de trabalhadores qualificados – 2008-2010

Fonte: SERT.

Recentemente, o Governo Estadual lançou um novo programa de capacitação para o trabalho, o Via Rápida Emprego, com o objetivo de oferecer cursos rápidos, de no máximo três meses de duração, para melhorar a qualificação de quem mais precisa – desempregados, beneficiários de programas estaduais de transferência de renda, jovens carentes, idosos, presos, portadores de deficiência física. São mais de

130 cursos diferentes, como rotinas de escritório, eletricitista, produção de açúcar e álcool, motorista de carga, camareiro, cuidador de idosos, manicure, manutenção de micro e muitos outros. Os cursos serão oferecidos em todo o estado e em cada região será oferecida formação compatível com a vocação econômica local. Os cursos terão também uma versão móvel, oferecidos em 12 carretas que vão percorrer todo o Estado com laboratórios e cursos.

Por sua vez, a imensa oferta privada, composta de incontáveis cursos de duração e qualidade heterogênea, concentra a oferta de cursos de conhecida qualidade no Sistema S, que oferece através dos SENAI, Sesi, Sesc, Senar e outros cursos a diferentes níveis de formação (Quadro 3.3).

SENAI		SESI	
Tipo de Curso	No alunos	Tipo de Curso	No alunos
Aprendizagem Industrial	25.587	Educação Infantil	1.742
Técnico	32.283	Ensino Fundamental	82.467
Superior	3.097	Ensino Médio	14.850
Formação Continuada	582.707	Educação de Jovens e Adultos	82.113
Escolas Móveis	8.010		
SUBTOTAL	651.684		
Produção Indireta	215.329		
TOTAL	867.013	TOTAL	181.172

Fonte: SENAI/SESI – Transparências. Walter Vicioni Gonçalves. CONSOCIAL/2010.

Quadro 3.3

Alunos matriculados por tipos de cursos no SENAI e Sesi – São Paulo - 2010

3.3 UMA SOCIEDADE COESA SOB UM ESTADO SOLIDÁRIO

As oportunidades de futuro oferecidas às gerações novas pela sociedade paulista ampliam-se também através de medidas efetivas de correções da desigualdade e redução da pobreza, através da ação solidária dos cidadãos e dos programas redistributivos do Estado focalizados na população mais vulnerável.

A incidência da pobreza, inclusive da pobreza extrema, vem caindo significativamente no Estado de São Paulo desde meados dos anos 1990, mais acentuadamente do ano 2003 em diante, como mostra o Gráfico 3.12.

Enquanto a proporção de pobres no Brasil cai de 37,75 % em 2001 a 21,42% em 2009, no Estado ela cai de 19,5% a 11,0% no mesmo período. Por sua vez, a pobreza extrema no Estado cai de 6,5% em 2001 (15,3% no Brasil) a 3,0 % em 2009 (7,3% no Brasil). A desigualdade também se reduziu no Estado, acompanhando a redução verificada no País. O Índice de Gini é atualmente 0,50 no Estado, abaixo do índice brasileiro situado em 0,54. O cenário positivo de redução da pobreza e da desigualdade não impede a constatação de que há ainda no Estado uma parte da população que não goza das condições mínimas de quali-

dade de vida. E também a constatação dos desequilíbrios regionais no Estado, em relação à renda e acesso a serviços sociais essenciais.

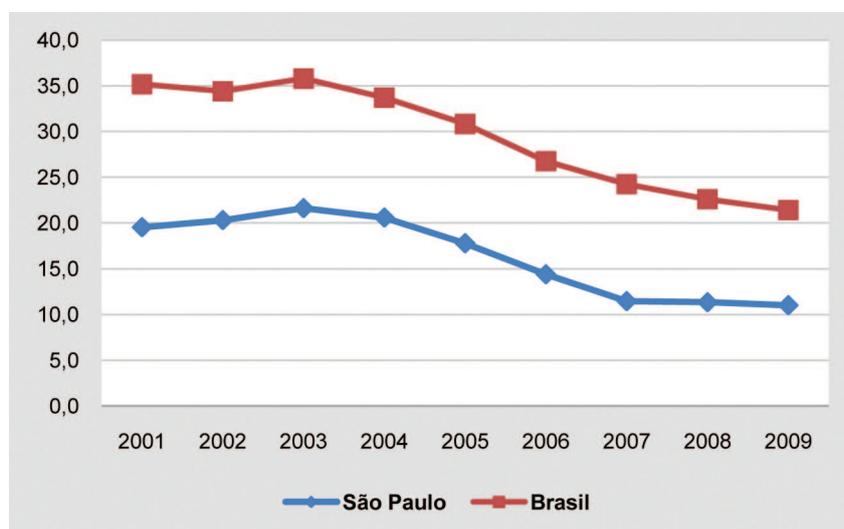


Gráfico 3.12

Incidência da pobreza em São Paulo e no Brasil – 2001-2009

Fonte: IPEADATA.

O enfrentamento da pobreza e da desigualdade tem norteado as ações governamentais. Programas de transferência direta de renda, de segurança alimentar, de subsídios à cesta básica e outros bens essenciais são formas de apoio para melhorar as condições de vida das camadas necessitadas da população, especialmente de suas crianças e jovens, tendo por objetivo promover a inclusão e manter a coesão social, abrindo-lhes as portas às oportunidades eventualmente não aproveitadas por imposição da própria vulnerabilidade.

Através do Estado e via tributos pagos, a sociedade como um todo transfere recursos aos mais necessitados, que os recebem seja através de programas específicos, como as transferências de renda, seja, principalmente, através dos serviços sociais públicos e gratuitos de saúde, educação, programas de capacitação, etc. À promoção das oportunidades, somam-se assim as ações redistributivas que garantem e ampliam a coesão da sociedade.

Em consonância com o SUAS e em colaboração com os municípios, o Estado de São Paulo possui uma das maiores e mais estáveis redes de assistência social. Fortalecida ainda pelas transferências realizadas aos Fundos Municipais de Assistência Social, esta rede executada com competência as ações da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, através de 675 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), atendendo anualmente cerca de 3 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

Além de programas federais atuantes no Estado, como o Bolsa Família, que aqui atende a 1.1 milhão de famílias, os programas estaduais de transferência de renda – Ação Jovem, que estimula jovens de 15 a 24 anos na conclusão dos estudos e na preparação para o mercado de trabalho; e o Renda Cidadã, que assiste famílias de baixa renda e

oferece ações complementares em cursos de qualificação e geração de renda – atenderão 400 mil famílias e jovens ainda este ano.

Os programas de segurança alimentar – Programa Viva Leite, que fornece mensalmente 15 litros de leite por família e abrange mais de 720 mil famílias, e Bom Prato que serve, em média, 44 mil refeições diárias através de 33 restaurantes, a um custo de R\$ 1 por pessoa – contribuem ainda para o estabelecimento de um patamar mínimo de segurança alimentar.

Através das 17 Unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro e outras ações e políticas coordenadas entre as Secretarias de Saúde, de Desenvolvimento Social, de Pessoas com Deficiência e os municípios, busca-se trazer para o centro das políticas públicas 4,2 milhões de pessoas e seus familiares com pelo menos uma deficiência.

Vale ressaltar que o Estado de São Paulo foi pioneiro na construção de um modelo efetivamente descentralizado e participativo para a assistência social graças a uma série de inovações, como a Rede Social São Paulo, Virada Social, Futuridade, os programas de transferência de renda e, sobretudo, a implantação do Sistema de Transferência Fundo a Fundo para o repasse de recursos de co-financiamento aos municípios, atrelado ao Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), construído pelo gestor local e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Dessa maneira, a Secretaria de Desenvolvimento Social transfere aos municípios o poder para definir a aplicação dos recursos de co-financiamento em cada localidade, fornecendo-lhes ainda assessoria técnica para o diagnóstico da situação local e capacitação continuada para a gestão das ações. Esse processo se dá por meio do Programa Municipal de Assistência Social - PMAS Web, um sistema informatizado e on-line. Como resultado das diretrizes da política estadual, São Paulo registrou proporção de 94,0% dos municípios atendidos sob a forma do co-financiamento, média bem superior às alcançadas por outros estados da Federação.





O TERRITÓRIO PAULISTA E SEUS DESAFIOS

É de amplo conhecimento que os fenômenos sociais e econômicos possuem padrões de homogeneidade e heterogeneidade que se manifestam tanto na dimensão dos indivíduos como também na do espaço. Por sua vez, para tratar adequadamente esses fenômenos, as intervenções públicas precisam levar em conta a forma desses padrões em cada uma dessas dimensões. No plano espacial, São Paulo apresenta um quadro bastante complexo. De um lado, tem-se a situação das aglomerações nas regiões metropolitanas e suas relações de interdependência intrínsecas que não permitem tratá-las de forma isolada. Os espaços metropolitanos concentram mais da metade da população e da atividade econômica do território paulista, mas também possuem elevadas demandas e carências socioeconômicas e ambientais. De outro lado, para fora desse espaço, também existe outra organização social e econômica com suas especificidades, as quais também requerem atenção por parte das políticas públicas. No desenvolvimento das suas políticas estaduais, o Governo de São Paulo busca levar em conta as oportunidades e desafios associados a essas duas perspectivas regionais.

4.1 O DESAFIO METROPOLITANO

A macrometrópole é um fenômeno urbano-regional complexo que reúne conjuntos de regiões metropolitanas, aglomerações e centros urbanos articulados entre si sob um processo de relações econômico-sociais, constituindo uma nova escala de metropolização. No caso paulista, sua formação está associada aos processos de urbanização, interiorização do desenvolvimento econômico e desconcentração produtiva e populacional da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

As atividades nos setores de agronegócios, indústria, comércio e serviços são desenvolvidas nesse extenso território de forma imbricada, realimentando os dinamismos econômico e urbano em curso. Esse conjunto de aglomerações metropolitanas e não metropolitanas comandam e coordenam uma rede urbana que não só se destaca pelo tamanho populacional e econômico, como também pelo desempenho de funções complexas e diversificadas (multifuncionalidade), e que estabelecem relações econômicas com várias outras aglomerações.

Esse amplo espaço metropolizado se caracteriza pela competitividade em relação a outras formas urbanas e por apresentar elevada densidade econômica e populacional, constituindo um importante mercado de produção e consumo. A Macrometrópole ocupa a porção sudoeste do Estado, com área de 40.655 km² (16% do território paulista e 0,5% da superfície nacional). Ali estão as nascentes dos mananciais que abastecem os municípios mais densamente povoados do Estado e as bacias hidrográficas do Moji Guaçu, Paraíba do Sul e Litoral Norte, além de parte das bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiá, Tietê/Sorocaba, Alto Tietê e Baixada Santista.

Com quase 30 milhões de habitantes (72% da população paulista), distribuídos numa mancha urbana que correspondente a 51% da área urbanizada do Estado, e taxa de urbanização de quase 95%, a Macrometrópole paulista responde por mais de 27% do PIB nacional e mais de 80% do PIB estadual. Sua estrutura econômica é diversificada e complexa, com o desenvolvimento de atividades modernas, de alta tecnologia, nos diversos segmentos econômicos. Abriga novas formas de organização da produção, bem como importantes atividades de serviços especializados, inclusive na execução de pesquisa, desenvolvimento de novas tecnologias e formação de recursos humanos de alta qualificação.

Diante de sua centralidade na economia paulista e brasileira, essa área responde por porcentual significativo dos deslocamentos de cargas e passageiros no Estado: os deslocamentos de carga produzidos na região equivalem aproximadamente a 65% do total do Estado, enquanto os deslocamentos atraídos para a região atingem 63%. A movimentação de passageiros também tem densidade expressiva, correspondendo a 95%, no que se refere à origem, e a 97%, quanto ao destino.

Unidades Regionais	Número de Municípios	População Total 2010			PIB 2008			Área			Fluxo Pendular Recebido 2000	
		Habitantes	% ESP	% Brasil	R\$ 1.000	% ESP	% Brasil	km ²	% ESP	% Brasil		
Aglomeração Urbana	Jundiá	7	698 959	1,69	0,37	25 303,8	2,52	0,83	1 269	0,51	0,02	45 656
	Piracicaba	22	1 307 801	3,17	0,69	27 382,1	2,73	0,9	7 003	2,83	0,09	29 043
	Sorocaba	22	1 447 973	3,51	0,76	30 695,4	3,06	1,01	6 092	2,47	0,08	46 319
	São José dos Campos	19	1 805 667	4,38	0,95	43 393,4	4,33	1,43	6 800	2,76	0,09	62 095
Micro Região	Bragantina	11	391 698	0,95	0,21	5 486,9	0,55	0,18	2 912	1,18	0,04	7 723
	São Roque	5	262 625	0,64	0,14	4 158,2	0,41	0,14	2 469	1,01	0,03	741
Região Metropolitana	Baixada Santista	9	1 663 082	4,03	0,87	41 279,0	4,12	1,36	2 414	0,99	0,03	111 213
	Campinas	19	2 798 477	6,78	1,47	77 755,8	7,75	2,56	3 650	1,48	0,05	168 843
	São Paulo	39	19 422 627	47,08	10,18	572 250,8	57,05	18,87	8 047	3,27	0,1	1 115 089
Macrometrópole	153	29 798 909	72,24	15,62	827 705,4	82,52	27,3	40 655	16,33	0,48	1 586 722	
Estado de São Paulo	645	41 252 160	100	21,63	1 003 015,8	100	33,08	248 947	100	3,16	1 902 677	
Brasil	-	190 732 694	-	100	3 031 864,5	NA	100	8 514 876	NA	100	-	

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (dados preliminares) e Fundação SEADE.

Tabela 4.1

Macrometrópole em números

Ainda que suas unidades não sejam totalmente conurbadas (situação em que duas ou mais cidades têm seus territórios ligados, tornando-se quase uma só) devido às barreiras físicas e à presença de áreas protegidas, a Macrometrópole é servida por um sistema viário e de transporte que propicia intensa articulação dos espaços urbanos, além da integração funcional das estruturas produtivas.

As transformações físico-espaciais em processo no Estado de São Paulo, também impulsionadas pelas mudanças econômica e demográfica em curso, tendem a diferenciar ainda mais esse espaço macrometropolitano, ampliando o grau de dependência entre as metrópoles e cidades médias e o pólo principal, realimentando a formação de uma grande região urbana.

Entretanto, essa área ainda carrega significativa heterogeneidade estrutural, com potencialidades diferenciadas de desenvolvimento econômico, social e urbano. Parcela importante de sua população ainda vive em precárias condições de moradia, algumas em áreas de risco ou de preservação ambiental, e muitas em regiões com oferta deficiente de serviços públicos e de infraestrutura urbana e social.

Em contraste, nota-se a recomposição funcional e social de vários espaços urbanos dessa região, com tendência à transformação e sofisticação das características funcionais de territórios não contíguos e não metropolitanos.

Esse confronto entre os atributos positivos (que conferem vantagens locacionais às empresas e às pessoas abrigadas em seu território) e as dificuldades em fornecer rede de serviços e de infraestrutura capazes de superar os problemas sociais advindos de sua dinâmica urbana, econômica e social constitui uma das preocupações centrais do governo paulista, inscritas neste PPA.

Embora a Macrometrópole paulista não conte com institucionalização formal, ela é reconhecida no âmbito dos estudos técnicos e das propostas de políticas públicas explícitas em trabalhos da Emplasa desde o início dos anos 1990. Em anos mais recentes, também a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos passou a atuar sob a perspectiva macrometropolitana, baseada inclusive em mandamento legal.

4.1.1 A exigência das políticas públicas integradas

A Macrometrópole Paulista concentra municípios situados em um raio aproximado de 200 km a partir do núcleo da RMSP – o Município de São Paulo –, abrangendo as três metrópoles paulistas, as Aglomerações Urbanas de Jundiaí, São José dos Campos, Piracicaba e Sorocaba e as Microrregiões Bragantina e de São Roque.

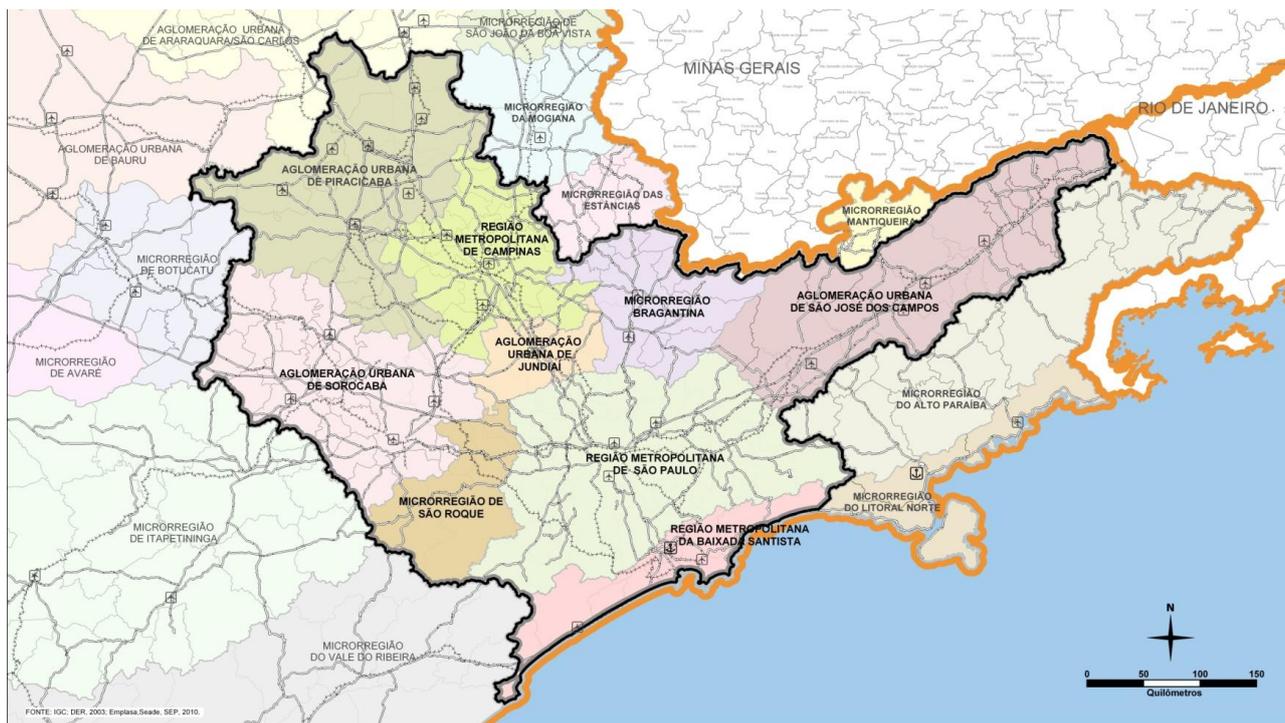


Figura 4.1
Macrometrópole de São Paulo

Como se afirmou, são tão intensas a articulação e a integração entre as cidades desse sistema que seus principais problemas só podem ser resolvidos de maneira comum. Tal espaço requer centralidade na agenda pública e urgência em ser tratada como área geográfica prioritária para a adoção de políticas públicas integradas.

São muitas as questões de interesse comum – abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, tratamento do lixo, moradia, transporte público, atendimento à saúde e educação. Decerto, é mais produtivo e econômico para o Poder Público enfrentá-las conjuntamente, por meio de políticas públicas integradas, fugindo da tradição de atuação setorial que tem caracterizado a atuação pública. Essa mudança constitui um grande desafio para os gestores públicos e para o próprio desenho das políticas públicas.

Como forma de enfrentar esse desafio, o Governo do Estado de São Paulo criou a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano que, por seu turno, elegeu a Macrometrópole como foco de sua atuação. Esta deverá pautar-se pela elaboração de uma Agenda de programas e projetos articulados, visando incluí-la nas estratégias conjuntas de intervenção e na formulação e desenvolvimento das políticas públicas regionais.

Adotar a intersetorialidade/integração das políticas públicas e ações setoriais no planejamento dos investimentos na Macrometrópole, deve se constituir em estratégia da formulação das políticas de



desenvolvimento desse território, para garantir suas funcionalidades econômica e social. Em outros termos, a articulação efetiva entre os órgãos da administração pública é indispensável, assim como com diferentes segmentos sociais, para aperfeiçoar o processo de governança e desenvolvimento do território macrometropolitano. Particularmente relevante é o fortalecimento da articulação institucional com secretarias, órgãos estaduais e prefeituras municipais, em especial aquelas dos municípios integrantes das unidades territoriais que conformam a Macrometrópole, para promover, em conjunto, a identificação de projetos e ações prioritárias.

4.1.2 O território como plataforma de integração das políticas públicas

A Macrometrópole paulista tem passado por rápidas mudanças nos últimos anos, o que reafirma a importância de ter seu território como prioridade para a definição de estratégias integradas para formular e implementar políticas públicas regionais. Entre essas mudanças, destaque-se o aumento da taxa de urbanização entre 2000 e 2010, que passou de 90% para 96%, em simultâneo à redução das taxas de crescimento populacional. Além da queda da fecundidade, esse comportamento refletiu a retração do saldo migratório para a região. No caso da RMSP, esse saldo foi negativo e correspondeu à saída líquida de, em média, 30 mil pessoas, ao ano, na última década.

Tal mudança na dinâmica demográfica da região também se refletiu na composição etária de sua população. Também aqui observou-se, e com particular intensidade, o processo de envelhecimento populacional, com a redução do peso das faixas etárias iniciais na composição etária de seus residentes e a ampliação da presença de adultos e, sobretudo idosos.

Assim, tal como no conjunto do Estado, observa-se na Macrometrópole uma conjuntura demográfica favorável: além da pequena taxa de crescimento populacional – que, em si, tende a retrair a pressão populacional sobre o território e a demanda habitacional, por exemplo – também se manifestam os efeitos do já mencionado bônus demográfico.

Assim, é de se esperar uma desaceleração da demanda por serviços associados às faixas etárias mais jovens da população, como pela educação infantil e fundamental, por exemplo, permitindo a dedicação de maiores esforços para melhorar a qualidade do ensino e para ampliar a cobertura do ensino médio e técnico. Em contraste, a População Economicamente Ativa deve se ampliar, requerendo uma economia dinâmica e geradora de empregos de boa qualidade. Da mesma forma, há que se preparar a região para o esperado aumento da demanda por serviços associados à população idosa, que vão desde os relacionados à saúde até os relativos ao lazer e a sociabilidade desse grupo populacional, com especial atenção aos aspectos relacionados à acessibilidade aos espaços e aos meios de transporte público.

UNIDADES REGIONAIS		MACROMETRÓPOLE	DEMAIS MUNICÍPIOS(**)	ESTADO DE SÃO PAULO
POPULAÇÃO	1991	22.596.804	8.839.469	31.436.273
	2000	26.768.125	10.206.253	36.974.378
	2009 ^(*)	30.292.145	11.341.657	41.633.802
TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	1991	96,2	83,9	92,8
	2000	95,3	88,5	93,4
	2009	94,8	90,9	93,8
CRESCIMENTO (% a.a.)	1991/2000	1,9	1,6	1,8
	2000/2009	1,4	1,2	1,3
PESSOAS POR GRUPOS ETÁRIOS - 2009 (%)	Até 15 anos	23,7	21,6	23,1
	15 a 60 anos	65,9	66,2	66,0
	60 anos e mais	10,4	12,2	10,9

Fontes: IBGE e Fundação SEADE.

(*) Estimativa SEADE. (**) Exceto macrometrópole.

Tabela 4.2

Indicadores populacionais segundo anos selecionados

Em outros termos, trata-se de um período de mudança de prioridades e uma oportunidade única para se buscar resolver problemas históricos que afetam a Macrometrópole. É o caso, por exemplo, da histórica ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis da Macrometrópole, em especial aquelas de mananciais. A remoção das famílias que ocupavam aquelas áreas, além de ação social e operacionalmente complexa, em geral tinha seus resultados frustrados em razão da contínua pressão que o crescimento populacional impunha àquelas áreas. Com a retração do crescimento demográfico, e a despeito do ainda grande déficit habitacional, aumentam as chances de sucesso de recuperar áreas degradadas e impedir que novas áreas ambientalmente sensíveis venham a ser ocupadas de forma desordenada.

Assim, tem-se a oportunidade de construir na Macrometrópole uma infraestrutura eficiente e diferenciada, que melhore as condições de vida de sua população, combinando sua capacidade de atração de investimentos e geração de empregos com o desenvolvimento social e ambientalmente sustentado.

O caminho para enfrentar situação tão complexa é a adoção de novas formas de gestão urbana, compatíveis com essa escala de urbanização. Hoje as intervenções são concebidas e implementadas de forma setorial e fragmentada, sem que haja compartilhamento entre os agentes da esfera pública, da iniciativa privada e da sociedade civil.

4.1.3 A necessária adoção do Sistema de Gestão Metropolitano

O enfrentamento das questões que incidem sobre essa área am-



pliada de metropolização exige novas formas de gestão urbana, que esta escala de urbanização requer. Hoje, as intervenções são, em geral, fortemente concentradas na esfera municipal e são concebidas e implementadas de forma setorial e fragmentada, com baixo exercício de compartilhamento de decisões entre os agentes envolvidos nas esferas pública, privada e da sociedade civil. Portanto, cabem avanços nos mecanismos de gestão e na concepção de novos instrumentos de intervenção, que possam dar suporte à formulação de políticas de corte regional, predominantemente urbano, capazes de enfrentar as expressivas demandas e desafios que se apresentam nesta escala de metropolização.

Ciente da importância e relevância do espaço macrometropolitano bem como dos desafios que se impõem à ação pública nesse contexto, o Governo do Estado priorizou a atuação articulada e integrada sobre esse território. Para tanto, criou nova estrutura institucional, capitaneada pela Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano (SDM), principal instância de articulação político-institucional entre órgãos de governo, entre agentes públicos e destes com os agentes privados, tendo a Emplasa como seu braço técnico e operacional.

Sob a orientação da SDM, as duas Agências Metropolitanas – Agem e Agemcamp – devem atuar em sintonia com os Conselhos de Desenvolvimento de suas respectivas regiões metropolitanas (Baixada Santista e Campinas). Ao lado dos recursos orçamentários, o financiamento de investimentos de caráter metropolitano pode se dar, em parte, por meio dos fundos metropolitanos (FUMEFI-RMSP, FUNDO-RMBS e FUNDOCAMP-RMC), além da possibilidade de mobilização de mecanismos de financiamento que incorporem recursos do setor privado e, ainda, de linhas de financiamento mantidas por entidades multilaterais.

Para complementar essa estrutura de governança metropolitana, foi criada a Câmara de Desenvolvimento Metropolitano, como instância de interação das instituições públicas setoriais, com vistas a integrar as políticas e ações incidentes no território macrometropolitano, contando com a Emplasa na função de Secretaria Executiva.

A importância e o dinamismo da Macrometrópole Paulista exige a adoção de uma estratégia de desenvolvimento territorial e de uma nova forma de atuação do Governo de São Paulo. Nesse sentido, a recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano e a empresa a ela vinculada, Emplasa, devem desempenhar a função de agentes articuladores tendo como base as seguintes diretrizes:

- *focalização espacial precisa;*
- *integração setorial, institucional, espacial e social das ações; e*
- *criação de novas formas de atuação e aperfeiçoamento dos instrumentos de política pública existentes.*

Os principais desafios metropolitanos são de ordem social, econômica, institucional e ambiental. Do ponto de vista social inclui, especialmente, o combate à pobreza, com ações voltadas para habitação, saneamento ambiental, infraestrutura, equipamentos e serviços públi-

cos comunitários, e geração de empregos. Na área econômica, o desafio reside em aumentar a competitividade e a produtividade das cidades, melhorando a infraestrutura em geral e, particularmente, o transporte e a mobilidade urbana. No âmbito institucional, deve se adequar as políticas e os instrumentos de planejamento e gestão urbana para o atendimento tempestivo das necessidades da população, superando deficiências legais, institucionais, técnicas e burocráticas. O desafio ambiental incide mais diretamente na melhoria das condições de saneamento das cidades, equacionando questões como: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, e coleta de lixo, bem como redução da poluição da água, do ar e preservação de áreas protegidas.

Enfrentar estes desafios exige:

- *Estratégia integrada de desenvolvimento metropolitano e urbano para o ESP, contemplando as dimensões social e econômica do desenvolvimento, ancorada na integração das políticas públicas e nos investimentos públicos e privados;*
- *Foco num número restrito e direcionado de ações integradas e cooperativas, que articulem diferentes agentes, contribuindo para a efetividade das políticas públicas, evitando a pulverização de recursos e a intervenção com enfoque exclusivamente setorial;*
- *Programas e projetos estruturantes, que estabeleçam sinergias entre as cidades, pequenas e médias, especialmente as que estão inseridas no território da Macrometrópole;*
- *Ações articuladas com as Secretarias, os municípios e setores da sociedade, que deverão apoiar e promover a execução de projetos integrados que sejam estruturantes do território nas áreas de habitação, saneamento, transporte e uso do solo desenvolvimento econômico e infraestrutura, planejamento e gestão urbana.e política fundiária, entre outros.*

4.2 O DESAFIO REGIONAL

Além do espaço macrometropolitano, o Governo de São Paulo focaliza as realidades regionais em todo o estado e trabalha de maneira articulada visando à promoção das suas potencialidades e a superação de desequilíbrios. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional mantém diagnósticos sobre as condições socioeconômicas regionais, importantes referências na elaboração do PPA 2012-2015.

Assim se identificam as sub-regiões mais vulneráveis no contexto estadual, permitindo a identificação de suas vocações, potencialidades e oportunidades, a informação e a avaliação das principais causas do desequilíbrio regional, orientando a atuação do Governo de São Paulo.

A interpretação geográfica do estado segundo os grupos de classificação do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) de 2008, elaborado pela Fundação SEADE, seleciona macrorregiões contíguas e homogêneas, que não se vinculam às regionalizações formais e funcionais, mas apresenta uma visão espacial para fins de direcionamento de políticas públicas. A grande maioria dos municípios melhor classifica-

dos segundo o IPRS está concentrada ao longo dos eixos das rodovias Anhanguera-Bandeirantes, Anchieta-Imigrantes e Dutra (Figura 4.2). O grupo intermediário situa-se, principalmente, no Oeste e no Noroeste paulistas, enquanto os municípios com piores indicadores encontram-se relativamente dispersos, com predomínio nas regiões tradicionalmente mais pobres.

Grupos	Descrição
Grupo 1	Bons indicadores de riqueza, escolaridade e longevidade
Grupo 2	Municípios com bons indicadores de riqueza, mas que não atingem bons indicadores de escolaridade e longevidade
Grupo 3	Municípios com baixo nível de riqueza, mas com bons indicadores de escolaridade e longevidade
Grupo 4	Municípios com baixo nível de riqueza e indicadores intermediários de escolaridade e longevidade
Grupo 5	Municípios com indicadores de riqueza, escolaridade e longevidade baixos

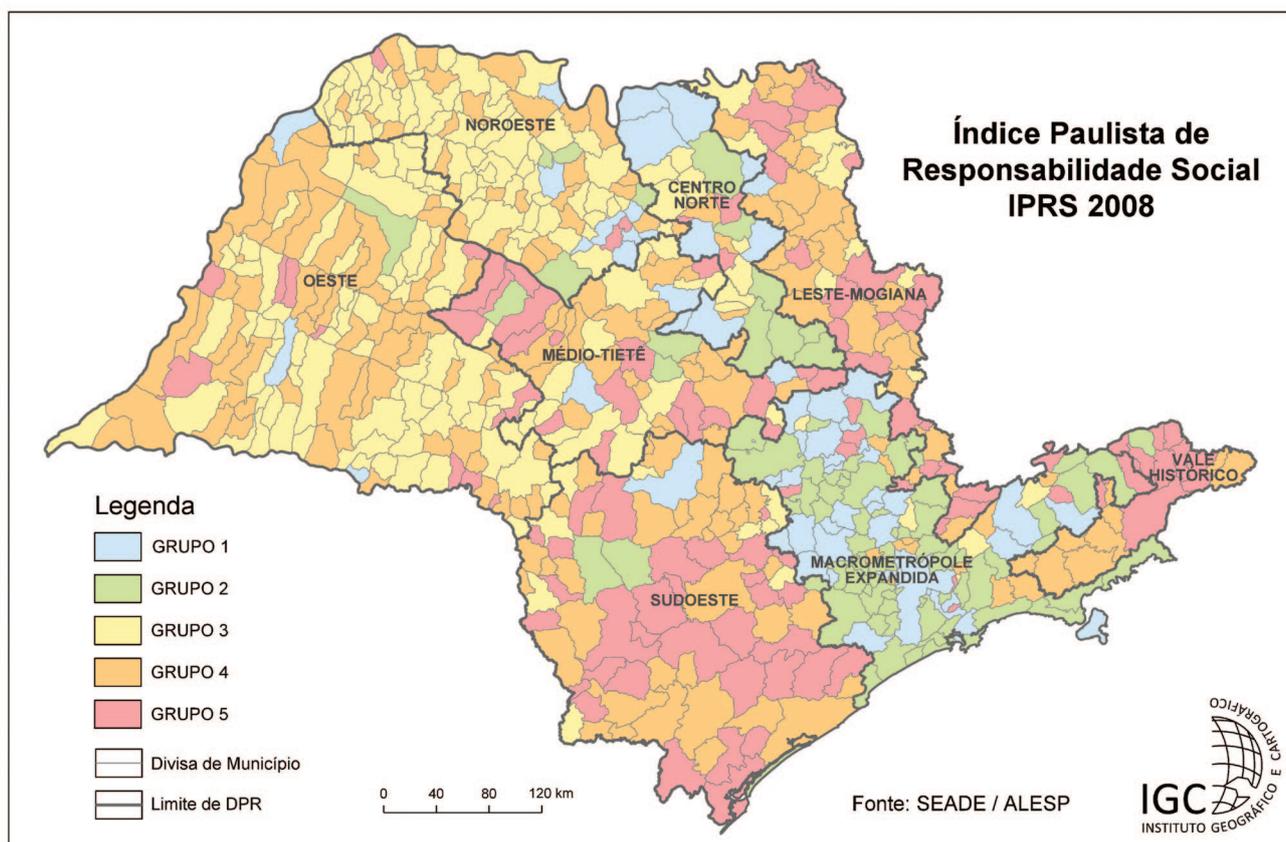
Quadro 4.1

Grupos de Classificação do IPRS

Com exceção do Vale Histórico, totalmente localizado na Região Administrativa de São José dos Campos, todos os demais agrupamentos envolvem mais de uma Região Administrativa, permitindo a implementação de ações integradoras de desenvolvimento regional, em áreas mais homogêneas, além da troca de informações entre dirigentes e entidades representativas do Estado.

Figura 4.2

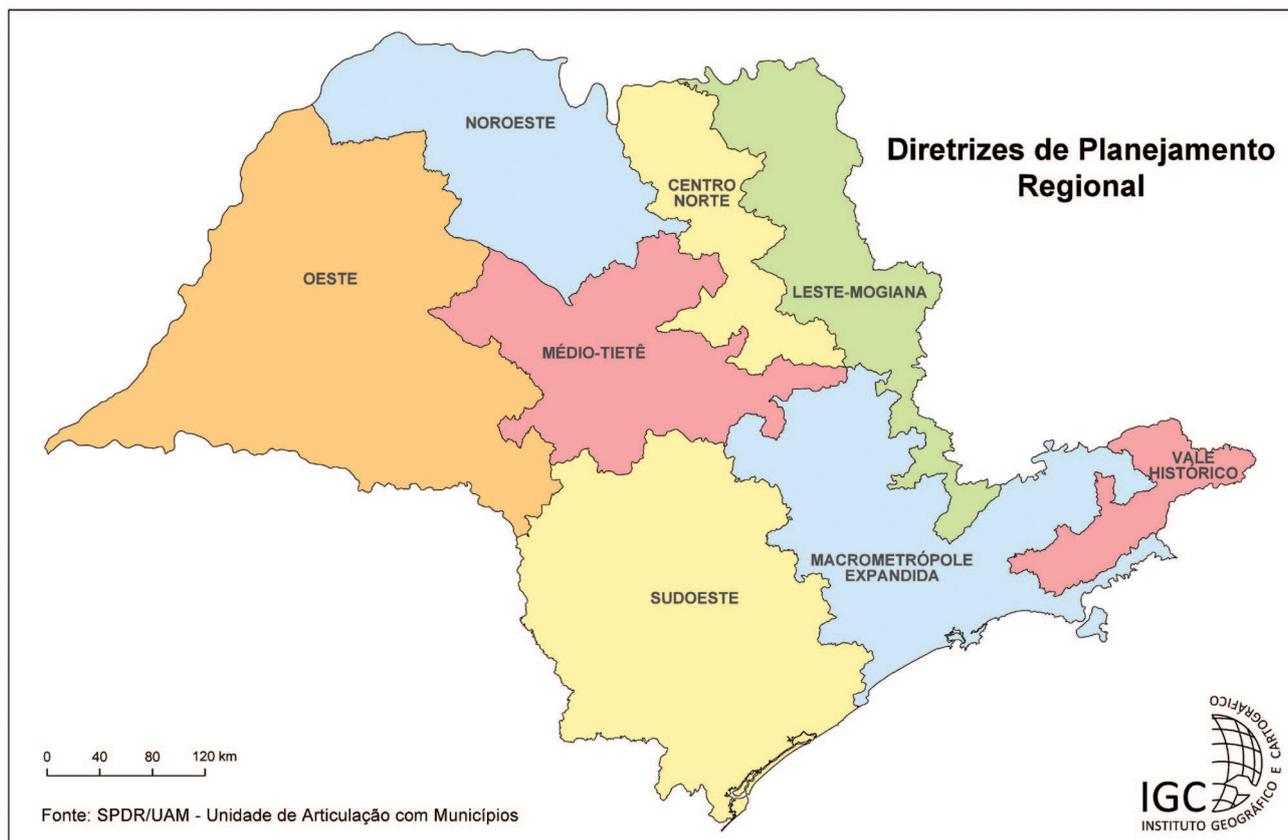
Agrupamento dos municípios, segundo a classificação do IPRS



Com base nessa identificação, os municípios foram organizados em oito Macrorregiões de Planejamento, formados por municípios contíguos e que possuem indicadores semelhantes, a saber: Macrometrópole Expandida, Centro-Norte, Leste-Mogiana, Sudoeste, Médio-Tietê, Noroeste, Oeste e Vale Histórico. Como já dito, essa classificação não obedece as demais regionalizações funcionais do Estado, pois seu objetivo é a obtenção de uma visão regional para fins de planejamento.

Figura 4.3

As Macrorregiões de Planejamento



Demografia dos Agrupamentos de Municípios

De acordo com os dados do Censo 2010, o Estado de São Paulo possui 41,2 milhões de habitantes. Aproximadamente 42% da população residem em nove municípios com mais de 500 mil habitantes (Sorocaba, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Campinas, Guarulhos e São Paulo). A Capital abriga 27% da população do Estado.

Os municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes representam 32,3% do total da população e 10,2% do total de municípios do Estado. Situam-se, principalmente na área da Macrometrópole Expandida, mas pode-se observar que todos os grupos possuem alguns municípios nesta faixa de população, que, juntamente com aqueles de mais de 500 mil habitantes, configuram-se como prováveis centros ou sub-centros regionais. A maior parte dos municípios do Estado (62,2%) possui até 20 mil habitantes, representando apenas 7,6% do total populacional.

Nas faixas de população entre 20 e 100 mil habitantes, o contingente populacional é de 17,7% e 26,2% do total de municípios.

As maiores taxas de crescimento populacional (superiores a 2% ao ano) concentraram-se, no período de 2000 a 2010, principalmente nos municípios situados no entorno das sedes metropolitanas do Estado de São Paulo, na área da Macrometrópole Expandida. Os mais elevados decréscimos de população (taxas negativas) puderam ser observados nos municípios localizados a Oeste, Noroeste, parte do Sudoeste e do Vale Histórico.

Em relação ao índice de envelhecimento, composto pela proporção de idosos para cada 100 crianças, verifica-se que, em 2010, as maiores proporções estavam concentradas no Noroeste, Oeste e em alguns municípios do Médio-Tietê. As menores proporções estavam localizadas no Sudoeste e Macrometrópole Expandida. Em relação à razão de dependência, que indica a proporção da população em idade potencialmente inativa em relação à população em idade potencialmente ativa, podem-se observar, em 2010, as maiores proporções no Sudoeste, devido ao perfil etário com a maior concentração de crianças, e em alguns municípios da Macrometrópole Expandida.

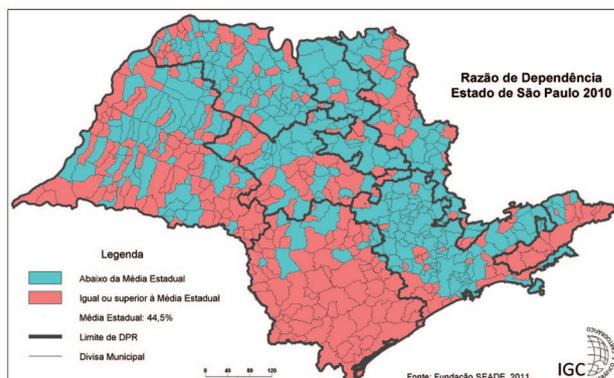
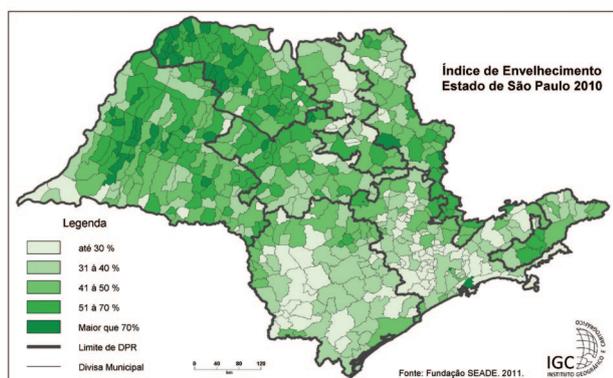
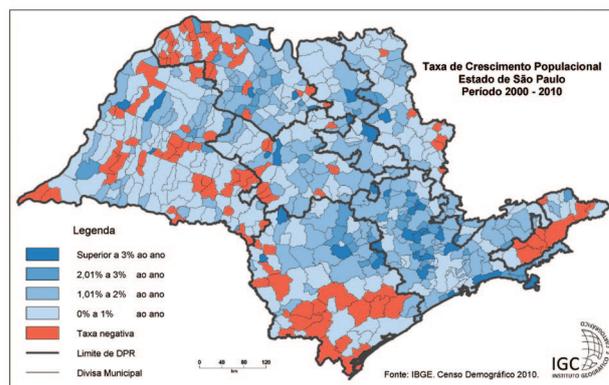
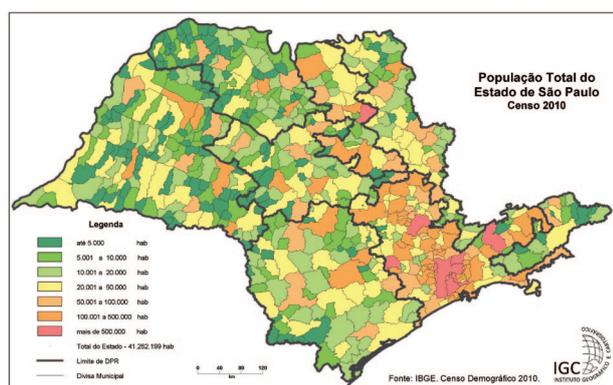
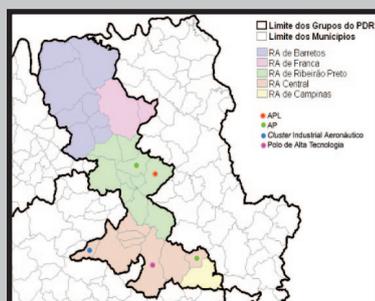


Figura 4.4
Características Demográficas dos Municípios Paulistas

4.2.1 Perfil das Macrorregiões de Planejamento

CENTRO-NORTE



Principais Atividades Econômicas:

- Caracteriza-se por forte predomínio das atividades agropecuárias e da indústria de produtos alimentícios, na qual se destaca a produção de açúcar.

- A cadeia produtiva de açúcar e álcool, ao incorporar pesquisas científicas e novas tecnologias, deu ensejo à diversificação produtiva a partir da cana, como a fabricação de plásticos e enzimas e fortaleceu o setor metal-mecânico.

- No contexto estadual, a região destaca-se, ainda, por outros segmentos industriais, como: a fabricação de máquinas e equipamentos, em Sertãozinho; a produção de biotecnologia, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares, em Ribeirão Preto; a indústria aeronáutica, em Gavião Peixoto; e a produção de cerâmica, em Porto Ferreira.

- No terciário, a região destaca-se pela presença de importantes Universidades e institutos de pesquisa científica e tecnológica, principalmente em Ribeirão Preto (USP), Araraquara (UNESP) e São Carlos (USP, UFSCar e Embrapa).

Principais Características:

Formada por 30 municípios e possui 1,9 milhões de habitantes, representando 4,7% do total do Estado (em 2010). Compreende municípios de pequeno porte populacional (43% com menos de 20 mil habitantes) e cinco municípios com mais de 100 mil habitantes. A taxa de crescimento populacional é de 1,37% ao ano (2000-2010), acima da média estadual de 1,08% ao ano.

Principais Vulnerabilidades:

- Elevadas taxas de abandono do ensino médio e de distorção idade-série no ensino fundamental.

- Merecem atenção os municípios com percentual de domicílios em cortiço superior à média estadual.

- Número relativamente alto de municípios que não dão destinação adequada aos resíduos sólidos domésticos (lixo) ou com índices nulos de tratamento de esgotos.

LESTE-MOGIANA

**Principais Atividades Econômicas:**

- Atividades econômicas relevantes: agropecuária, indústria extrativa, agroindústria, comércio varejista, transporte terrestre e indústria metal-mecânica.

- Agropecuária importante dentro e fora da região: 20% do total de empresas e 12% dos empregos formais da região e 13,6% das empresas e 11,4% dos empregos da agropecuária paulista.

- Couros e Artigos de Couro: grande relevância para o Estado (50,9% das empresas e 33,1% dos empregos da Divisão), embora represente apenas 4,8% do total de empresas e 6,7% dos empregos formais da região.

- A Administração Pública tem peso relevante na estrutura econômica de muitos de seus municípios, revelando uma baixa diversificação de atividades.

- Franca é o pólo que apresenta a estrutura econômica mais diversificada da região.

- Os Arranjos Produtivos Locais de Couros e Calçados (Franca e região) e Cerâmicos (Socorro e Tambaú), os Aglomerados Produtivos de Águas e Malhas (Águas de Lindóia, Águas da Prata, Itapira, Lindóia e Socorro) e de Café Fino

(Sebastião da Gramma), além da presença de 11 estâncias turísticas são outros destaques do Grupo Leste-Mogiana.

Principais Características:

Formada por 65 municípios e possui 1,6 milhões de habitantes (4% do total do Estado). Compreende municípios com pequeno porte populacional (62% têm menos de 20 mil habitantes). Apresenta taxa de crescimento populacional é de 0,93% ao ano (2000-2010), próxima à média estadual (1,08% a.a.). A razão de dependência da população é de 42,8%, próxima à média estadual de 43,4%.

Principais Vulnerabilidades:

- Elevadas taxas de abandono e de distorção idade-série no ensino fundamental e médio.

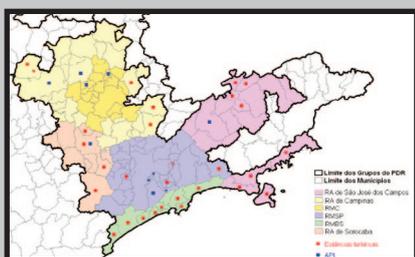
- Elevado número de escolas (da rede estadual ou municipal) que não possuem laboratório de informática e dependências e vias adequadas para alunos com necessidades especiais.

- 42% dos municípios têm renda per capita domiciliar, medida em salários mínimos, abaixo da média estadual.

- Taxas de mortalidade infantil superiores à média do Estado em 27 municípios e baixo atendimento no pré-natal em um número considerável de municípios.

- Índices reduzidos de tratamento de esgotos e elevado número de municípios com destinação inadequada de resíduos sólidos domésticos.

MACROMETRÓPOLE EXPANDIDA



Principais Atividades Econômicas:

- Concentra 67% do total de empresas e 78% do total de empregos formais do Estado. Localizam-se nessa região desde as mais tradicionais, como as de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, móveis, têxteis e de confecções, cerâmicas etc., até as de fabricação de produtos de alta tecnologia e de alto valor agregado.

- O setor metal-mecânico, que inclui, entre outros segmentos, a fabricação de veículos automotores e motocicletas e de máquinas e equipamentos, se destaca principalmente em São Paulo, ABCD paulista, São José dos Campos, RMC e Piracicaba. A região também engloba várias indústrias: do setor aeroespacial, sobretudo em São José dos Campos; do setor de exploração de petróleo e gás; de indústrias químicas, petroquímicas, farmacêuticas e siderúrgicas; de informática, produtos eletrônicos e óticos; de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e de material plástico.

- No terciário, a região tem presença marcante, tanto no contexto estadual como nacional, em todas as atividades de comércio e de serviços, dos quais sobressaem: as atividades portuárias, sobretudo as do maior porto do país (Santos); os serviços de tecnologia de informação e telecomunicações; a educação de todos os graus, sobressaindo a ofertada por suas Universidades e insti-

tutos e centros de pesquisa científica e tecnológica; os de saúde, que incluem vários hospitais de referência estadual e nacional; os serviços culturais, artísticos e turísticos; todos os serviços de sedes empresariais e de apoio às empresas; além de todos os serviços de apoio às famílias e de comércio para satisfazer as necessidades de consumo de sua população.

Principais Características:

Formada por 124 municípios, englobando as três Regiões Metropolitanas. Possui 29,7 milhões de habitantes (72% do total do Estado em 2010) e inclui municípios de grande porte populacional (45,2% têm mais de 100 mil habitantes). A taxa de crescimento populacional é de 1,14% ao ano (2000-2009), pouco superior à média estadual (1,08% ao ano). A razão de dependência da população é 43,8%, próxima à média estadual (43,4%).

Principais Vulnerabilidades:

- Elevadas taxas de distorção idade-série no ensino fundamental e médio.

- Taxas de mortalidade infantil superiores à média do Estado, reduzido atendimento no pré-natal e carência de unidades básicas de saúde, em grande número de municípios.

- Índices reduzidos de coleta e tratamento de esgotos.

- Percentual elevado de domicílios localizados em áreas urbanas, onde não há iluminação pública e calçamento/pavimentação da rua, em seu entorno.

- Inadequação de moradias (domicílios em favelas, cortiços, com infraestrutura urbana interna inadequada e com inadequação fundiária urbana).

MÉDIO-TIETÊ

**Principais Atividades Econômicas:**

- Quase todos os municípios da macrorregião Médio-Tietê têm forte presença das atividades agropecuárias e muitos das atividades da Administração Pública.
- Outras atividades econômicas relevantes, na região, são: a produção florestal, que se encadeia com a fabricação de celulose e papel, produtos de madeira e móveis; a extração e a fabricação de produtos de minerais não-metálicos; a fabricação de produtos alimentícios e de bebidas; a fabricação de produtos têxteis e as confecções de vestuário e acessórios; a preparação de couros e a fabricação de produtos de couro, particularmente os calçados femininos, na região de Jaú; a fabricação de biocombustíveis; a fabricação de máquinas e equipamentos; e a manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.
- No terciário, destacam-se as atividades de: comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio varejista; transporte aquaviário; correio e outras atividades de entrega; alo-

jamento, dada a presença de quatro estâncias turísticas; e atividades de organizações associativas.

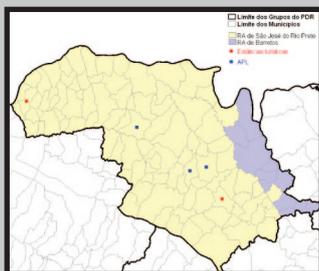
Principais Características:

Formada por 68 municípios, com 1,7 milhão de habitantes (4% do total do Estado em 2010). Compreende municípios com pequeno porte populacional (69% têm menos de 20 mil habitantes). Apresenta taxa de crescimento populacional de 0,98% ao ano (2000-2010), próximo à média estadual (1,08% ao ano). A razão de dependência da população é 41,6%, inferior à média estadual (43,4%).

Principais Vulnerabilidades:

- Elevadas taxas de abandono escolar, no ensino fundamental e médio, e de distorção idade-série no ensino fundamental.
- Elevado número de escolas (da rede estadual ou municipal) que não possuem biblioteca.
- Elevado percentual de municípios com renda per capita domiciliar média do município, medida em salários mínimos, abaixo da média estadual.
- Taxas de mortalidade infantil superiores à média do Estado em metade dos municípios.
- Índices reduzidos de tratamento de esgotos.

NOROESTE



Principais Atividades Econômicas:

- Com raras exceções, os municípios do Noroeste têm forte presença das atividades agropecuárias, divisão responsável por 20% dos estabelecimentos e 13% dos empregos formais regionais e na qual a região responde por cerca de 14% do total de empresas e 12% do total dos empregos agropecuários do Estado.

- O grupo destaca-se, também, por sua agroindústria, com forte presença da cadeia produtiva da madeira (produção florestal e fabricação de móveis e produtos de madeira), da fabricação de produtos alimentícios e bebidas e da produção de biocombustíveis.

- A pesca e a aquicultura, a extração e a fabricação de produtos de minerais não-metálicos, a confecção de vestuário e acessórios, a fabricação de produtos diversos (como a fabricação de joias de São José do Rio Preto), a fabricação de

produtos de borracha são outras atividades características da região.

Principais Características:

Formada por 107 municípios, com 1,6 milhão de habitantes (3,8% do total do Estado em 2010). Compreende municípios com pequeno porte populacional (89% têm menos de 20 mil habitantes). Apresenta taxa de crescimento populacional de 0,99% ao ano (2000-2010), inferior à média estadual (1,08% ao ano). A razão de dependência da população é de 39,9%, inferior à média estadual (43,4%).

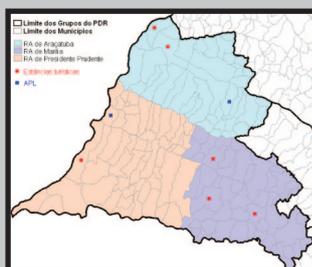
Principais Vulnerabilidades:

- Elevado número de escolas (da rede estadual ou municipal) que não possuem biblioteca e dependências e vias adequadas a alunos com necessidades especiais.

- Elevado o percentual de municípios onde a renda per capita domiciliar média do município, medida em salários mínimos, é inferior à média estadual e de domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

- Elevado número de municípios com inadequação fundiária urbana.

OESTE

**Principais Atividades Econômicas:**

- A agropecuária e a agroindústria é o principal destaque da atividade industrial da região, especialmente pelas fabricações de produtos alimentícios e bebidas, biocombustíveis, couros e calçados (pela presença do APL de calçados infantis de Birigui) e móveis.

- A Divisão de Fabricação de Produtos Alimentícios, que engloba a produção de açúcar, encontra-se presente em quase todos os municípios do Oeste. No entanto, a Divisão que mais se destaca, neste grupo, é a de Fabricação de Biocombustíveis, devido à grande concentração de usinas de álcool, na região. O Oeste é responsável por 40,0% dos empregos e por 28,21% das empresas dessa Divisão, no Estado de São Paulo.

- A região também se destaca pelos serviços de eletricidade e gás, captação, tratamento e distribuição de água, educação, saúde, assistência social e atividades de organizações associativas.

- A Divisão de Administração Pública aparece como característica de vários de seus municípios, especialmente dos menores, onde - espelhando uma estrutura econômica pouco diversificada - responde por grande parcela da mão de obra formal.

- Araçatuba, Presidente Prudente e Marília são os principais pólos urbanos desse grupo, que concen-

tram as principais atividades de comércio e de serviços, especialmente de educação e saúde.

Principais Características:

Formada por 147 municípios, com 2,5 milhões de habitantes (6,1% do total do Estado em 2010). Compreende municípios com pequeno porte populacional (79% têm menos de 20 mil habitantes). Apresenta taxa de crescimento populacional de 0,67% ao ano (2000-2010), inferior à média estadual (1,08% a.a.). A razão de dependência da população é de 42,0%, pouco inferior à média estadual (43,4%).

Principais Vulnerabilidades:

- Com características semelhantes às da região Noroeste, apresenta indicadores de educação relativamente bons na maior parte dos municípios, mas com elevado número de municípios onde não existe nenhuma escola com biblioteca, laboratório de ciências e sem dependências e vias adequadas para receber alunos com necessidades especiais.

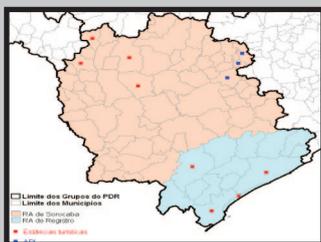
- Elevado o percentual de municípios onde a renda per capita domiciliar média do município, medida em salários mínimos, é inferior à média estadual e de domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

- Percentual elevado de domicílios localizados em áreas urbanas, onde não há calçamento/pavimentação da rua, em seu entorno.

- Destinação inadequada do lixo em diversos municípios.

- Inadequação de moradias (infraestrutura urbana interna inadequada e inadequação fundiária urbana).

SUDOESTE



Principais Atividades Econômicas:

- Quase todos os municípios do Sudoeste têm forte presença das atividades agropecuárias, divisão na qual a região é responsável por 14% das empresas e 14% dos empregos formais do Estado de São Paulo.

- Na região, também são importantes as atividades de: produção florestal, que representa 36% das empresas e 48% dos empregos formais do total estadual, e fabricação de produtos de madeira, na qual a região responde por mais de 14% das empresas e 24% dos empregos do Estado; e extração de minerais não-metálicos, que representa 18% das empresas e 13% dos empregos do total estadual, complementada pela fabricação de produtos de minerais não-metálicos, que responde por cerca de 7% das empresas e dos empregos do Estado.

- Outras atividades econômicas relevantes, no Sudoeste, cuja participação no total estadual da Divisão é bastante significativa, são: pesca e aquicultura; fabricação de produtos alimentícios e de bebidas; confecção de vestuário e acessórios; outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; eletricidade e gás; captação, tratamento e distribuição de água; transporte aquaviário; P&D científico (devido ao pólo de Botucatu); e administração pública.

Principais Características:

Formada por 83 municípios, com 1,9 milhão de habitantes que repre-

sentam 4,6% do total do Estado (dados de 2010). A taxa de crescimento populacional é de 0,93% ao ano, abaixo da média estadual (1,08% ao ano). A razão de dependência da população é de 46,3%, maior do que a média estadual (43,4%).

Principais Vulnerabilidades:

- Elevadas taxas de abandono e de distorção idade-série, no ensino fundamental e médio.

- Em 32 municípios da região não existe nenhuma escola com biblioteca e, em 43, nenhuma escola com laboratório de ciências. Também é reduzido o número de escolas com e vias adequadas a alunos com necessidades especiais.

- A questão dos rendimentos demanda atenção, já que é grande o número de municípios, com participação elevada de (1) domicílios com renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e (2) renda domiciliar, medida em salários mínimos, inferior à média estadual.

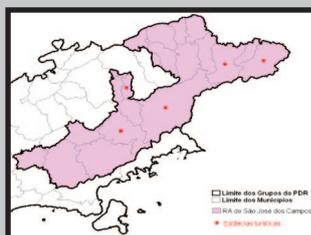
- As questões de saúde merecem atenção, uma vez que 57% dos municípios apresentaram taxas de mortalidade infantil superiores à média estadual e é baixo o atendimento no pré-natal em um número considerável de municípios.

- No que se refere ao meio ambiente, é um dos grupos com maior proporção de municípios que não dão destinação adequada aos resíduos sólidos domiciliares e de municípios com índices de coleta de esgotos inferior a 80% (estes serviços são desenvolvidos pela Sabesp, em 89% dos municípios).

- Percentual elevado de domicílios localizados em áreas urbanas, onde não há iluminação pública e calçamento/pavimentação da rua, em seu entorno.

- Inadequação de moradias (infraestrutura urbana interna inadequada e inadequação fundiária urbana).

VALE HISTÓRICO

**Principais Atividades Econômicas:**

- Sua estrutura produtiva está fortemente centrada nas atividades primárias (agropecuárias, produção florestal e pesca e aquicultura), de extração e fabricação de produtos de minerais não-metálicos e da fabricação de produtos de madeira, celulose e papel e produtos químicos.

- No terciário, destacam-se os serviços de utilidade pública exceto esgoto, serviços especializados para construção, comércio varejista, alojamento, alimentação, rádio e televisão, administração pública e organizações associativas.

- A estrutura econômica do Vale Histórico também reflete o peso que algumas atividades têm em apenas um ou dois municípios da região, como: a metalurgia e a fabricação de peças e acessórios para a indústria automotiva, em Cruzeiro; a fabricação de máquinas e aparelhos e materiais elétricos, em Santa Branca; o transporte aquaviário, em Paraibuna e Roseira; a edição e impressão, em Aparecida; e os serviços de arquitetura, engenharia, testes e análises técnicas, em Queluz.

- A estrutura econômica do Vale Histórico vem se caracterizando por extensas plantações de eucaliptos, voltadas à fabricação de celulose e papel, e por sua vocação para o turismo – seja o de natureza religiosa, em Aparecida, como o histórico-cultural, em municípios como Bananal e São Luís do Paraitinga, além do voltado à riqueza natural das Serras da Bocaina e da Mantiqueira e da Mata Atlântica – e ao aproveitamen-

to dos recursos hídricos da região.

- Cruzeiro é o principal município desse grupo e é o que oferece a maior diversidade de atividades econômicas, centralizando, em grande parte, a oferta de serviços da região.

Principais Características:

Formada por 21 municípios, com 312,8 mil habitantes (0,8% do total do Estado em 2010). A taxa de crescimento populacional é de 0,53% ao ano (2000 a 2010) inferior à média do Estado (1,08% ao ano); A razão de dependência da população é de 43,1%, semelhante à média estadual (43,4%).

Principais Vulnerabilidades:

- Na área de educação, a região apresenta taxas de abandono e distorção idade-série superiores às estaduais.

- Em diversos municípios da região não existe nenhuma escola com biblioteca e laboratório de ciências.

- Elevado percentual de domicílios com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo.

- Elevado percentual de municípios com renda per capita domiciliar média do município, medida em salários mínimos, abaixo da média estadual.

- Na saúde, elevado percentual de municípios apresentaram taxas de mortalidade infantil superiores à média do Estado e proporção de mães, que contaram com sete consultas no pré-natal, inferior à média estadual.

- Percentual elevado de domicílios localizados em áreas urbanas, onde não há calçamento/pavimentação e iluminação pública da rua, em seu entorno.

- Índices reduzidos de coleta de esgotos.

- Elevada participação de municípios com infraestrutura urbana inadequada e de domicílios com inadequação fundiária urbana.



A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PPA 2012-2015

5.1 DIRETRIZES E OBJETIVOS

Na elaboração do PPA 2012-2015 foi realizada detida reflexão sobre as questões chave do desenvolvimento do Estado, considerada a inserção de São Paulo no contexto socioeconômico que o circunda – brasileiro e internacional –, ora em rápida transformação, marcada pela ascensão das economias emergentes. Abrem-se ao país oportunidades de geração de bem estar que, entretanto, só serão usufruídas se forem resolvidos os desafios de competitividade que elas suscitam.

Nesse quadro, São Paulo tem uma contribuição, forjada em relação bidirecional com a União e os municípios. De um lado, a evolução da qualidade de vida de sua população depende, dentre outros fatores, de políticas de outras esferas de governo, especialmente as de âmbito nacional. De outro, o desempenho socioeconômico do Estado influi fortemente nos avanços de desenvolvimento que o país possa alcançar, dada a expressão econômica e política do Estado no conjunto da Nação. Esse destaque, inclusive, ressalta a importância de São Paulo na própria formulação e implementação das políticas da esfera federal.

A reflexão estratégica realizada mostrou que o Estado vive momento especial. Essa constatação é baseada nas realizações governamentais que, ao longo de mais de uma década, recuperaram as finanças e a funcionalidade da máquina pública. Colocados a serviço da população durante esse período, o aparato estatal e o trabalho e investimentos de outros atores sociais ensejaram à sociedade paulista benefícios que hoje se traduzem em um nível elevado de indicadores sociais, conforme mencionado anteriormente.

Por outro lado, como também já exposto, São Paulo vivencia, do ponto de vista demográfico, uma janela de oportunidades conhecida como “bônus demográfico”. Esse ensejo pode e precisa ser aproveitado para a elevação, no curto prazo, da qualidade dos serviços públicos e a construção de um colchão de liquidez econômica para enfrentar os efeitos que se manifestarão no porvir, devidos ao envelhecimento da população.

Estão dadas, portanto, as condições para capitalizar sobre esses ativos e, em sintonia com a maior velocidade de crescimento alcançada em outras partes do mundo, acelerar a cadência das realizações e alargar o alcance das metas em São Paulo. Potencializar os resultados alcançados e passar do ritmo das melhorias incrementais, por mais expressivas que tenham sido, para o de mudança global de patamar socioeconômico. Esses desígnios, é claro, transcendem o horizonte cronológico do PPA 2012-2015 e este deve ser visto como o primeiro e mais importante passo na materialização de uma nova e arrojada proposta de futuro.

No PPA 2012-2015 os propósitos acima expostos se traduzem em um escalão de políticas de maior hierarquia, chamadas Diretrizes de Governo, que por sua vez são secundadas e alavancadas por um elenco de Objetivos Estratégicos. Os Programas e Ações do PPA procuram apontar para essas políticas e são por elas direcionados, na busca da sempre difícil integração entre as dimensões estratégica e operacional do ato de governar. A formulação de Diretrizes e Objetivos Estratégicos foi iluminada pelo Programa de Governo referendado pela população nas urnas e pela incorporação de proposições e planos de outros atores sociais e *stakeholders*, como percebidos pelo poder público, por sua aptidão na construção dos pilares do desenvolvimento sustentado e da integração das atuações regionais e setoriais. Também abriga as contribuições das audiências com a população no Governo Presente.

As propostas estratégicas do PPA 2012-2015, definidas a partir de Diretrizes e de Objetivos, têm como pressuposto a ideia de que o bem estar individual e coletivo dependem das atuações das três esferas de governo, do setor privado e do terceiro setor, os dois últimos regulados e induzidos pelo ente Estado, sem excessos que lhes comprometam a capacidade produtiva, sem lacunas que prejudiquem a distribuição equitativa dos frutos do progresso. As quatro diretrizes que orientaram a elaboração do PPA 2012-2015 são apresentadas a seguir.

Os Objetivos Estratégicos constituem a ponte entre as Diretrizes e os Programas do PPA. Como as Diretrizes, eles se fundam na linhagem moral da igualdade de oportunidades e preconizam o crescimento econômico acelerado, o respeito ao meio ambiente e à herança cultural, a redução dos desequilíbrios regionais e a busca da eficiência gerencial. Estão fundamentadas no conhecido preceito de “fornecer ao cidadão o melhor serviço ao menor custo” e na busca da sinergia com os agentes privados do desenvolvimento. E reconhecem que, no limiar da segunda década do século XXI, estão contados os dias das barreiras e proteções cartoriais, e a competitividade passou a ser, a essência da mudança de paradigma e o suporte estratégico do projeto social. É necessário portanto fazer mais, pois é preciso ser globalmente competitivo.

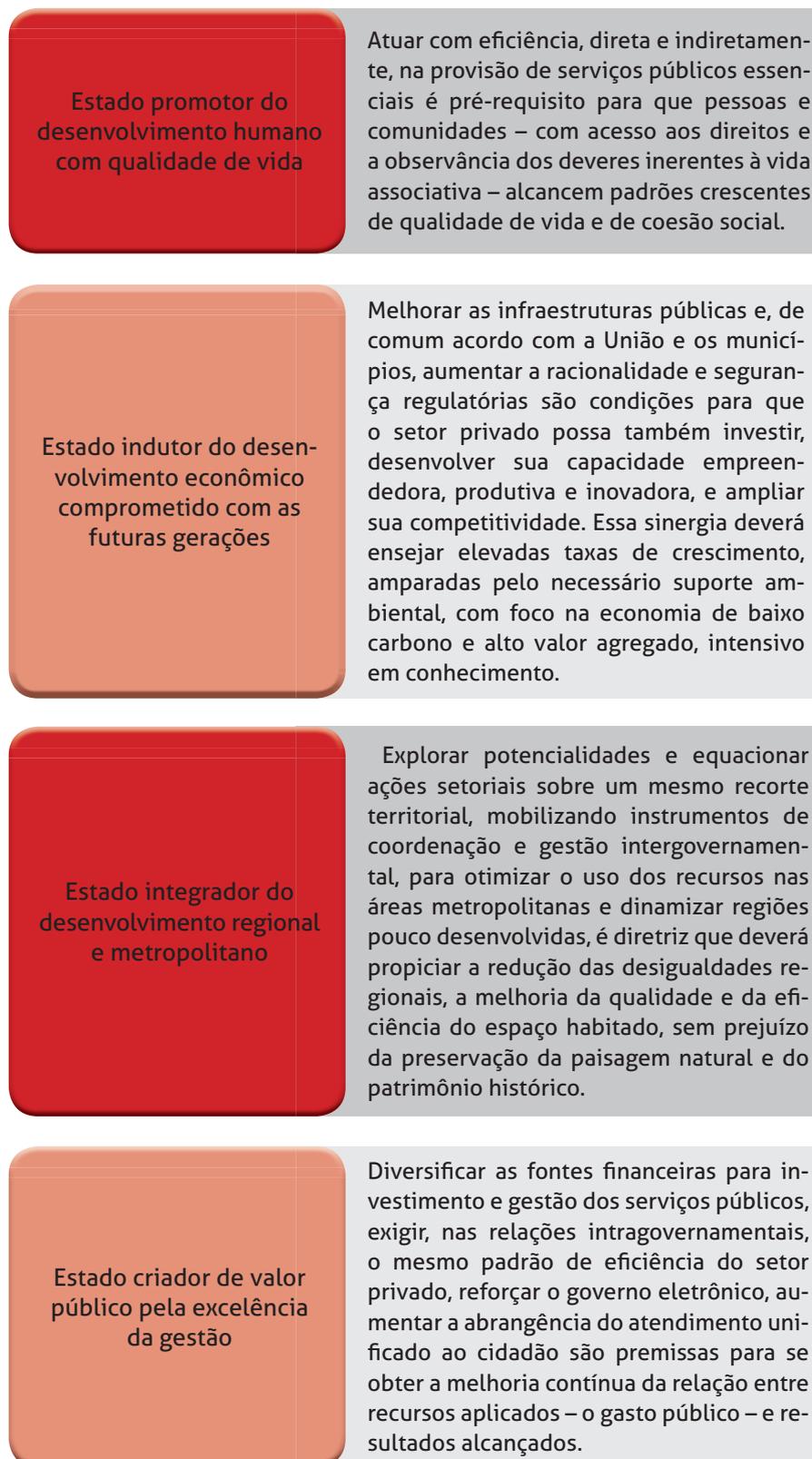


Figura 5.1
Diretrizes Estratégicas do PPA
2012-2015

1. Universalidade e equidade da atenção à saúde
2. Permanência e sucesso dos estudantes na educação básica e qualidade do sistema educacional
3. Cobertura ampliada dos serviços de proteção social básica
4. Segurança pessoal e patrimonial e usufruto da justiça
5. Multiplicação de oportunidades de acesso à cultura, ao esporte e lazer
6. Cooperação com os municípios para que as cidades sejam eficientes, inteligentes, saudáveis, urbanisticamente equilibradas e atendam às necessidades habitacionais
7. Formação e atração do capital intelectual no Estado para fomento da sociedade do conhecimento e do empreendedorismo
8. Fomento à capacidade produtiva nos setores estratégicos da economia, com geração de empregos qualificados e elevação do patamar econômico das cadeias de geração de valor
9. Infraestrutura adequada de transportes, logística, energia, telecomunicações e turismo, ensejando padrões elevados de competitividade das empresas e acesso aos mercados interno e externo
10. Marco jurídico-institucional e regulatório para a atuação produtiva da iniciativa privada
11. Capacidade de inovação nas esferas pública e privada
12. Modelo de desenvolvimento regional ajustado às potencialidades e oportunidades de cada território, inclusive tendo em conta as peculiaridades das regiões metropolitanas e dos grupos de planejamento Sudoeste, Vale Histórico, Leste Mogiana e Prudente.
13. Sustentabilidade ambiental das políticas e resiliência, inclusive para enfrentar os efeitos da mudança climática
14. Intensificação da gestão para resultados mediante mecanismos de contratualização e estímulo ao desenvolvimento organizacional
15. Qualidade de prestação dos serviços públicos, mediante o aperfeiçoamento do atendimento unificado ao cidadão, a valorização dos recursos humanos, a progressão da base tecnológica, a criação de novos métodos e ferramentas de gestão e maior articulação intragovernamental

Figura 5.2
Objetivos Estratégicos do PPA
2012-2015



1 - Universalidade e equidade da atenção à saúde

O acesso à Saúde é um direito de todos e dever do Estado. A atuação pública na área deve garantir o atendimento da população em todos os níveis de complexidade. O acesso universal à saúde, porém, não é a única diretriz que norteia as políticas sociais e econômicas que visam ao bem-estar físico, mental e social do indivíduo e da coletividade. É desejável que o Estado atue na busca perene da diminuição das desigualdades, investindo onde a carência é maior, em atenção ao princípio da equidade.

2 - Permanência e sucesso dos estudantes na educação básica e qualidade do sistema educacional

A Educação, como direito social e dever do cidadão, é uma prerrogativa de todos – e sua prestação é um dever não apenas do Poder Público, mas também da família paulista. O Estado de São Paulo tem obtido amplo sucesso na universalização do acesso à escola, suficientes para que se mude o foco para a obtenção de avanços ainda maiores quanto à qualidade do ensino. Uma vez que busca objetivos tão amplos quanto distintos, como o pleno desenvolvimento da pessoa, sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania, as políticas do setor devem ter amplo espectro, tanto pedagógico quanto social. Garantir o acesso e a permanência a crianças e jovens em escolas com educação de qualidade é uma prioridade do Governo do Estado.

3 - Cobertura ampliada dos serviços de proteção social básica

Assegurar o acesso à rede de proteção social básica significa pôr em prática medidas de inclusão que atinjam diretamente as camadas da população em situação de vulnerabilidade ou de risco social decorrentes de pobreza, privação, discriminação, falta de acesso aos serviços públicos, entre outros. As ações integradas realizadas por uma rede de proteção social garantem o exercício de direito da cidadania, assegurando condições dignas ao povo paulista de forma justa e igualitária.

4 - Segurança pessoal e patrimonial e usufruto da justiça

O moderno conceito de segurança pública é extenso, e não se limita às medidas de vigilância, proteção e repressão. Abarca, também, questões acerca do acesso, eficiência e efetividade da Justiça em sentido amplo. Quanto maior a percepção de funcionamento e confiança na ordem jurídica, maior o sentimento de segurança por parte da população. É o incremento da segurança pessoal e patrimonial que garante a proteção dos direitos individuais e assegura o pleno exercício da cidadania - e são esses aspectos que se devem levar em conta quando o Estado investe em Segurança Pública.

5 - Multiplicação de oportunidades de acesso à cultura, ao esporte e lazer

O Estado reconhece como direito social do cidadão o acesso democrático à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, e fomentará, como política

de inclusão e promoção social, a valorização e preservação das manifestações culturais, esportivas e de lazer. A multiplicação das oportunidades de acesso funciona como instrumento de integração econômica e social; promove a saúde física e mental; enriquece e incentiva a preservação do patrimônio histórico-cultural e artístico; além de manter e preservar os espaços públicos destinados às atividades de cultura, esporte e lazer.

6 - Cooperação com os municípios para que as cidades sejam eficientes, inteligentes, saudáveis, urbanisticamente equilibradas e atendam às necessidades habitacionais

Dado o elevado grau de urbanização no Estado, a qualidade de vida na sua população depende do bem estar que lhe seja proporcionado pelas cidades. Constitui um objetivo de governo contribuir para a implementação e consolidação de uma gestão pública eficiente nas cidades por meio da oferta de serviços de comunicação e informação que melhor atendam os cidadãos nos aglomerados urbanos. A prática, associada aos conceitos de habitabilidade social e industrial, incentiva a criação de ferramentas para que os serviços planejados pelo Poder Público possam ser disponibilizados e funcionem com excelência.

7 - Formação e atração do capital intelectual no Estado para fomento da sociedade do conhecimento e do empreendedorismo

Capital intelectual é aquele associado ao processamento da informação e sua transformação em conhecimento efetivo, estando relacionado à ação intelectual. Possui relação estreita com as habilidades necessárias para o sucesso em uma nascente sociedade do conhecimento. Firma-se a crença de que a capacidade de compreender e manipular conhecimentos associados às mudanças tecnológicas estimula o empreendedorismo em seu mais alto nível de geração de valor.

8 - Fomento à capacidade produtiva nos setores estratégicos da economia, com geração de empregos qualificados e elevação do patamar econômico das cadeias de geração de valor

O Estado atua como indutor do desenvolvimento econômico em seu mais alto nível, estimulando a atividade econômica nos segmentos estratégicos da economia onde há maior valor adicionado e intenso uso de tecnologia. Concomitantemente, deve haver investimentos relacionados à capacitação da mão de obra e consequente geração de empregos qualificados.

9 - Infraestrutura adequada de transportes, logística, energia, telecomunicações e turismo, ensejando padrões elevados de competitividade das empresas e acesso aos mercados interno e externo

As transformações econômicas e sociais por que passa o País e o Estado de São Paulo têm demandado das esferas públicas uma atitude mais atuante em termos de provimento de infraestrutura. Impulsionado pelas oportunidades e desafios à sua frente, o Poder Público atua em parceria com o setor privado nos segmentos de transporte, energia,

telecomunicações e turismo, viabilizando o acesso ao mercado interno e estimulando as exportações.

10 - Marco jurídico-institucional e regulatório para a atuação produtiva da iniciativa privada

Seja em termos de serviços públicos concedidos, seja em atividades de mercado, é vital a existência de marco regulatório apropriado, que, como política de Estado, a longo prazo, proteja os interesses de consumidores e usuários, preserve o interesse público e propicie, com segurança jurídica, a atuação do setor produtivo privado. São Paulo tem função reguladora em certos aspectos da atividade econômica – como em matéria fiscal de âmbito estadual – e, através de agências reguladoras, nos serviços públicos estaduais, com destaque para os concedidos a empresas privadas. Deve entretanto atuar cooperativamente e de comum acordo com a União na gestão regulatória nos serviços públicos federais concedidos, em território paulista, para obter condições ótimas de sua prestação, via coordenação com os serviços estaduais correlatos.

11 - Capacidade de inovação nas esferas pública e privada

Inovar na esfera pública é uma meta do governo no âmbito de todas as Secretarias de Estado. Novas práticas e procedimentos propiciam as condições para que mais e melhores serviços públicos sejam produzidos da forma mais eficiente possível. A inovação, alavanca da economia de alto valor agregado e intensiva em conhecimento, é ingrediente crítico do desenvolvimento. Sem aumento de produtividade, o crescimento fica limitado à evolução quantitativa da força de trabalho. O setor público tem papel essencial, seja para fazer a sua parte em P&D, seja para estimular a inovação nas empresas privadas. O Estado de São Paulo concentra expressivo parque de empresas privadas de base de conhecimento, que o coloca em posição de liderança no Hemisfério Sul. A infraestrutura de P&D com participação pública do Estado contabiliza um aparato de recursos tecnológicos que dão ampla sustentação aos ambiciosos propósitos dessa política.

12 - Modelo de desenvolvimento regional ajustado às potencialidades e oportunidades de cada território, inclusive tendo em conta as peculiaridades das regiões metropolitanas e dos grupos de planejamento Sudoeste, Vale Histórico, Leste Mogiana e Prudente

A atuação do Estado colocará em relevo os objetivos da organização regional, que focalizam a promoção do planejamento, a utilização racional do território e dos recursos e a redução das desigualdades. Assim, levará em conta o princípio da equidade territorial, buscando diminuir as desigualdades regionais por meio de investimentos criteriosos onde a carência é maior. Serão priorizados os temas Saneamento Ambiental, Habitação e Mobilidade Urbana. Não obstante, em todas regiões deve-se buscar prover os meios para que elas realizem suas potencialidades e aproveitem o ambiente econômico positivo. Nas regiões metropolitanas, esses propósitos devem ser instrumentalizados pela cooperação entre esferas de governo e a integração da execução

das funções públicas de interesse comum aos entes federados atuantes na região.

13 - Sustentabilidade ambiental das políticas e resiliência, inclusive para enfrentar os efeitos da mudança climática

A idéia de sustentabilidade pressupõe a formulação de políticas de desenvolvimento com sensibilidade para as restrições ambientais, incluindo os efeitos indiretos e de longo prazo, visando a conservação de recursos também para as futuras gerações. Adota-se um princípio abrangente, que advoga a saúde ambiental e a vitalidade dos ecossistemas. O planejamento do desenvolvimento sustentável pressupõe prevenir, antecipar e administrar os impactos ao invés de esperar pelas crises para resolvê-los. Esse preceito inclui, também, a adoção de políticas defensivas para limitar os efeitos adversos de fenômenos naturais decorrentes da mudança climática.

14 - Intensificação da gestão para resultados mediante mecanismos de contratualização e estímulo ao desenvolvimento organizacional

Gerir por resultados amplia a capacidade governamental e melhora o desempenho operacional, criando mecanismos que favorecem a formalização dos compromissos e a sua adequada divulgação. A gestão por resultados responsabiliza os dirigentes das unidades organizacionais por meio de instrumentos jurídicos, tais como os contratos de gestão e os acordos de resultados com os órgãos da administração, fortalecendo as dimensões norteadoras da gestão pública: as pessoas, o atendimento, os processos e a informação.

15 - Qualidade de prestação dos serviços públicos, mediante o aperfeiçoamento do atendimento unificado ao cidadão, a valorização dos recursos humanos, a progressão da base tecnológica, a criação de novos métodos e ferramentas de gestão e maior articulação intragovernamental

O Estado paulista procura desenvolver ações, apoiar iniciativas e incentivar os órgãos da Administração para que adotem modelos organizacionais, metodologias de gestão e práticas que visem o atendimento superior do cidadão, com forte utilização de tecnologias de informação e comunicação. A busca incessante da qualidade passa, também, pela exploração da multisetorialidade das políticas públicas. Para atingir esses objetivos, é preciso recrutar e manter pessoal qualificado e motivado, investindo, também, na capacitação dos servidores de modo que o desenvolvimento profissional seja um importante instrumento de ampliação da qualidade dos serviços públicos.

5.2 EIXOS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

No nível estratégico, o Governo opera com quatro diretrizes e quinze objetivos. Já no nível operacional, a gestão e o acompanhamento da consecução das diretrizes e dos objetivos estratégicos será realizada a partir de três eixos, assim compreendidos: Desenvolvimento So-

cial com Equidade Social, Desenvolvimento Econômico Sustentável e Gestão para Resultado. As figuras seguintes apresentam a organização das Secretarias e Órgãos da Administração Pública Estadual segundo esses eixos. As principais ações programáticas que serão desenvolvidas pelas Secretárias e Órgãos são apresentadas nas seções seguintes.

NÍVEL ESTRATÉGICO

Estado promotor do desenvolvimento humano com qualidade de vida

NÍVEL OPERACIONAL



Estado indutor do desenvolvimento econômico comprometido com as futuras gerações





Estado integrador do desenvolvimento regional e metropolitano

Estado criador de valor público pela excelência da gestão

5.2.1 Desenvolvimento Social com Equidade

EDUCAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação do Estado de S Paulo – SEESP realiza, no âmbito do Estado, a norma constitucional de que a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, com a tríplice função de garantir a realização plena do ser humano, inseri-lo no contexto do Estado Democrático e qualificá-lo para o mundo do trabalho. Sua área precípua de atuação é a Educação Básica, abrangendo o Ensino Fundamental e Médio, cabendo às esferas federal e municipal a atuação principal nos outros níveis de ensino. Assim, compete à SEESP a formulação da política estadual da área e a oferta escolar que garanta a universalização do Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, bem como o atendimento da demanda ao Ensino Médio, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos para aqueles que não frequentaram a escola na idade adequada.

A política educacional do Estado é orientada pelo compromisso com a educação básica de qualidade nas escolas da rede pública estadual; a ênfase nos diferentes aspectos do currículo escolar (gestão do ensino, aprendizagem e gestão da escola); a promoção do processo educativo nas escolas, consubstanciado no currículo em ação; a formação permanente, em serviço, de educadores que atuam em todos os níveis do sistema e modalidades de ensino e a continuidade das medidas de acompanhamento e avaliação das ações pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Secretaria.

As ações programáticas prioritárias da SEESP para o período 2012-2015 contemplam aquelas diretrizes de expansão quantitativa e especialmente de melhora da qualidade do ensino.

- A valorização dos profissionais da Educação, com ênfase na Política Salarial, Plano de Carreira e Avaliação do Desempenho baseada nos dados do aprendizado dos alunos e na promoção

por mérito.

- *O Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica, priorizando a oferta tanto do ensino médio regular quanto da formação técnica de nível médio, através da modalidade do ensino médio articulado à educação profissional.*
- *A consolidação do Currículo, nos ciclos I e II, e nos níveis Fundamental e Médio, a partir das experiências exitosas de alguns programas em andamento, em sintonia também com as propostas de reformulação produzidas pelas reuniões sistemáticas com os profissionais da área nos 15 pólos regionais do Estado.*
- *Programa Escolas Prioritárias, desenhado com base nos resultados do SARESP 2010. Envolvendo 1.206 escolas da rede estadual que apresentaram maiores indicadores de vulnerabilidade educacional, tem por meta alcançar em quatro anos uma melhoria significativa nos índices de aproveitamento escolar.*
- *Reestruturação Administrativa, O Decreto nº 57.141, de 18/07/2011, que reorganiza a Secretaria da Educação, visa modernizar, racionalizar, criar uma estrutura administrativa estável, com foco na estratégia e na demanda, com o objetivo de fortalecer as estruturas regionais, desonerar as escolas sobrecarregadas pela burocracia e introduzir a gestão por resultado, com foco no desempenho do aluno.*

Paralelamente às cinco prioridades, outros programas representam continuidade de esforços bem sucedidos na área da educação, a saber:

- *Ler e Escrever;*
- *São Paulo Faz Escola;*
- *Escola da Família;*
- *Sistema de Proteção Escolar e Cidadania;*
- *SARESP/IDESP;*
- *EVESP - Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo;*
- *Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores;*
- *Programa de Atenção ao Aluno com Deficiência.*

SAÚDE

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES) é responsável pela formulação e coordenação da Política Estadual de Saúde e de suas diretrizes, norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde – SUS. Tem por objetivo atender as necessidades de saúde da população paulista por meio de ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação, além de garantir acesso às informações relevantes para que os cidadãos conheçam seus direitos e os riscos à sua saúde.

No âmbito do SUS, cabe à SES, em consonância com os órgãos colegiados próprios, coordenar o sistema de saúde do Estado, exercendo funções de gestão, planejamento, programação e regulação, mediante parceria com os gestores municipais e os serviços de natureza filantrópica, universitária e privados de maior complexidade e abrangência regional ou estadual.

Além de coordenar ações intersetoriais, envolvendo várias secretarias de estado, a SES do Estado de São Paulo é responsável pela execução direta de serviços e ações, através de extensa rede de serviços estaduais de saúde, hospitalares ou ambulatoriais (da administração direta, autarquias e parcerias com Organizações Sociais: 71 hospitais, 37 Ambulatórios Médicos Especializados e Hospitais de Ensino - AME), que são referências especializadas ou de alta complexidade do sistema. Incluem-se nesta rede alguns dos maiores e mais complexos hospitais do país, como os Hospitais de Clínicas da USP (São Paulo e Ribeirão Preto), da Unicamp (Campinas) e da UNESP (Botucatu), além do Instituto do Câncer e do Hospital Pérola Byinton – Centro de Saúde da Mulher – todos eles considerados referências nacionais. Finalmente, a área cumpre importante papel referente à ciência e à tecnologia e ao complexo produtivo da saúde, por meio de seus institutos de pesquisa (Instituto Butantã, Instituto de Saúde, Instituto Adolfo Lutz, Instituto Pasteur), FOSP e FURP.

A estratégia que orientará a política estadual de saúde no período 2012-2015 assenta-se em três diretrizes, a saber, a regionalização, a gestão e atenção humanizadas e o registro eletrônico em saúde paulista. E são os seguintes os programas priorizados para a consecução daquela estratégia:

- *Atendimento integral e descentralização no SUS-SP: assegurar o atendimento integral à saúde com equidade e resolutividade.*
- *Vigilância em Saúde: integrar e consolidar o papel do gestor estadual no SUS.*
- *Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde: estimular o desenvolvimento científico e tecnológico na área da Saúde.*
- *Produção de imonobiológicos, soros, hemoderivados e medicamentos: desenvolver tecnologia de produção e implantação industrial.*
- *Saúde, Componentes e Derivados: fornecer hemocomponentes e serviços hemoterápicos.*
- *Controle Social do SUS: fortalecer e incrementar a participação da comunidade e o controle social na gestão do SUS-SP.*
- *Fortalecimento de ações prioritárias: redefinir ações, estruturas e relações da atenção integral à população de São Paulo.*
- *Gestão da educação e do trabalho em Saúde: formar profissionais para a área de saúde, propiciando educação permanente aos profissionais e gestores.*
- *Gestão em Saúde: aperfeiçoar a capacidade de serviços da Secretaria Estadual de Saúde no SUS.*
- *Infraestrutura em Saúde: propiciar melhores infraestruturas físicas aos serviços de saúde das unidades da administração direta e indireta.*

Integram ainda este rol de prioridades as seguintes ações programáticas: a Atenção à saúde bucal; o Programa de Combate ao Alcool; a ampliação do número de leitos para Dependentes Químicos no Estado; a ampliação do acesso da população aos AME - Ambulatório Médico Especializado e a ampliação da Rede "Lucy Montoro".



HABITAÇÃO

Aportar condições de habitabilidade à população de mais baixa renda consiste na principal atribuição da Secretaria de Estado da Habitação (SH) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), seu braço operacional. Embora atenda a um público-alvo situado na faixa de um a dez salários mínimos, tem seu atendimento prioritário focado no teto de cinco salários. Além da provisão de moradia propriamente, o setor habitacional do Estado também cuida de questões urbanísticas, que vai da reurbanização de favelas, à atuação em áreas de risco, dentro de uma abordagem urbano-socioambiental.

Para enfrentar estas questões, a Secretaria de Habitação apresenta para o período do PPA 2012-2015 o Habita São Paulo, um conjunto de iniciativas para alavancar recursos e impulsionar a construção de moradias para a população de baixa renda, a urbanização de favelas e promover ações preventivas ou corretivas em áreas de riscos. A partir de cinco linhas estratégicas, o Habita São Paulo reúne uma série de ações, distribuídas em programas para atender às necessidades habitacionais em nosso Estado, além de propor soluções urbanas planejadas e sustentáveis. As propostas de ação foram desenvolvidas para oferecer moradias dignas, com mais qualidade de vida para as pessoas e maior sustentabilidade para o nosso Estado.

Ação estratégica em áreas de risco

A SH-CDHU considera prioritário o atendimento às famílias que moram em áreas de risco. Para combater esse problema, que afeta a quase 40% dos municípios paulistas, principalmente nas regiões metropolitanas, Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte, serão desenvolvidas ações em parceria com os municípios e outros órgãos do Estado. Toda a ação será atrelada a uma fiscalização efetiva, em conjunto com a sociedade civil e amparada por medidas legais para prevenir novas ocupações.

Habitação, proteção ambiental e recuperação urbana de favelas e cortiços

A requalificação urbana e ambiental exige ações que solucionem situações de ocupação irregular em áreas de proteção ambiental, unidades de conservação e áreas de mananciais, além de favelas e cortiços em áreas urbanas degradadas. Estudos recentes indicam que esses fenômenos apresentam maior incidência nas regiões metropolitanas do Estado e seus arredores.

Habitação sustentável no litoral paulista

O litoral paulista, cenário de paisagens exuberantes que abriga o maior trecho contínuo de Mata Atlântica preservada no Brasil, é uma região em franco desenvolvimento econômico e social. Com efeito, a exploração da camada do Pré-Sal e a expansão dos portos de Santos e de São Sebastião, entre outros fatores, atraem a cada ano novos trabalhadores para as cidades costeiras. Todo esse importante progresso,

no entanto, também exerce grande pressão sobre os recursos naturais e exige uma intervenção pública que promova o desenvolvimento sustentável das cidades litorâneas. Por isso, o Governo de São Paulo está desenvolvendo um plano estratégico para promover o ordenamento territorial, urbano e habitacional da região, oferecendo alternativas habitacionais sustentáveis para a demanda futura de trabalhadores atraídos pelas oportunidades do crescimento econômico e para promover o combate à ocupação desordenada de áreas territoriais e a formação de cortiços e favelas.

Fundos habitacionais: incentivo à produção de habitação de interesse social

Para suprir a grande demanda habitacional no Estado de São Paulo por moradias populares no campo das políticas sustentáveis de desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental, é fundamental que se estabeleçam novas possibilidades de captação e aplicação de recursos. Para isso, o Governo de São Paulo instituiu e iniciará a operação de dois novos instrumentos que podem fomentar a participação de agentes promotores dos setores da construção civil e financeiro e ampliar o montante de recursos destinados à Habitação de Interesse Social. São eles: (i) *Fundo Garantidor Habitacional (FGH)* que amplia o acesso ao crédito habitacional da população de menor poder aquisitivo ao estimular a participação de instituições financeiras, companhias securitizadoras e outros agentes no financiamento dos investimentos habitacionais de interesse social; (ii) *Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS)* que estabelece condições de subsídio para os investimentos e para a composição dos recursos do Estado com recursos federais e outros, permitindo articular a aplicação dos investimentos públicos em habitação e fomentar a participação de agentes privados.

Cidade legal e planejada: apoio à regularização fundiária e aos planos habitacionais locais

O Governo de São Paulo fornece apoio técnico aos municípios, que têm papel fundamental e competência específica na promoção da regularização urbanística e fundiária. Por meio do Programa Cidade Legal, as cidades promovem a legalização de bairros e núcleos habitacionais de Interesse Social. A regularização urbanística e fundiária das moradias traz grandes benefícios como segurança jurídica ao morador, valorização dos imóveis regularizados, possibilidade da venda a terceiros e transmissão a herdeiros. O Habita São Paulo auxiliará as prefeituras a planejar o desenvolvimento urbano e habitacional das cidades. Para isso, oferecerá suporte técnico para a elaboração dos planos locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS), que deverão favorecer a identificação das necessidades habitacionais, a qualificação das demandas e o equacionamento de recursos para o desenvolvimento habitacional e urbano sustentado.

Para a plena realização desta política habitacional, é imprescindível que ela seja acompanhada de ações intersetoriais de governo, com as áreas de transporte, saneamento, meio ambiente, recursos hídricos, saúde, educação, dentre outros. É por isso que as articulações



externas da questão habitacional se dão com as outras secretarias, com os municípios, com o governo federal e com o chamado Terceiro Setor.

SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

As atribuições da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) envolvem o planejamento e a execução da Política Estadual de Saneamento e da Política Estadual de Resíduos Sólidos, compreendendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água; coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgoto; coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos. Também no âmbito das suas atribuições, a SSRH apóia a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas. Dentre as ações programáticas priorizadas pela SSRH no período do PPA 2012-2015, destacam-se aquelas relacionadas a seguir.

Programa de combate a enchentes

Atualmente encontra-se em elaboração a atualização do "Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê", o qual já apresentou, em sua versão 2009, diagnósticos e propostas para a bacia do rio Tamanduateí, as sub-bacias dos ribeirões dos Meninos e Couros e do córrego Oratório e bacias do rio Aricanduva, do córrego Pirajuçara, do rio Juqueri, rio Baquirivu-Guaçu, Arujá e Guarulhos. O Plano Diretor de Macrodrenagem do Alto Tietê Versão 2009 prevê um volume total de Retenção de 33,9 milhões de m³ de água, dos quais estão implantados 8,8 milhões de m³. A SSRH-DAEE tem feito forte empenho no sentido de dar prosseguimento às ações previstas no Plano de Macrodrenagem e ampliar o volume de retenção na RMSP com a implantação de mais 13 reservatórios, estando 1 em construção e 12 em processo de contratação, os quais trarão fundamentais benefícios a cerca de 20 milhões de habitantes.

Universalização do saneamento

Na RMSP, Interior e Litoral, todo esforço vem sendo envidado na busca incessante da universalização do saneamento, por meio de Programa Água Limpa – Saneamento para Todos. A SABESP impulsiona fortes ações vinculadas com esse objetivo, com destaque para: Projeto Tietê, Onda Limpa Baixada Santista e Litoral Norte, Universalização do Saneamento do Interior, e de Abastecimento de Água da RMSP. No mesmo sentido, buscam contribuir para a universalização do saneamento no Estado os Projetos conhecidos como: Atendimento a Municípios, SANEBASE, Planos Municipais de Saneamento, Planejamento de Resíduos Sólidos (Lixo), REÁGUA, com as ações relacionadas ao Uso Racional da Água, como o PURA e o Reuso de Água.

Água limpa

O programa Água Limpa, executado com recursos exclusivos do Orçamento do Estado, destina-se a implantar sistemas de afastamento e tratamento de esgotos em municípios de até 50 mil habitantes, não operados pela SABESP. É uma ação conjunta entre a SSRH, a Secretaria da Saúde e as prefeituras. Na I Etapa, em 2005, foram atendidos 36

municípios. Na II Etapa de 2006/7 foram atendidos mais 35 municípios. Até o final de 2015 estavam previstos o atendimento de mais 21 municípios com projetos de engenharia, e início das obras em 14 municípios que já tem projetos executivos concluídos.

Áreas rurais e localidades isoladas

É prioridade e de fundamental importância que se alcance a universalização do saneamento no Estado incluindo-se também as áreas rurais e comunidades isoladas. Para tanto, um dos instrumentos a serem utilizados é o Programa de Saneamento de Pequenas Comunidades Rurais Isoladas – PROPEQ. O objetivo é atender 65 mil famílias com abastecimento de água e 400 mil com esgotamento sanitário.

Atendimento a municípios

Importante conjunto de ações está contido neste projeto, incluindo: serviços de canalizações, infraestrutura hídrica, e saneamento, principalmente para os municípios mais carentes do Estado.

Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC)

O principal avanço com a nova legislação é a meta de redução, em todos os setores governamentais e da economia, de 20% da emissão de gases de efeito estufa até 2020, tendo por base o ano de 2005. A SSRH desenvolverá esforços no sentido de pautar suas ações alinhadas com a PEMC: compras sustentáveis, seqüestro de carbono, redução de emissões, gestão sustentável dos edifícios e instalações operacionais.

Política Estadual de Recursos Sólidos (PERS)

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, editada recentemente por meio da Lei Federal N. 12.305/2010, objetiva estabelecer medidas com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos. Ao Governo do Estado e, em especial a SSRH, cabe colaborar com a busca das soluções para os resíduos sólidos, com o alinhamento no desenvolvimento sustentável. A SABESP, por sua vez, está autorizada, e vem se preparando para prestar serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, bem como serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, assim como planejar, operar e manter sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia.

DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

Dada a importância do espaço macrometropolitano bem como dos desafios que se impõem à ação pública nesse contexto, o Governo do Estado priorizou a atuação articulada e integrada sobre esse território. Para tanto, criou a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano (SDM), nova estrutura institucional, com o papel de articulação político-institucional entre instâncias de governo, entre agentes públicos e destes com os agentes privados, tendo a Emplasa como seu braço técnico e operacional.



São três as dimensões prioritárias para o desenho e execução de projetos estruturantes para a Macrometrópole Paulista: a ampliação das vantagens locacionais de que já dispõe, de modo a garantir sua condição de pólo econômico nacional; melhorar as condições de vida de sua população, em especial aquela carente de moradia adequada e de acesso às redes de serviços públicos; e a preservação do patrimônio ambiental, que torna essa região distinta de qualquer outra no País.

As áreas mais periféricas deste espaço foram ocupadas por segmentos populacionais de menor renda, e em muitos casos, não eram adequadas, à ocupação urbana por serem áreas de risco ou ambientalmente sensíveis. Além disso, muitas eram desprovidas de infraestrutura, serviços e equipamentos sociais em níveis satisfatórios. Ainda que tenham sido grandes os investimentos públicos em moradia, na ampliação das redes de infraestrutura urbana e de serviços, e na recuperação de áreas ambientalmente degradadas, ainda hoje a situação socioeconômica de muitas dessas famílias é precária e várias áreas ambientalmente sensíveis estão sob risco.

Superar esse desafio multifacetado demanda intervenções públicas complexas e integradas, capazes de simultaneamente, ampliar as vantagens competitivas da região, preservarem seu patrimônio ambiental e, sobretudo, melhorarem as condições de vida de sua população, em especial em termos de moradia e acesso à infraestrutura urbana. Para avançar no equacionamento desses desafios, a SDM definiu um conjunto de ações prioritárias, conforme relacionado a seguir.

Planejamento Estratégico da Macrometrópole Paulista

Diante da relevância e diferenciação econômica do território Macrometropolitano, impõe-se a urgência de se estabelecer o Planejamento Estratégico da Macrometrópole Paulista, identificando os problemas, oportunidades e desafios, atuais e futuros, com vistas a subsidiar a atuação governamental permanente, e de alto impacto estratégico. Esse planejamento deve delinear a visão de futuro – visão prospectiva e estratégica – para as Regiões Metropolitanas do Estado e para a Macrometrópole Paulista; complementar e adensar a Carteira de Projetos Estruturantes da Macrometrópole e das Regiões Metropolitanas, com o estabelecimento de objetivos e metas, inclusão de novos projetos e por fim, aprimorar o modelo de gestão estratégica e de governança em rede dos projetos estruturantes do território, com inclusão de atores externos ao Governo Estadual (esfera federal, municipal, setor privado e terceiro setor).

Plano Metropolitano Integrado de Habitação e Desenvolvimento Urbano

Para dar conta do desafio de melhorar as condições de vida da população metropolitana, em especial em termos de moradia e acesso à infraestrutura urbana, é necessário parceria entre as áreas de habitação e saneamento ambiental na adoção de um Plano Metropolitano Integrado de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Este Plano irá se constituir em instrumento de planejamento metropolitano e aperfeiçoamento e ampliação das bases de informação para a Macrometrópo-

le, voltados para a implementação da política habitacional. Além disso, deve selecionar áreas prioritárias nas três Regiões Metropolitanas para a execução de ações integradas de habitação e desenvolvimento urbano com foco na gestão de problemas, monitoramento e qualificação e prospecção de oportunidades.

Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do AltoTietê (PDMT-3)

Diante da persistência dos problemas de inundações periódicas cabe atualização do PDMT-3. Tal revisão deve contemplar área das cabeceiras até a Usina Hidroelétrica de Rasgão, considerando ações de curto, médio e longo prazo. O Plano deve ter como objetivo tratar de forma integrada as diferentes ações e medidas de caráter estrutural e os serviços de operação, manutenção e recuperação de estruturas, bem como as demais medidas não estruturais, buscando: controle da impermeabilização da bacia; a restrição à ocupação de áreas de recarga, de várzeas, de áreas frágeis sujeitas à erosão, ruptura ou escorregamento; implantação de dispositivos de infiltração ou reservatórios de amortecimento, evitando-se as obras de aceleração e afastamento das águas pluviais; restauração das margens dos corpos hídricos e implantação de parques lineares.

Planos Diretores de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para as Regiões Metropolitanas

No contexto de sustentabilidade ambiental cabe, também, a elaboração de Planos Diretores de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para as Regiões Metropolitanas, à luz da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305/ 2010 e regulamentada pelo Decreto 7.404/ 2010, e da Política Estadual de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei 12.300/ 2006 e regulamentada pelo Decreto 54.645/2009.

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SDPD) tem como missão garantir, no âmbito do Estado, o acesso das pessoas com deficiência a todos os bens, produtos e serviços que lhes permitam uma vida normal na sociedade. As ações priorizadas para sua atuação compreendem o fomento à inovação tecnológica em benefício das pessoas com deficiência, a certificação da qualidade de produtos e serviços financiados pelo setor público; a implantação dos núcleos de tecnologia e inovação para pessoas com deficiência; educação inclusiva e capacitação para o mercado de trabalho.

Em colaboração com outras secretarias de Estado e municípios, mas também com a rede de atores não governamentais, a SDPD identifica como ações prioritárias a serem desenvolvidas ao longo do período 2012-2015 aquelas relacionadas a seguir:

- *Criação da base de dados de identificação da população-alvo – DEF Dados;*
- *Assistência especializada, através da Rede de Reabilitação Lucy*

- Montoro e da Rede de Atendimento ao Deficiente Auditivo;*
- *COE - Central de Atendimento para o Centro de Orientação e Encaminhamento para Pessoas com Deficiência e Familiares;*
 - *Programas de educação, conscientização e capacitação:*
 - o *Educação em Saúde;*
 - o *Curso Extensivo de Formação para Técnicos em Orientação e Mobilidade de Pessoas com Deficiência Visual.*
 - *Estudos, pesquisas e elaboração de projetos experimentais referidos a:*
 - o *Residência Inclusiva;*
 - o *Metodologias para a inclusão através da Educação;*
 - o *Elaboração de Curso à Distância em cuidados da Pessoa com Deficiência.*
 - *Empregabilidade*
 - o *Iniciação à Capacitação Profissional.*
 - *MODEM – Acompanhamento da Inserção das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho;*
 - *Centro de Excelência em Tecnologia e Inovação em Benefício da Pessoa com Deficiência (CETI-D);*
 - *Centros de Tecnologia e Inclusão Social;*
 - *Capacitação para o acesso aos Telecentros;*
 - *Memorial da Inclusão;*
 - *Acessibilidade na Leitura e Comunicação Escrita;*
 - *Apoio ao Paradesporto.*

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) tem como missão garantir aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, no âmbito do Estado, os direitos e o acesso a bens e serviços sociais que promovem condições mínimas de vida, desenvolvimento social e pleno exercício da cidadania.

Cabe à SEDS a formulação, implementação, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Assistência Social, orientada pelas diretrizes da universalização dos direitos sociais, caráter multidimensional e integrado das ações de enfrentamento da pobreza e promoção da autonomia e independência social das famílias e de seus membros. As assistências social básica e especial são integradas e referenciadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A estratégia da SEDS para o período 2012-2015 repousa nas seguintes orientações: o enfrentamento radical da miséria extrema; a concepção integrada e articulada de programas; a valorização das famílias e de suas capacidades e autonomia; a ação territorializada e descentralizada; a articulação sistemática com o governo federal, os municípios e as entidades não governamentais, segundo o espírito e a estrutura do SUAS. Concretizando aquela estratégia, as ações programáticas da SEDS envolvem diretrizes e ações apresentadas a seguir.

Compromisso Social

Estabelecer, junto aos municípios e famílias paulistas, um com-

promisso mútuo de cooperação para a execução de ações que busquem o pleno desenvolvimento do cidadão em situação de vulnerabilidade social. Envolve a implantação de equipamentos sociais, desenvolvimento de ações que incentivem a auto-sustentação do indivíduo, encaminhamento e acompanhamento à rede de serviços, resgate de vínculos familiares entre outros. Para alcançar tais objetivos, propõe-se:

- o Ação Jovem: Manter e ampliar o atendimento a jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo, mediante transferência direta e condicionada de renda com o objetivo de estimular a conclusão da escolaridade básica, somado a ações complementares e de apoio à iniciação profissional;*
- o Renda Cidadã: Manter e ampliar o atendimento a famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo nacional, mediante transferência direta e condicionada de renda, visando aumentar a escolaridade e melhorar a saúde das crianças e adolescentes, assim como estimular a participação da família em ações complementares estruturantes, tais como educação e qualificação profissional;*
- o Escola de Desenvolvimento Social de São Paulo (Edesp), destinada à qualificação e capacitação de funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Social;*
- o Piso Social: instituição do Piso Social Paulista, baseado no número de famílias referenciadas no CadÚnico e no Pró-Social, através da ampliação dos recursos financeiros do Fundo Estadual para os Fundos Municipais de Assistência Social, de forma escalonada ao longo do período 2012-2014;*
- o Construção de CRAS: Apoio financeiro a municípios paulistas que ainda não implantaram a estrutura física para a implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, cuja porta de entrada é o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;*
- o Creches: Em parceria com a Secretaria de Educação, apoiar os municípios com IDH baixos, em situação de vulnerabilidade social e com grande demanda de creches.*

São Paulo Inclui

Em parceria com o Governo Federal e através da SEDS, o Governo do Estado de São Paulo se mobiliza para a Erradicação da Miséria Extrema no Estado, através de programa articulado de transferência condicionada de renda e um conjunto de ações complementares, territorialmente referidas, assumidas como compromisso pelas famílias beneficiadas. O objetivo é o da superação da miséria extrema e a geração de condições que permitam às famílias se desenvolverem socialmente e se integrem na sociedade e no mercado de trabalho.

Meu Futuro

Programa de transferência de renda, sob a forma de crédito, oferecido aos jovens de baixa renda para que concluam o ensino médio no tempo adequado, capacitando-se assim em melhores condições



para competir no mercado de trabalho. O crédito, concedido a cada ano completo do ensino médio, acumula-se e poderá ser sacado pelo beneficiário que for aprovado e terminar este nível de ensino. O programa será implantado de modo gradativo, iniciando-se em municípios com menor IDH.

Segurança Alimentar

A segurança alimentar é contemplada através de dois programas, a saber:

- o Vivaleite: Distribuição mensal gratuita de 15 litros de leite fluido, pasteurizado, com teor de gordura mínimo de 3% e enriquecido com ferro e vitaminas A e D, a crianças e idosos pertencentes a famílias de baixa renda;*
- o Bom Prato: Fornecimento de refeições nutritivas – almoço e café da manhã -- em restaurantes populares instalados em pontos estratégicos do Estado de São Paulo, permitindo o acesso a uma alimentação diária equilibrada, saudável e de baixo custo à população de baixa renda, visando a atingir prioritariamente desempregados, subempregados e moradores de rua. Ações de capacitação profissional gratuita na área gastronômica e acesso gratuito à internet por meio de parcerias com as Secretaria de Desenvolvimento Econômico e de Gestão estarão acopladas ao programa.*

São Paulo Cuida

Dois públicos-alvo merecem especial atenção, na política de assistência social do Estado: os idosos pertencentes às famílias carentes e os dependentes químicos.

- o Programa de Proteção ao Idoso. Os desafios crescentes do envelhecimento da população paulista, especialmente a mais vulnerável socialmente, são enfrentados através dos Centros-Dia a serem ampliados. Os Centros-Dia oferecem um conjunto de atividades esportivas e de lazer e contribuem tanto para a diminuição da demanda nas instituições de longa permanência quanto para o ampliação do convívio social dos idosos.*
- o Programa de Combate ao Álcool e Crack. Tem por objetivo enfrentar o crescente problema das drogas, resgatando a dignidade humana de indivíduos viciados em substâncias psicoativas, promovendo ainda a sua reinserção social, através de projetos estratégicos e regionalizados de acolhida e convivência familiar.*

CULTURA

Formular e implantar políticas públicas visando a excelência na preservação do patrimônio cultural, no estímulo à produção artística e na garantia de acesso aos bens culturais para a população do Estado de São Paulo em toda a sua diversidade são as atribuições da Secretaria de

Estado da Cultura (SEC).

A SEC tem dentre os seus objetivos estratégicos setoriais, a democratização e interiorização da cultura, a ampliação das suas oportunidades de acesso aos habitantes de São Paulo, por meio de formação e fomento cultural; o apoio à difusão cultural em todo o Estado e o aumento do volume de recursos destinados a investimentos em equipamentos culturais; e, finalmente, a ampliação do uso de equipamentos culturais, assim como o fortalecimento da atuação em áreas periféricas. Por sua vez, as principais questões a serem enfrentadas pela SEC são:

- *Democratizar e interiorizar a cultura*
- *Apoiar atividades de difusão, fomento e incentivo à produção artística e cultural*
- *Desenvolver atividades de formação artística*
- *Promover a formação crítica do homem para a cidadania*
- *Desenvolver atividades artísticas promovendo a inclusão social*
- *Aumentar o acesso da população aos museus paulistas*
- *Preservar e difundir os bens imóveis e os acervos dos museus da SEC junto à sociedade*
- *Identificar, proteger e valorizar o patrimônio cultural do estado.*

Os programas da SEC procuram obter um amplo alcance, tanto no atendimento de seu público-alvo como no impacto de seus resultados; são eles:

Difusão cultural: apoiar atividades de produção artística e cultural, promovendo a integração e a articulação regional e o estímulo aos movimentos culturais.

Formação cultural: conceber, planejar, desenvolver e acompanhar políticas públicas para a promoção da formação e capacitação cultural.

Rádios, TVs educativas e novas mídias: promover a formação crítica do Homem para a cidadania.

Gestão de recursos da SEC: prover as unidades de despesa de meios necessários à implantação e gestão dos programas finalísticos da Secretaria.

Museus: dotar os museus de excelência em preservação, pesquisa, gestão e divulgação de seus acervos.

Preservação do Patrimônio Cultural: identificar, proteger e valorizar o patrimônio cultural do Estado.

Integração das culturas latinoamericanas: promover a discussão das questões relativas à integração da América Latina.

Bibliotecas e leituras: elevar o índice de leitura no Estado de São Paulo.

Complexo Cultural Luz: implantar projeto cultural, colaborando de maneira concreta e objetiva com a revitalização do bairro da Luz.

Fomento cultural e economia criativa: identificar, reconhecer e desenvolver a economia criativa no Estado, estimulando o potencial criativo e inovador de talentos individuais e coletivos.

Sistema Paulista de Música: desenvolver ações que promovam a expressão artística, o consumo e a fruição de bens culturais.



ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

A Secretaria de Estado de Esporte Lazer e Juventude (SELJ) tem como missão institucional formular, coordenar, implementar e executar políticas públicas nessas áreas, por meio de promoção de eventos, pesquisas, projetos e programas, inclusive mediante o intercâmbio e parcerias com instituições públicas e privadas, para incentivar as práticas esportivas e de lazer, bem como facilitar o usufruto da cidadania pelo jovem.

O Brasil está ingressando na "Década do Esporte". O Campeonato Mundial Militar, os Jogos Panamericanos, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo 2014, a Copa América 2015 e as Olimpíadas 2016, eventos de ponta do calendário mundial, contarão com quantidade expressiva de atletas e paratletas paulistas e boa parte destas competições ocorrerá em instalações esportivas do Estado. Elas atrairão grande público, turistas, a mídia nacional e internacional e transmitirão a imagem do Brasil para o mundo. No quadriênio 2012-2015, várias ações e programas serão desenvolvidos em um diversificado e amplo calendário desportivo. Ele contemplará, além dos eventos, Centros de Excelência Esportiva e áreas de Formação e Treinamento de Atletas de Alto Rendimento. Serão realizados investimentos em reformas, construções e ampliações de instalações desportivas, em programas de inclusão social através do esporte, em ações que beneficiarão os Idosos e as pessoas portadoras de deficiências físicas e ainda em ações voltadas especificamente para o Jovem.

Esporte

Em várias cidades do Estado o Governo estruturará novas áreas para a prática esportiva ou adaptará as existentes, para iniciação esportiva, desporto de alto rendimento ou para lazer. A oferta incluirá a implantação das "Academias ao Ar Livre", com equipamentos que permitirão que os usuários se exercitem, com os conseqüentes benefícios à saúde.

Serão construídas e/ou adequadas várias instalações próprias da SELJ e firmados novos convênios com Prefeituras, através da Ação "Construção e reforma de equipamentos esportivos". O Conjunto Desportivo Baby Barioni, a Vila Olímpica Mario Covas, o Parque da Juventude, o CERECAMP e os Centros Sociais Urbanos sofrerão intervenções que ampliarão as condições para a realização das práticas esportivas e de atendimento a comunidade. Na área sóciodesportiva, serão implantados novos Núcleos do Esporte Social no contraturno escolar das crianças e adolescentes, como forma de difusão do esporte e de inclusão social.

Com vistas aos megaeventos de alcance mundial, a SELJ implantará o Programa "Esporte paulista rumo a 2016 na Copa de 2014", desenvolvendo espaços e ações que ensejem o aperfeiçoamento, treinamento e desporto de alto rendimento. No próximo quadriênio a SELJ desenvolverá os Jogos Abertos, Jogos Regionais, Olimpíada Escolar e Jogos Escolares do Estado, Jogos Abertos de Juventude, bem como atividades para idosos e pessoas portadoras de deficiência. Serão realiza-

das ações para detectar talentos e atletas promissores e para apoiá-los, com ocorre na "Bolsa Talento Esportivo". Os JORI (Jogos Regionais do Idoso) terão o número de etapas ampliado para atender a grande demanda de praticantes.

O Paradesporto terá lugar de destaque, com políticas governamentais que ampliarão a acessibilidade e qualidade de equipamentos com destaque para as citadas adequações a serem promovidas no Conjunto Desportivo Baby Barioni. Também como já mencionado, será ampliado, de forma relevante, o número de Centros de Excelência Esportiva em cidades do Estado de São Paulo, de acordo com as vocações e expertises locais.

Lazer

O Lazer e a Recreação são componentes que devem estar presentes na vida do cidadão. Nesse sentido, serão realizadas ações, eventos e convênios com Prefeituras e entidades, entre quais os Festivais de Pipas, Lazer na Praça, Virada Esportiva em várias Cidades do Interior, Jogos com Identidade Cultural, Campeonatos de Truco, Bocha e Damas. A ação "Viva a vida – lazer é qualidade de vida" sintetiza a importância dessas atividades. Destaca-se também a preocupação constante em capacitar novos profissionais através da ação "Curso de lazer comunitário".

Juventude

O Estado de São Paulo possui aproximadamente 11 (onze) milhões de jovens na faixa dos 15 aos 29 anos. O Governo do Estado preocupa-se em investir para valorizar a participação e a proatividade da juventude em seus Programas. As peculiaridades desse grupo social, a sua maior vulnerabilidade, a planificação de vida e as posturas na juventude merecem um olhar atento da Secretaria. Serão desenvolvidas no quadriênio as "Jornadas de capacitação", buscando atender os gestores municipais de Juventude, bem como eventos e campanhas destinados aos jovens paulistas.

JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA

A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC) tem como missão a promoção dos direitos humanos e fortalecimento da cidadania, oferecendo suporte referencial à população. Suas atividades visam aprimorar o desenvolvimento dos projetos e programas ligados à promoção dos direitos humanos e cidadania, possibilitando o acesso à justiça igualitária como direito primordial do ser humano com fundamento no Programa Estadual de Direitos Humanos. Todos os programas, atividades e ações da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania enfatizam os preceitos de equidade dos cidadãos, da igualdade de oportunidades, do direito à informação e transparência.

As ações da SJDC são desenvolvidas com o apoio da sua estrutura de entidades vinculadas: Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

“José Gomes da Silva” (ITESP), Fundação Centro de atendimento Sócio-educativo ao Adolescente (Fundação CASA), Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC) e Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM). Os programas seguintes estão previstos para serem executados no âmbito do PPA 2012-2015.

Programa Estadual De Direitos Humanos: difundir o programa estadual de direitos humanos.

Proteção e Defesa do Consumidor: proteger e defender os consumidores nas relações de consumo pelo cumprimento da legislação por parte dos fornecedores, bem como, a conscientização dos consumidores e fornecedores quanto aos seus direitos e deveres, em busca do equilíbrio do mercado de consumo de forma sustentável e responsável socialmente.

Perícia Judicial: realizar perícias na área de medicina legal e de investigação de vínculo genético (DNA) em atendimento a demanda do poder judiciário.

Metrologia e qualidade de produtos e serviços: executar atividades que envolvam o controle metrológico e a qualidade de produtos e serviços, com vistas a garantir o cumprimento das normas e assegurar o respeito à sociedade.

Modernização da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa): garantir formação continuada e motivação do servidor, a infraestrutura adequada e o apoio da sociedade, visando à efetivação das políticas de atendimento socioeducativo de forma descentralizada e a manutenção da imagem positiva conquistada.

Atenção integral ao adolescente e integração das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade: dar efetividade aos direitos e garantias do adolescente autor de ato infracional, através do cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, objetivando à sua inserção ao convívio social.

Acesso aos serviços na área da Cidadania e da Justiça: garantir ao cidadão o acesso à justiça.

Política Agrária e Fundiária: estimular a democratização do acesso à terra, a mediação de conflitos fundiários, bem como a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

SEGURANÇA

A atuação da Secretaria de Segurança Pública (SSP) situa-se ao início do processo de penalização de pessoas inseridas no contexto de delitos contra a sociedade, cujo encadeamento pode ser descrito, sucintamente, do seguinte modo: (i) Crime/delito - *sistema policial: inquérito e encaminhamento policial (SSP); (ii) processo e condenação (Judiciário); (iii) cumprimento da pena (SAP)*. A SSP faz a repressão a crimes e delitos cometidos na sociedade.

O sistema de segurança pública paulista tem apresentado resultados apreciáveis ao longo dos anos recentes. Hoje são 10 homicídios por 100 mil habitantes, o que é considerado um patamar não epidêmico pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 1999, esta relação era de 35,27/100 mil.

O planejamento dos recursos destinados à Segurança Pública tem se pautado por critérios técnicos e estratégicos e está focado na busca constante da melhoria de integração das políticas de segurança pública com áreas governamentais e demais segmentos da sociedade. Para cumprir os objetivos e metas propostos, a SSP promoverá as ações relacionadas a seguir, na vigência do PPA 2012-2015.

Novo sistema de gestão humana e material das unidades territoriais da Polícia Civil da Capital

Visa aumentar o índice de esclarecimento de crimes; resgatar a credibilidade da população através do atendimento rápido, cortês e eficiente; aumentar a celeridade do registro de flagrantes e melhorar a qualidade de vida e as condições de saúde do policial civil.

Reengenharia da Polícia Civil no interior

Visa aumentar o desempenho e o estabelecimento de padrões de atuação de polícia judiciária no interior do Estado; evitar a fragmentação do ambiente operacional e da gestão das informações criminais e de inteligência; contribuir para a capacitação continuada do policial; aprimorar a qualidade do atendimento à população e a capacidade investigativa; desonerar municípios de despesas com recursos humanos e prediais destinados às delegacias de polícia.

Remodelagem, construção e reformas de delegacias policiais

Consiste em atualizar as plantas básicas das Delegacias de Polícia do Estado agregando acessibilidade, sustentabilidade, adequações ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à Lei Maria da Penha e às mais modernas técnicas de polícia judiciária; elaborar plano estadual de obras, a partir de diagnóstico da situação imobiliária das delegacias e elaboração de projetos.

Novo Centro de Operações da Polícia Militar – COPOM

Construção de prédio (Novo COPOM/SP) apropriado para a integração operacional, visando a centralização da gestão dos sistemas de inteligência policial e de todas as tecnologias em uso pela Polícia Militar, com foco na modernização da segurança pública e na melhoria e otimização do atendimento à população. No âmbito dos serviços, São Paulo já conta, hoje com atendimento 190 em Inglês e Espanhol 24h. O novo COPOM/SP está se estruturando não só para a Copa do Mundo de 2014, mas também para grandes eventos em geral, atendendo a população na medida das demandas operacionais. O novo COPOM/SP também se estruturará para ampliar o acesso da população à PM, através das redes sociais da internet (Facebook, Twitter, MSN e Orkut) e dos



serviços de voz e texto da telefonia móvel (SMS e aplicativos).

ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Dentre as atribuições da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) constam: a custódia de pessoas presas provisoriamente; a execução administrativa das penas restritivas de liberdade; as medidas de segurança detentiva e das penas restritivas de direito (serviços à comunidade) e o atendimento a egressos e familiares de pessoas presas. Suas atribuições objetivam, enfim, a reinserção social e a preservação da dignidade do condenado como cidadão.

A SAP se preocupa em enfatizar o caráter ininterrupto de sua ação, consubstanciada nos programas propostos para o PPA 2012-2015. A atuação da SAP encontra-se ao fim do processo de penalização de pessoas em delito com a sociedade, cujo encadeamento é: Ocorrência do Crime: (i) sistema policial – inquérito e encaminhamento judicial (SSP); (ii) judiciário – processo e condenação (Judiciário); (iii) cumprimento da pena (SAP). Sua ação se inscreve, portanto, no contexto de uma situação social em desacordo com as regras da sociedade, muitas vezes em um contexto de violência.

A SAP tem envidado esforços no sentido de obter uma maior interlocução intragoverno, com outros setoriais, como educação, saúde, habitação e transportes. Tais iniciativas na área da administração penitenciária têm por objetivo principal a reintegração da pessoa presa de forma a viabilizar sua inclusão social e a de seus familiares. Buscando ser reconhecida como instituição de excelência no controle formal da violência e da criminalidade, a SAP dará prioridade à continuidade e implantação das ações referenciadas a seguir.

Cadeias públicas e distritos policiais sem pessoas presas

É meta da SAP a adoção de medidas para absorção de contingente ainda remanescente das pessoas presas em cadeias públicas e distritos policiais, de tal maneira que a permanência nessas dependências carcerárias se dê apenas temporariamente. Elas deverão aí permanecer apenas por período de tempo suficiente para a realização do serviço de polícia judiciária e, tão logo liberada pela Autoridade Policial, deverão ser incluídas no sistema penitenciário.

Unidades prisionais apropriadas por gênero e regime

Para a efetividade da meta acima descrita, será necessário construir novas unidades prisionais em diversas regiões do Estado de São Paulo, considerando o princípio da regionalização das prisões e não mais da mera interiorização. Com a regionalização, a pessoa presa estará próxima de sua família e da sua comunidade, evitando-se, com isso, a migração de visitantes de presos para determinados municípios e o deslocamento da pessoa presa. Cada unidade prisional construída terá finalidade específica. Aquelas destinadas aos homens serão os Centros de Detenção Provisória que abrigarão os presos provisórios; as Penitenciárias, para os condenados no regime fechado; os Centros

de Progressão Penitenciária para os condenados no regime semiaberto. As Penitenciárias para mulheres acolherão presas que deverão permanecer no regime fechado (condenadas e provisórias) e também as em regime semiaberto.

Centrais de penas e medidas alternativas e de atendimento ao egresso e família

A Secretaria da Administração Penitenciária continuará investindo na implantação das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, com o objetivo de proporcionar ao Poder Judiciário meios para que, em casos de prática de delitos de menor potencial ofensivo, no lugar da aplicação das penas de detenção ou de reclusão, seja o infrator submetido à pena restritiva de direito, em especial as de prestação de serviços à comunidade.

Por intermédio das Centrais de Atendimento ao Egresso e Família haverá diversas atividades destinadas ao resgate da cidadania, como a obtenção de documentos, encaminhamento para qualificação e emprego, dentre outras. Essas centrais também prestarão assistência aos familiares do egresso. Para o quadriênio 2012/2015 a previsão é de que sejam atendidos pelas CPMA's 85.069 (oitenta e cinco mil e oitenta e nove) prestadores de penas alternativas e pelas CAEF's sejam prestados 48.000 (quarenta e oito mil) atendimentos para egressos e familiares. Estima-se para o referido período a instalação de mais 80 centrais, as quais atenderão em conjunto, as demandas de penas e medidas alternativas e de egressos e familiares.

Escolta de presos

Com a edição da Lei Complementar Nº 898/2001 e alterações foi instituída a classe de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, que tem a incumbência de efetuar a vigilância das unidades prisionais de regime fechado, assim como a de transportar e escoltar presos nas suas movimentações externas. Atualmente, a vigilância nas prisões vem sendo realizada pelo Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária, no entanto, as movimentações externas de presos ainda estão a cargo da Polícia Militar Estadual. O objetivo desta Secretaria é que esses serviços de escolta sejam efetivamente realizados por integrantes dessa classe, providência essa que resultará na liberação dos Policiais Militares para exercerem sua atividade fim, ou seja, a de proporcionar segurança à sociedade.

Museu Penitenciário Paulista

Com a reinauguração do Museu Penitenciário Paulista, será resgatada a história de quase 100 (cem) anos do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo.

5.2.2 Desenvolvimento Econômico Sustentável

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecno-



logia (SDECT) tem como objetivo promover a inovação tecnológica como estratégia de suporte ao crescimento econômico sustentado, com aumento da competitividade da economia paulista, bem como a proposição de políticas e diretrizes, a coordenação e a implementação de ações de competência do Estado no campo do ensino superior. A Secretaria coordena ações de governo, articula-o com o setor privado e mobiliza instrumentos para uma agenda de desenvolvimento do Estado de São Paulo, em um contexto econômico que apresenta os desafios e oportunidades para a economia paulista. Os programas e ações da SDECT estão organizados em quatro eixos estratégicos, conforme destacado a seguir.

Desenvolvimento do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante

A estratégia de inclusão econômica e social das pessoas, de maneira a reduzir o descompasso entre a oferta e demanda de postos de trabalho, passa pela integração entre as políticas de educação formal e pela “Educação de Jovens e Adultos – EJA Mundo do Trabalho”. Esta se destina à elevação da escolaridade básica, permitindo a conclusão do 2º ciclo do ensino fundamental e associando-o a conteúdos específicos do mercado de trabalho. Adicionalmente a essa estratégia, a capacitação por meio do “Via Rápida Emprego”, que está sendo implementada pelo Centro Paula Souza, permitirá, de modo integrado com a demanda setorial identificada pelos respectivos empregadores, a qualificação do trabalhador para facilitar a sua inserção no mercado de trabalho.

Desenvolvimento do ensino superior e do fomento à pesquisa científica

Vinculam-se à SDECT as três universidades estaduais – Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) – além das Faculdades de Medicina de Marília (Famema) e a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

As atividades dessa rede de formação e produção de conhecimento continuarão sendo fortalecidas com o objetivo de manter e ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas, bem como assegurar o suporte à pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós-graduação. Cabe um destaque à promoção da formação de pessoal qualificado na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação, concomitantemente com a prestação de assistência ambulatorial, médico-hospitalar e odontológica, e procedimentos hospitalares de alta complexidade.

Desenvolvimento científico e tecnológico

A SDECT buscou e busca criar condições favoráveis para que a sociedade atinja os seus objetivos de desenvolvimento econômico e social. Importante parcela da atuação da Secretaria nesse mister se dá no âmbito do complexo de ciência e tecnologia, ressaltando-se: a criação do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec), a promul-

gação da Lei de Inovação Paulista e o monitoramento de seu impacto, o desenvolvimento de projetos em áreas estratégicas, a Rede Paulista de Incubadoras de Base Tecnológica, o acompanhamento da expansão do ensino superior e a reativação e o fortalecimento do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet). A promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação ocupa lugar de destaque no PPA, pelo potencial de irradiação de seus efeitos na economia do Estado. Essa atuação do Governo alinha-se a uma estratégia de desenvolvimento que é suportada pela produção de conhecimento científico nas instituições de pesquisa estaduais.

Nessa área, cabe destacar o desenvolvimento e aplicação de tecnologias específicas a determinados setores produtivos (principalmente automotivo, siderurgia, cimento e sucro-energético) com vistas à redução das emissões de CO₂, sem inibir o desenvolvimento. Prioriza-se ainda a articulação da política de gás e petróleo e o fortalecimento da cadeia produtiva desses segmentos no litoral paulista, tendo em vista as perspectivas do Pré-Sal.

As escolhas estratégicas subjacentes ao PPA procuram ampliar e manter de modo sustentável e sem artifícios as vantagens competitivas do Estado de São Paulo, estimulando as decisões de investir e de inovar dos agentes privados e públicos. Essas políticas são complementadas pela oferta de serviços tecnológicos que os institutos de pesquisa fazem ao setor produtivo privado.

Desenvolvimento regional e territorial, com estímulo às micro e pequenas empresas

Também se procura o desenvolvimento econômico equilibrado, estimulando os investimentos e a inovação nos diversos setores e regiões do Estado. A estratégia de desenvolvimento regional consiste no apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Desenvolve-se mediante integração com outras ações da SDECT acima descritas, que se disseminam espacialmente pelo Estado. Elas pretendem induzir o desenvolvimento econômico, com base na articulação dos agentes produtivos, na coordenação dos instrumentos de apoio e no fomento ao desenvolvimento das potencialidades regionais.

EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

O campo funcional da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) abriga a formulação e a execução de políticas, programas e projetos voltados ao emprego e às relações do trabalho; a coordenação da implementação das políticas do Sistema Público de Emprego e do Sistema de Relações do Trabalho; o exercício de atividades delegadas pelo Governo Federal; a promoção do desenvolvimento do artesanato no Estado. A SERT tem ainda como objetivo a formulação e a execução de políticas, programas e projetos voltados ao empreendedorismo.

A atuação da SERT, no período 2012-2015, terá por horizonte o fortalecimento e atualização de seus programas e ações segundo a pauta nacional e internacional de mudanças no mundo do trabalho,

visando o atendimento eficaz, efetivo e diversificado das demandas do trabalhador segundo a perspectiva do desenvolvimento humano integrado. A sua estratégia assenta-se também na integração setorial e inter setorial de Programas e Ações, na ação regionalizada e na parceria e articulação com organizações nacionais e internacionais, com entidades públicas dos três níveis de governo, entidades privadas e organizações da sociedade civil e os setores envolvidos no mundo do trabalho, especialmente os da área sindical. As ações programáticas da SERT, priorizadas no PPA 2012-2015, estão relacionados a seguir.

Manutenção, ampliação e fortalecimento dos programas estruturais da SERT

Observatório do Emprego e do Trabalho, Comissões de Emprego, Informações Estratégicas para Empreendedorismo, Informações Estratégicas para Formação Profissional; Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho, Frentes de Trabalho, Qualificação e Requalificação Profissional do Trabalhador, Times do Emprego, Intermediação de Mão de Obra, Banco do Povo Paulista.

Inserção no mercado de trabalho e gestão da diversidade

Abrange um conjunto de ações que proporcionam oportunidades de inserção no mercado de trabalho ao cidadão com risco de exclusão, ao jovem iniciante, ao aprendiz, ao trabalhador com necessidades especiais. Também promove ações visando reintegração do egresso, como também a difusão e valorização do respeito às diferenças, outorgando às empresas, que se destacarem nesse atendimento, o selo paulista da diversidade.

Empreendedorismo

Estímulo ao desenvolvimento do empreendedorismo através da oferta de cursos de capacitação para a gestão de micronegócios e da oferta de linhas de microcrédito para investimento em atividades produtivas. Além da ação Banco do Povo Paulista, o programa foi fortalecido com três novas ações: Caravana do Empreendedorismo, Empreendedor Paulista e Habita-SP.

Fomento ao trabalho artesanal

Tem por objetivo a difusão, comercialização e suporte técnico ao trabalho artesanal, envolvendo as ações: comercialização do artesanato paulista; suporte técnico-administrativo ao artesão; capacitação e qualificação dos artesãos; espaços do artesão; pesquisa, registro e disseminação de técnicas artesanais; promoção e divulgação do artesanato paulista.

ENERGIA

A Secretaria Estadual de Energia (SEE) tem como missão viabilizar o crescimento econômico e social de São Paulo, aliando garantias cada vez maiores de suprimento de insumos energéticos com a preser-

vação ambiental. Neste cenário, cabe à Secretaria de Energia atuar na consecução dos aspectos prioritários para o setor energético, definidos no Programa de Governo, sendo eles:

- *Aumentar a segurança energética*
- *Promover a eficiência energética*
- *Estimular a diversificação das fontes de produção de energia (gás natural, biocombustíveis, hidroeletricidade)*
- *Fomentar a geração de energia hidráulica, a autogeração e cogeração, em especial com o bagaço de cana, e a bio-energia*
- *Desenvolver a infraestrutura de escoamento do etanol*
- *Implantar a Política Estadual de Energia, com ênfase no crescimento da participação das energias renováveis na Matriz Energética do Estado de São Paulo (fontes alternativas, aproveitamento do potencial hidráulico remanescente e utilização do gás natural na Bacia de Santos.*
- *Substituição de Derivados de Petróleo nos Sistemas de Transportes das Regiões Metropolitanas*

Para alcançar os objetivos afetos à sua área, a Secretaria Estadual de Energia propõe os programas apresentados a seguir para o período do PPA 2012-2015.

Controle de cheias do Canal Pinheiros: instalar novas unidades nas usinas elevatórias de Traição e Pedreira e execução de obras de adequação da calha para aumentar a sua capacidade de vazão em épocas de cheias.

Programa estadual de mineração: desenvolver ações, diretrizes e subsidiar o estabelecimento de políticas minerárias voltadas ao planejamento integrado de recursos.

Fortalecimento das competências reguladoras do Estado de São Paulo em energia, gás e saneamento: dotar o Estado de condições necessárias para o exercício de suas competências reguladoras e fiscalizadoras nas áreas de distribuição de energia elétrica, distribuição de gás canalizado e prestação de serviços de saneamento básico.

Gestão do fornecimento e utilização de energia elétrica: buscar a evolução permanente do uso racional e a garantia da disponibilidade, universalização, continuidade, qualidade e agilidade de atendimento no fornecimento de energia elétrica à população de São Paulo, através da integração de ações do poder concedente, agências reguladoras, empresas do setor e outras secretarias de governo.

Gestão administrativa em energia: prover a Secretaria de Energia e a autarquia a ela vinculada – ARSESP - de infraestrutura para o atendimento da demanda no desenvolvimento de suas atividades e as empresas Cesp e Emae.

Programa paulista de petróleo e gás natural: promover ações de internalização dos benefícios socioeconômicos que as atividades relacionadas ao petróleo e gás natural poderão gerar em território paulista e minimizar os potenciais impactos socioambientais associados e articular a consolidação da inteligência da indústria do petróleo no Estado de São Paulo.

Energias renováveis: definir diretrizes, ações e desenvolver projetos para induzir o investimento em fontes renováveis no Estado de



São Paulo, por meio da determinação do potencial energético e absorção do desenvolvimento tecnológico.

Sistema de geração de energia elétrica: manter em boas condições operacionais os ativos de geração de energia.

LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Para dar maior foco ao planejamento logístico e à integração modal, a Secretaria teve seu nome alterado pelo Decreto No 56.635/2011, passando a ser denominada Secretaria de Logística e Transportes. Nesta nova situação, a entidade busca repensar os papéis, estrutura e processos das empresas/autarquias, aperfeiçoar a gestão e desenvolver modelagens de negócios que atendam à sociedade, sob os aspectos econômicos e da qualidade de serviços. A missão da Secretaria é desenvolver um sistema de transportes seguro, rápido, econômico, integrado, confortável e abrangente que assegure a mobilidade de bens e de pessoas e estimule o desenvolvimento econômico e socioambiental do Estado de São Paulo. As diretrizes estratégicas da Secretaria expressam-se a seguir:

- *Assegurar o deslocamento organizado de pessoas e cargas no sistema viário paulista, com fluidez, segurança e conforto.*
- *Buscar a excelência na prestação dos serviços e desenvolver soluções de infraestrutura para o escoamento da produção.*
- *Facilitar a geração de emprego através de políticas sustentáveis na área dos transportes, com respeito ao meio ambiente.*
- *Implantar políticas de multimodalidade, visando redução do desbalanceamento da matriz modal.*

Essas diretrizes são traduzidas em objetivos mais específicos: (i) Qualidade (expressa em termos de mobilidade e acessibilidade, confiabilidade, eficiência econômica e energética, satisfação e segurança); (ii) Desenvolvimento Sustentado (sustentabilidade, qualidade ambiental e equidade); (iii) Competitividade (integração, redução de custos e bem estar econômico); e (iv) Factibilidade (viabilidade político-institucional e capacidade de financiamento).

No contexto dessas políticas, é fundamental que o Plano Diretor de Transportes seja sempre atualizado, inclusive para equacionar a transição da ênfase monomodal para a intermodal, baseada no desenvolvimento de projetos estruturantes, como os dos Centros Logísticos Integrados (CLI's), e a promoção de estudos visando integração e adequação operacional das ferrovias.

Para o PPA 2012-2015, a Secretaria propôs os programas relacionados a seguir:

Planejamento de logística e transportes: desenvolver estudos que permitam o aumento da competitividade através de integração modal e aspectos correlatos como armazenamento, tecnologia da informação e treinamento visando gerar subsídios para melhor qualificar a gestão da Secretaria e suas unidades, melhorar a efetividade da prestação dos serviços e atender aos anseios e às expectativas da sociedade.

Gestão da logística hidroviária: aumentar a velocidade média de tráfego e a capacidade de transporte por ciclo de viagem, atraindo mais cargas para a malha hidroviária, proporcionando maior equilíbrio à matriz de transportes com menores custos econômicos, sociais e ambientais.

Regulação e fiscalização dos serviços de transporte: desenvolver ações de regulação, fiscalização, controle e monitoramento dos contratos de concessões rodoviárias e de todas as permissões das empresas que operam linhas regulares de transporte coletivo e de fretamento, exceto nas regiões metropolitanas.

Gestão, operação e segurança de rodovias: propiciar condições de segurança e fluidez do trânsito nas rodovias.

Ampliação, recuperação e modernização da malha rodoviária: melhorar as rodovias por meio de obras de ampliação, recuperação e modernização proporcionando um transporte confortável, seguro e econômico de bens e pessoas.

Modernização da infraestrutura aeroportuária: executar obras e serviços de melhoria e segurança nos aeroportos do Estado em parcerias com os governos federal e municipais.

Travessias litorâneas: aumentar a eficiência das travessias.

TRANSPORTES METROPOLITANOS

A missão da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) consiste em garantir o transporte público metropolitano à população, por meio de formulação de políticas para o desenvolvimento, execução, gerenciamento e fiscalização de planos e programas para implantação de rede eficiente e sustentável econômica, ambiental e socialmente. A orientação estratégica dos investimentos para o transporte nas regiões metropolitanas paulistas observa as seguintes premissas básicas:

- *Continuidade:* concluir as obras iniciadas e melhorar a eficiência do que já está em operação;
- *Expansão:* expandir a rede metropolitana de transporte, inclusive atendendo os novos aglomerados incluídos na macrometrópole;
- *Integração:* integrar os modos motorizados e não motorizados, municipais e metropolitanos; e
- *Inovação:* inovar buscando novas soluções tecnológicas e novos recursos para investimentos.

Os investimentos na Região Metropolitana de São Paulo contemplam a expansão e modernização do transporte metropolitano de alta e média capacidades – metrô, trem e corredores de ônibus – tendo como premissa a adoção de soluções conjuntas entre o uso do solo, transportes e meio-ambiente. Nesta expansão está incluída a aquisição e renovação de grande parte do material rodante – trens, mon trilhos e ônibus – e um moderno sistema de sinalização metroferroviária. Essa dinâmica propicia a instalação de novas plantas industriais gerando novas oportunidades de emprego e renda para a população paulista criando-se um ciclo virtuoso de desenvolvimento no Estado. A ampliação da integração, através do Bilhete Único Metropolitano, reduzirá o tempo de viagem, com conforto, segurança, regularidade e confiabili-



dade. Também será ampliada a utilização da capacidade instalada, promovendo melhoria e maior economia de operação.

Atendendo à nova conurbação da macrometrópole, será iniciado o retorno das ligações ferroviárias regionais. Além disso, a STM incorporou, em 2011, a Estrada de Ferro Campos do Jordão, que passará por um processo de modernização tecnológica e incorporação de uma nova visão de negócios.

Na Região Metropolitana de Campinas, será realizada a atualização do Plano Integrado de Transportes Urbanos (PITU), a partir dos novos dados da Pesquisa Origem-Destino 2011, resultando em novas diretrizes e medidas para o sistema de transporte regional, aliadas às políticas de uso e ocupação do solo ao longo dos principais eixos de desenvolvimento, buscando equilíbrio na distribuição da população e atividades no território. Por sua vez, na Região Metropolitana da Baixada Santista, será elaborado o PITU a partir de uma visão regional sobre a mobilidade desejada e as estratégias de uso do solo, com especial atenção ao turismo e sua sazonalidade, o pré-sal e a movimentação de cargas do Porto de Santos.

A rede de metrô da Região Metropolitana de São Paulo deve ser revista e monitorada com vistas à consecução e permanência do equilíbrio operacional do sistema, consideradas sua funcionalidade e a complementaridade dos serviços de alta, média e baixa capacidade de transporte. Os investimentos no Metrô terão ênfase na conectividade da malha e na compatibilidade entre a oferta que propicia e a demanda que se propõe a atender. Além dos recursos do Governo do Estado, serão mobilizadas fontes federal, municipais e da iniciativa privada, com apoio de agentes financiadores nacionais e estrangeiros. Em 2015, a rede de metrô planejada será de 91km com 80 estações e a de monotrilho será de 45km com 41 estações. Essa malha de transportes será articulada em 31 pontos de integração (metrô x monotrilho x trem metropolitano) e abrangerá todos os quadrantes da Capital Paulista, apontando ainda para a extensão de seus benefícios para importantes subpolos regionais, até então desatendidos, como o ABC, Guarulhos e Taboão da Serra.

O projeto de expansão e modernização da malha da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM tem o objetivo de conduzir a infraestrutura instalada ao limite de seu desempenho, a fim de tornar a oferta compatível com o potencial de demanda, e atingir um padrão de excelência de serviço. Além disso, com a modernização e ampliação da rede, o intervalo médio entre os trens será reduzido.

Pretende-se ainda o aprofundamento dos estudos de três serviços de trens regionais – São Paulo/Santos, São Paulo/Sorocaba e São Paulo/Jundiaí – permitindo o reordenamento da matriz de transporte entre as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado. O tempo médio de viagens ficará em torno de 40 minutos entre São Paulo-Santos e São Paulo-Sorocaba e 25 minutos entre São Paulo e Jundiaí.

A proposta da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU/SP) prevê a construção, complementação e melhoramento de

vários corredores metropolitanos de ônibus integrados ao sistema sobre trilhos. Conforme as ações planejadas, a extensão dos corredores nas regiões metropolitanas continuará sendo ampliada, como também haverá a inclusão de corredores e implantação de VLT na RMBS.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

A área de agricultura caminha cada vez mais para se constituir em setor muito mais amplo que o segmento agropecuário, propriamente, em decorrência dos seguintes fatores: (i) expansão das agroindústrias de bens de capital e insumos, que consolida o Estado de São Paulo como a principal plataforma nacional irradiadora desses elementos propulsores da modernidade produtiva; (ii) ampliação da agroindústria de processamento e de alimentos com aprofundamento da agregação de valor com a proliferação de agroindústrias de produtos finais; (iii) consolidação da agropecuária intensiva com maior proporção de produtos com uso intensivo do solo e intensamente associado à multiplicação da riqueza pela agregação de valor, além da pecuária granjeira e bovina de elite, como a genética sofisticada, confinamento e semi-confinamento) e (iv) explosão da malha de agrosserviços produtivos, transacionais e financeiros.

É neste sentido que se pode afirmar que a antevisão das políticas públicas para a agricultura paulista no horizonte do final da segunda década deste século XXI, está condicionada pelos movimentos estruturais de transformação setorial. E a agricultura paulista é a mais importante do cenário nacional, sendo agroindustrial-exportadora numa realidade nacional primário-exportadora. Ademais o rebatimento dessa agricultura na agropecuária aprofundará a especialização regional que a distancia cada vez mais da diversificação, decorrente de arranjos produtivos regionais com dinâmicas específicas. Isso implica num esforço consistente em promover a redução da imensa disparidade regional com base em programas governamentais lastreados na determinação de regionalização e que resgate os espaços estaduais de agricultura deprimida.

A estrutura da Secretaria da Agricultura e Abastecimento atuará focada no sentido da concretização dos pressupostos do Plano Plurianual - PPA 2012-2015 que preconiza uma sociedade democrática, plural, economicamente avançada, cada vez mais justa e empenhada em proporcionar igualdade de oportunidades aos seus integrantes. Seus programas serão:

Geração e transferência de conhecimento e tecnologias para o agronegócio: gerar e transferir conhecimentos relacionados à segurança alimentar, à sustentabilidade agroambiental, à organização do espaço rural e periurbano, à bioenergia e aos produtos e processos estratégicos.

Desenvolvimento local integrado sustentável: promover os agentes locais de desenvolvimento como articuladores das forças presentes nos municípios, visando conjugar o desenvolvimento econômico, a promoção da cidadania e a preservação do meio ambiente.

Abastecimento e segurança alimentar: conjugar o estímulo à pro-

dução de alimentos e seu escoamento a projetos de segurança alimentar, assegurando o acesso da população a alimentos com qualidade, diversidade e alto valor nutritivo.

Geração de emprego e renda no agronegócio paulista: desenvolver alternativas rentáveis de produção, agregação de valor e de mudança tecnológica que incrementem a renda e a geração de emprego, via aumento de produtividade.

Modernização e gestão da qualidade das agropolíticas públicas: implantar gestão de qualidade para promover internamente as mudanças necessárias, ajustando-se a padrões internacionais de eficiência da administração pública.

Defesa sanitária do agronegócio para proteção da saúde do homem e do meio ambiente: promover a manutenção e a valorização do patrimônio agropecuário, a saúde animal e vegetal, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos.

Risco sanitário zero: modernizar as estruturas de vigilância do sistema estadual de defesa sanitária para estabelecer um processo de inteligência sanitária capaz de responder rapidamente a eventos que ponham em risco a sanidade agropecuária.

Infraestrutura e logística para o agronegócio: aprimorar os sistemas de transportes e de logística do agronegócio, elevando a trafegabilidade das estradas rurais para reduzir perdas de produção e maior acesso da população rural a serviços urbanos.

TURISMO

O campo funcional da Secretaria de Turismo é a promoção do turismo como atividade econômica estratégica para a geração de emprego e renda e o desenvolvimento regional. A partir desta visão, que contempla uma dinâmica de atuação descentralizada e participativa, buscam-se confirmar as hipóteses da inclusão social, do desenvolvimento e conseqüente redução das desigualdades regionais, da criação de emprego e renda e do fortalecimento da imagem e da infraestrutura turística do Estado. Assim, a Secretaria de Turismo tem por missão promover o desenvolvimento do turismo como agente de inclusão e desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, garantir a melhora e ampliação da infraestrutura turística, a promoção da imagem do Estado e a competitividade dos produtos aqui ofertados.

O Governo do Estado está interessado em investir em turismo, na esteira do conceito moderno do desenvolvimento criativo, que privilegia atividades que dependem do intelecto, indústrias criativas, com foco na criatividade intelectual, capacitação e qualidade de vida. São Paulo já atrai grande número de turistas, nacionais e internacionais, na linha do turismo corporativo e de negócios, e nessa direção foram os investimentos feitos no setor. Contudo, há uma multidão turística no Estado que não foi avaliada, não é conhecida, não é corporativa, que viaja por conta própria. Conhecer e apoiar o turista anônimo são tarefas que se esperam da Administração Pública. O Governo do Estado quer priorizar o turista anônimo, estabelecendo-o como um dos objetivos da gestão nos próximos anos.

A seguir são apresentados os principais projetos da Secretaria de Turismo, alinhados a essa política do Governo do Estado.

Roda São Paulo

Consiste na contratação de ônibus, micro-ônibus e/ou ônibus duplos, com sonorização em três línguas, identificados visualmente nos padrões vigentes. Com um ingresso a pessoa circula em várias cidades, parando em locais pré-determinados; ouve durante o percurso informações pitorescas e históricas sobre as localidades. Escolhe o ponto de parada e pode continuar no próximo ônibus. A expectativa é de atender acima de 170 mil pessoas/ano.

Caminha SP

Caminhos turísticos concebidos de maneira mais simples, para percurso a pé, de bicicleta ou cavalo. Forte componente religioso, místico, natural. Os caminhos, com duração de sete dias, vão se estender por todo o Estado de São Paulo, abrangendo perto de 2/3 das cidades paulistas, ou seja, aproximadamente 400 cidades. Serão no mínimo quatro caminhos de Jesuítas e quatro de Bandeirantes, com ofertas nas modalidades gratuita e particular.

Viaja São Paulo

Trata-se de ação que não envolve custos, voltado para servidores públicos. A preços reduzidos a CPETUR intermediará viagens de turismo no Estado para servidores públicos estaduais, podendo futuramente haver a adesão das Prefeituras. Com a opção do desconto em folha de pagamento, a liquidez absoluta possibilita juros baixos, atraindo o interesse de grandes operadores, como o Banco do Brasil. Pretende-se assegurar uma vantagem ao servidor, incrementar o movimento dos hotéis no interior em períodos de baixa temporada, e suprir a CPETUR de recursos novos, dando autonomia à empresa.

Passaporte SP

Incentivo ao consumo nas viagens no Estado de São Paulo. Será implantado inicialmente nas estâncias, podendo ser ampliado. Os passaportes serão oferecidos nos pedágios e postos identificados nos Municípios, como restaurantes, bares, turismo receptivo, hotéis, pousadas, etc. A cada R\$ 10,00 consumidos corresponderá um selo que será anexado à Nota Fiscal respectiva. A cada 1 mil reais o passaporte será trocado pelo brinde "Turminha Paulista", formado por um exemplar dentre tantos da fauna paulista, ou um jesuíta, um bandeirante, confeccionados em tecido. É uma importante comunicação visual no comércio, incentivando o consumo, criando elo entre as estâncias, estimulando o comércio legal e fazendo com que o consumo gere arrecadação que justificará o custeio do programa.

Centro de Exposições Imigrantes

Essa ação objetiva reduzir a falta de espaços físicos para even-



tos, convenções e congressos. Prevê a cessão ou concessão onerosa da área do Centro de Exposições Imigrantes, tendo como contrapartida a construção de cinco Centros de Convenções em cidades do interior do Estado.

Porto Turístico de Cananéia

Já foram relatadas as dificuldades históricas de desenvolvimento do Vale do Ribeira e a política de redução das desigualdades regionais do Governo do Estado. O objetivo deste projeto, alinhado com tais políticas, é estimular no porto de Cananéia o turismo de cruzeiro. A exemplo do que se verifica em outros portos, onde de cada navio descem 1.200 turistas, que gastam 100 dólares/pessoa, o projeto poderá colaborar para o desenvolvimento do Vale do Ribeira.

Copa 2014

A preparação da Copa do Mundo acompanhará os quatro anos do Governo. Deverão ser estimuladas programações, eventos e monumentos, provisórios e definitivos, que façam lembrar e marcar essa passagem do Estado de São Paulo na competição que é o maior evento de mídia do mundo, e também para que o maior legado que a Copa Mundial possa deixar seja a qualificação dos trabalhadores na recepção turística e o impacto de publicidade espontânea que esse assunto terá em todo o mundo, divulgando os recursos turísticos do Estado.

MEIO AMBIENTE

A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) tem como missão garantir a promoção do desenvolvimento sustentável no Estado. Tal missão só se tornará efetiva na medida em que a transversalidade da questão ambiental – ou seja, a sua disseminação e absorção extensivas – seja assumida pelos diferentes segmentos que compõem a sociedade. O Meio Ambiente pode ser pensado como a interação dos homens entre si e com a natureza, no espaço em que vivem e produzem.

Por essa razão, as questões relativas ao meio ambiente e à sustentabilidade devem ser consideradas no estabelecimento e na execução de todas as políticas de Estado. Este é um imperativo do século XXI, a ser contemplado na Reunião Rio+20. A aceleração do desenvolvimento econômico e os ganhos de produtividade fazem com que os recursos naturais sejam consumidos (ou degradados) em uma velocidade incompatível com a recuperação dos mesmos. A chave da sustentabilidade é consumir recursos naturais na medida de sua reconstituição.

Ademais, o fenômeno do aquecimento global - e suas consequências - exige dos organismos governamentais cuidados especiais na definição de políticas públicas. Elas devem ter foco no estímulo ao desenvolvimento da chamada economia verde, de baixa emissão, limpa e sustentável.

Para o período de 2012 a 2015, o PPA concentra esforços orçamentários em medidas concretas que resultem no estímulo ao desenvolvimento sustentável, que respeite de forma rigorosa princípios de

responsabilidade social e ambiental, da vida e da natureza.

Ao longo do próximo período, São Paulo será reconhecido mundialmente como uma grande potência ambiental, com o cumprimento de metas de conservação da biodiversidade, tratamento adequado de resíduos sólidos, ampliação de áreas de cobertura vegetal, desenvolvimento da economia verde e a consequente diminuição de emissão de gases de efeito estufa. Esta é a principal diretriz que norteou a construção da proposta do PPA 2012-2015 para a área de meio ambiente.

Foram definidos, preliminarmente, dez eixos de atuação para os quais os programas e ações do PPA devem convergir. São eles:

- *Qualidade da Água*
- *Qualidade do Solo*
- *Resíduos Sólidos*
- *Economia Verde*
- *Conservação da Biodiversidade e Ampliação das Unidades de Conservação*
- *Planejamento, Zoneamento e Monitoramento Ambiental*
- *Bem estar (proteção) Animal*
- *Qualidade do Ar e Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)*
- *Modernização do Licenciamento Ambiental e*
- *Educação Ambiental.*

A partir desses eixos foram definidos os programas da SMA. A gestão dos programas prevê a articulação entre parceiros privados, órgãos estatais, institutos de pesquisa e organizações não governamentais. Essa articulação entre os diversos setores da sociedade é instrumental para a execução dos programas ora propostos.

No Programa voltado para *Educação Ambiental*, as ações serão direcionadas em políticas que fomentem parcerias com as redes públicas e privada de educação, além das entidades filantrópicas de ensino. O objetivo é atingir uma grande quantidade de pessoas, principalmente jovens, por meio da sinergia entre projetos pedagógicos desenvolvidos pela SMA e a rede de ensino. Parte das ações contemplará o desenvolvimento de material didático-pedagógico, de divulgação e de conscientização ambiental.

O *Programa de Gestão e Controle da Qualidade Ambiental* reúne as ações voltadas à modernização e agilização do licenciamento ambiental. Este programa prevê ações de redesenho e informatização dos processos, melhoria técnica da gestão da qualidade do ar com a adoção gradativa de novos padrões estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde - OMS, instalação de novos laboratórios de engenharia ambiental, especialmente os destinados à análise de emissões de gases pelos veículos automotores, projetos de descontaminação de áreas e atendimento a emergências ambientais. No mesmo sentido, a fiscalização ambiental será mais bem estruturada e o procedimento fiscalizatório deverá ser mais ágil e efetivo.



Na conservação da biodiversidade, recuperação de áreas degradadas de interesse ambiental estratégico, bem como na gestão de áreas protegidas, matas ciliares e proteção de mananciais, foram propostos os seguintes programas: *Gestão de Áreas Protegidas*, *Conservação da Biodiversidade* e *Gestão Ambiental para Proteção da Água*. Além da atenção especial na conservação e recuperação de áreas de preservação permanente, os programas propostos visam dar cumprimento, pelo Estado de São Paulo, das metas assumidas pelo protocolo de Nagoya. Finalmente, atenção especial foi dedicada a programas de proteção à fauna urbana, fruto do atendimento a reivindicações específicas da sociedade paulista quanto a esta questão.

A tradição de São Paulo em ser vanguarda na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de gestão ambiental deve ser preservada, não só pela criação de uma nova Diretoria na CETESB, dedicada exclusivamente à Engenharia Ambiental, como por meio do Programa voltado à Pesquisa Ambiental.

Outra preocupação destacada no PPA 2012-2015 é a reunião de metas e ações ambientais voltadas às regiões metropolitanas dentro de um mesmo programa articulador, que foi chamado de *Gestão Ambiental das Regiões Metropolitanas*. Este programa, em conjunto com aquele dedicado ao Planejamento Ambiental e ao Monitoramento Ambiental demonstram a preocupação específica no subsídio às políticas públicas que serão executadas não apenas pelo sistema ambiental, mas por todas as Secretarias de Estado do Governo de São Paulo.

5.2.3 Gestão para Resultado

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR) tem por missão contribuir para a evolução e o aperfeiçoamento da gestão pública. Dentre suas atividades, destacam-se a formulação e elaboração de planos estratégicos de longo prazo, o Plano Plurianual, o planejamento orçamentário e a captação de recursos para investimentos, mediante ações de prospecção de fontes de financiamento e de Parcerias Público-Privadas. A SPDR também atua no campo do desenvolvimento regional com o objetivo de fortalecer os 645 municípios e as regiões do Estado de São Paulo. Para o período do PPA, as principais ações programadas são apresentadas a seguir.

Plano Estratégico

O PPA consiste num instrumento de planejamento de médio prazo, que orienta os programas e ações do Estado para um horizonte de quatro anos. No entanto, prospectar oportunidades e desafios para o desenvolvimento do Estado num horizonte de longo prazo é fundamental para qualificar a ação governamental no âmbito do próprio planejamento de médio prazo. Neste sentido, a SPDR pretende coordenar a elaboração de um plano de desenvolvimento de longo prazo para São Paulo – o Plano São Paulo – definir um conjunto de ações e projetos estruturantes, tanto públicos quanto privados, necessários para

conduzir São Paulo a patamares mais elevados de desenvolvimento. A elaboração desse plano será realizada de forma participativa, contando com espaços para participação de diversos atores da sociedade paulista (setor público, setor privado, universidades, etc.).

Agenda Paulista de Gestão

O Governo Estadual elegeu como importante compromisso o progressivo aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento, orçamento e gestão sob a ótica de resultados, visando aprimorar a eficiência e a efetividade dos programas públicos. A preparação do plano de ação governamental ocorrerá no âmbito da chamada Agenda Paulista de Gestão, que foi instituída pelo Decreto nº 56.643/2011. Conforme esse decreto, a Agenda Paulista de Gestão será implementada considerando as seguintes diretrizes: i) contratualização intragovernamental; ii) otimização do uso dos recursos patrimoniais; iii) otimização da compra de bens e serviços comuns; iv) atendimento Unificado ao Cidadão; v) qualificação e capacitação dos recursos humanos; vi) integração de dados e sistemas de informação. A consecução dessa agenda, cuja coordenação compete à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, será realizada por meio de ações sinérgicas com as Secretarias Fazenda e Gestão Pública, contando também com a participação da Casa Civil.

Reestruturação do processo de planejamento

Esta ação visa aprimorar a função de planejamento do Estado, contribuindo para incrementar o nível de integração dos processos do PPA, LDO e LOA, qualificar a formulação e a elaboração de programas e aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas. Sua consecução prevê o mapeamento e o redesenho do processo de planejamento, tendo como premissas incrementar a integração dentro do ciclo de planejamento, orçamento e gestão e avançar na orientação para resultados. Para tanto, esta ação também contempla o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação de indicadores associados às diretrizes e objetivos estratégicos definidos para a ação governamental no período do PPA 2012-2015. Não obstante, dada a perspectiva de divulgação dos dados do Censo 2010, torna-se relevante prever a revisão do próprio PPA no sentido de incorporar o conhecimento mais atualizado sobre a realidade socioeconômica de São Paulo para avaliar a necessidade de adequação dos programas e ações. Esta revisão também integrará a ação de reestruturação do processo de planejamento.

Orçamento por resultado

O orçamento baseado em resultado consiste num conjunto de procedimentos integrados que objetiva melhorar a eficiência e a efetividade das despesas públicas através do uso sistemático de informações de resultado para relacionar o financiamento das entidades do setor público conforme o desempenho por elas alcançado. Neste caso, a lógica do orçamento, geralmente orientada para o controle dos gastos, direciona-se para um enfoque de produção pública (desempenho). As características do orçamento por resultado podem gerar diversos benefícios para o governo e para a sociedade, incluindo a melhoria da



priorização dos gastos, maior responsabilização pelos resultados, melhor projeção e gestão de programas e níveis mais elevados de transparência em relação ao destino e uso dos recursos. A SPDR, ciente da relevância dessa abordagem, desenvolverá estudos visando a preparação de um plano de ação para aprimorar, gradativamente, seus sistemas de planejamento e orçamento sob o enfoque de resultados.

Regionalização do Orçamento

O orçamento público geralmente é utilizado para gerenciar e controlar a aplicação dos recursos públicos e monitorar as despesas realizadas pelo governo. A regionalização do orçamento público pode ser um poderoso instrumento para avançar no controle e transparência sobre a distribuição espacial dos recursos públicos, como também contribui para reforçar a ótica de resultados nos processos decisórios sobre a alocação desses recursos e monitoramento de seus impactos. Nessa perspectiva, a SDPR propõe-se a aprimorar seu processo de elaboração e acompanhamento orçamentário com vistas a regionalizar o Orçamento do Estado.

Diretrizes de planejamento regional

Esta ação será desenvolvida para auxiliar a SPDR e sua Unidade de Articulação com Municípios na implementação da terceira diretriz do PPA 2012-2015 – Estado integrador do desenvolvimento regional e metropolitano – através da realização das oficinas de desenvolvimento regional, de estudos e de diagnósticos do território paulista, envolvendo identificação das regiões prioritárias para a intervenção governamental, segundo suas vulnerabilidades e potencialidades, como também montagem de uma agenda de atuação e acompanhamento das ações setoriais.

Programação de investimentos

A prospecção de fontes de financiamento é uma atividade permanente da SPDR, com destaque para as ações de captação de recursos por meio do Orçamento Geral da União, das operações de crédito com instituições nacionais e internacionais e das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Particularmente, as PPPs têm sido um importante instrumento para alavancar recursos destinados a investimentos em projetos de desenvolvimento do Estado. A SPDR estimulará estudos de modelagem de Parcerias Público-Privadas para projetos prioritários, em consonância com as diretrizes governamentais. Além disso, a SPDR desenvolverá estudos visando o aperfeiçoamento do arcabouço institucional referente às PPPs. Tais estudos servirão de base para a definição de instruções para aprimorar o processo de recebimento, avaliação e seleção de propostas de PPPs, no âmbito das competências do Conselho Gestor.

Coordenação dos projetos vinculados a grandes eventos

Grandes eventos ocorrerão no País e em São Paulo nos próximos anos, como a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016, requerendo a ação coordenada do Governo Estadual, no âmbito de suas competências e

programas, para desenvolver os projetos necessários ao adequado funcionamento desses eventos. Nesse processo, a SPDR desempenhará um papel importante como agente de coordenação dos projetos e ações definidos pelo Governo Estadual para responder às oportunidades e aos desafios associados com esses grandes eventos.

GESTÃO PÚBLICA

O campo de atuação da Secretaria de Gestão Pública (SGP) é amplo, com destaque para a melhoria dos serviços públicos, política de recursos humanos, informática e Internet. Suas atribuições envolvem: coordenação da formulação e controle da execução das políticas para transformação da gestão pública e melhoria da qualidade dos serviços da Administração Pública Estadual; formulação e controle da execução da Política de Recursos Humanos do Estado; coordenação e gerenciamento do Poupatempo; coordenação, acompanhamento e controle de matérias relacionadas com o ambiente Internet do Governo do Estado e com o Programa ACESSA São Paulo, bem como da formulação de diretrizes e o controle das atividades de informática da Administração Pública Estadual. As ações programáticas da SGP para o PPA 2012-2015 são expostas a seguir.

Recursos humanos

No eixo de atuação da SGP referente aos recursos humanos, as ações a serem priorizadas nos próximos anos compreendem: estabelecimento de novas práticas de promoção e desenvolvimento de competências profissionais, valorizando os profissionais por seus méritos; ampliação e integração dos programas de capacitação dos servidores do Estado; reestruturação de carreiras e salários, adequando-os às constantes mudanças na economia e no mercado de trabalho; e, planejamento, dimensionamento, contratação, alocação e manutenção da força de trabalho de acordo com as necessidades do Estado.

Melhoria e modernização do Estado

Com respeito a melhoria e modernização das organizações do Estado, deve-se buscar o aumento da eficácia, eficiência e efetividade governamentais, resultando em mais e melhores serviços públicos com menos e menores custos. Nesse sentido, serão aperfeiçoados e ampliados os esforços para implantação e implementação de mecanismos que permitam avaliar e responsabilizar os serviços, ações e programas do Estado por seus resultados. Destaca-se que essas ações integram o escopo da Agenda Paulista de Gestão, de modo que a Secretaria de Gestão Pública, juntamente com os demais órgãos pertinentes, terá um importante papel como agente impulsionador de modernas práticas de gestão para elevar os resultados da Administração Pública em benefício do bem-estar dos cidadãos.

Tecnologia e inovação

Em relação ao desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias pelo Governo do Estado, ainda há muito a percorrer. A inovação



dos processos de trabalho, com o auxílio da tecnologia disponível é outro eixo definidor da atuação da Secretaria de Gestão Pública, especialmente em um período de crescente demanda de órgãos e entidades públicos por reestruturação organizacional. A excelência da gestão pública também depende do uso de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para atualizar processos de trabalho, sistemas de informação, integração de bases de dados e maior oferta de serviços eletrônicos à sociedade. Além disso, cabe ao Estado lançar mão de novos métodos e técnicas gerenciais que ampliem o compartilhamento do conhecimento de seus servidores, de modo a transformá-lo em produtos e serviços inovadores, compatíveis com as demandas trazidas pela sociedade do conhecimento. Daí a necessidade de estimular a adoção de técnicas gerenciais, ferramentas tecnológicas e processos de trabalho inovadores, intensivos em conhecimento, apropriando a inteligência coletiva dos servidores do Estado de São Paulo e da sociedade como um todo; formar uma cultura organizacional aberta à inovação; capacitar os servidores para manejo dos novos métodos, técnicas e ferramentas mais apropriadas à gestão do conhecimento e à inovação do serviço público.

Poupatempo

O programa Poupa tempo, que atualmente possui ampla rede de atendimento e está expandindo os serviços oferecidos pela Internet, conta com alta aprovação dos usuários (chegou a 99% de aprovação dos usuários entre 2001 e 2004) e já recebeu várias premiações em gestão pública. Para continuar a ser uma referência em atendimento ao público, além da ampliação de postos fixos e móveis na ponta dos usuários, serão desenvolvidas ações para que o já amplo leque de serviços oferecidos pelo Poupatempo cresça continuamente e que o tempo de execução diminua progressivamente. Para isso, é necessário promover mudanças nos processos internos dos órgãos e entidades estaduais que atendem diretamente ao público, de modo a incorporar novas tecnologias simplificadoras, agilizadoras e integradoras de serviços públicos.

DETRAN

A transferência do DETRAN para a SGP visa conferir ao departamento o mesmo padrão de qualidade reconhecido nos serviços oferecidos pelo Poupatempo. O objetivo é ampliar o leque de serviços, diminuindo os prazos de execução e oferecendo-os via Internet para maior comodidade do usuário, bem como simplificar os processos de trabalho e reestruturar o órgão. Além da melhoria na qualidade, o DETRAN deverá estar apto a ampliar a capacidade de atendimento, tendo em vista a tendência de demanda crescente pelos seus serviços.

FAZENDA

A principal missão da Secretaria da Fazenda é prover os recursos necessários para que o Estado atenda as necessidades de serviços públicos e infraestrutura da população com vistas ao desenvolvimento econômico, aumento da qualidade de vida e redução de desigualdades entre pessoas e regiões. Parte dessa missão se traduz em ampliar o patamar de investimentos públicos que foi levado a cabo nos últimos

anos. As ações programáticas da Secretaria da Fazenda são apresentadas a seguir.

Dívida Estadual

Para ampliar o espaço para investimento, resguardando a responsabilidade fiscal, as disposições constitucionais e os compromissos previamente assumidos, é preciso enfrentar o desafio de equacionar a dívida do Estado com a União, cujo estoque é corrigido pelo IGP-DI mais 6% ao ano, variação normalmente superior às receitas do estado. A Secretaria de Fazenda mantém-se empenhada em buscar alternativas para a redução da carga da dívida sobre o Estado.

Eficiência e justiça tributária

Conjuntamente a esse esforço de aliviar a situação financeira do Estado, outro desafio é ampliar as receitas disponíveis, combatendo a fraude, a sonegação e a elisão fiscal. Para tal a Secretaria continuará se equipando com tecnologia moderna para que seja eficiente na detecção de fraudes lesivas ao fisco. É preciso também atuar perante a União e aos demais Estados em prol da reforma tributária a fim de combater a guerra fiscal e reaver a parcela perdida de tributos por brechas legais.

Equilíbrio fiscal e transparência

Para a gestão financeira, a diretriz é manter o equilíbrio orçamentário alcançado e avançar no equilíbrio das contas patrimoniais do Estado, especialmente a melhora do perfil da dívida. Além disso, deve-se avançar nos sistemas de execução e controle orçamentário incluindo a criação de um sistema de custos públicos e na transparência e inteligibilidade das contas públicas para o cidadão. Com respeito à receita, deve-se continuar combatendo a fraude e a sonegação fiscal e buscando fontes de receitas alternativas, além de trabalhar junto a outras esferas governamentais no equacionamento da guerra fiscal.

CASA CIVIL

A Casa Civil é uma secretaria com características diferentes das demais. A rigor, seus projetos são os do próprio Governo, além de assistir direta e indiretamente o Governador no desempenho de suas atribuições e na execução de políticas públicas. Assim, sua principal missão consiste em assessorar o Governador e coordenar a política administrativa do Governo.

A Pasta é responsável pela articulação do trabalho das secretarias estaduais na elaboração e execução das políticas públicas, na apresentação e coordenação da aprovação de projetos de lei na Assembleia Legislativa e no relacionamento do governo com as prefeituras, o governo federal e o Congresso Nacional. Também responde pela preservação da Memória do Estado, por meio da formulação da política estadual de arquivos e gestão documental, e pela prestação de assistência social a pessoas físicas, por meio da Defesa Civil, assim como pelo auxílio financeiro a entidades filantrópicas e de natureza pública, por meio do



Fundo Social de Solidariedade do Estado. No contexto de suas atividades, os objetivos para o período do PPA são apresentados a seguir.

Gestão estratégica: assessorar o Governador e coordenar e articular a política administrativa junto aos diversos setores da Administração Pública.

Sistema Estadual de Controladoria: fortalecer a atividade de controle interno do Poder Executivo mediante o aprimoramento e a integração dos organismos de auditoria, ouvidoria, controle e correição, visando melhoria da prestação dos serviços públicos alinhada aos princípios constitucionais e preceitos éticos.

Defesa Civil – salvando vidas: realizar ações de planejamento, prevenção, preparação, recuperação e resposta imediatas às situações resultantes de eventos adversos, evitando danos à vida humana ou minimizando seus efeitos.

Rede Social de Solidariedade e Cidadania: possibilitar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social através de apoio técnico e financeiro aos fundos municipais e entidades legalizadas e cadastradas.

Arquivo do Estado – memória e gestão documental: formular e implementar a Política Estadual de Arquivos, por meio da gestão, reconhecimento, preservação e difusão do patrimônio documental do Estado. Orientar o desenvolvimento, a implementação e o aperfeiçoamento contínuo do SPDOC, em conformidade com Política Estadual de Arquivos.

Modernização da Imprensa Oficial: garantir a sociedade o acesso democrático às informações de interesse público e dar publicidade aos atos dos três Poderes. Viabilizar ações estratégicas de Governo e iniciativas culturais através de serviços gráficos e publicação de livros. Preparar a Imprensa Oficial para atender adequadamente o desafio de facilitar o acesso às informações de interesse público na sociedade da informação.

Comunicação social: dar publicidade aos atos do Governo, fomentando o acesso da população a essas informações. Integrar as ações de comunicação dos Órgãos do Governo Estadual e adotar ferramentas tecnológicas de comunicação para buscar maior eficiência e efetividade.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL